



DIÁRIO da Assembleia da República

VIII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (1999-2000)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 12 DE ABRIL DE 2000

Presidente: Ex.^{mo} Sr. António de Almeida Santos

Secretários: Ex.^{mos} Srs. José Ernesto Figueira dos Reis
José de Almeida Césario
António José Carlos Pinho

SUMÁRIO

O Sr Presidente declarou aberta a sessão às 15 horas e 35 minutos

Deu-se conta da entrada na Mesa dos projectos de lei nº 171 a 175/VIII, do inquerito parlamentar nº 5/VIII e da proposta de resolução nº 50/VIII

Na abertura do debate da interpelação nº 4/VIII — Centrada na qualidade do emprego, designadamente no combate à precariedade, na defesa dos salários e na efectivação dos direitos laborais (PCP) proferiram intervenções o Sr Deputado Lino de Carvalho (PCP) e o Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade (Ferro Rodrigues), tendo-se seguido no uso da palavra, a diverso título, além destes oradores, os Srs Deputados Fernando Pésinho (Os Verdes), Barbo-

sa de Oliveira (PS), Telmo Correia (CDS-PP), Francisco Louçã (BE), Odete Santos (PCP), Manuela Ferreira Leite (PSD), Maria Celeste Cardona (CDS-PP), Bernardino Soares (PCP), Pedro Mota Soares (CDS-PP), Vicente Merendas (PCP), Gonçalo Almeida Velho (PS), Herminio Loureiro (PSD), Alexandre Chaves (PS), Pedro da Vinha Costa (PSD) e Custódia Fernandes e Ricardo Gonçalves (PS)

No encerramento do debate, proferiram intervenções, pelo partido interpelante, o Sr Deputado Carlos Carvalhas (PCP) e, pelo Governo, o Sr Secretário de Estado do Trabalho e Formação (Paulo Pedroso)

O Sr Presidente encerrou a sessão eram 20 horas e 10 minutos

O Sr Presidente — Srs Deputados, temos quórum, pelo que declaro aberta a sessão

Eram 15 horas e 35 minutos.

Estavam presentes os seguintes Srs Deputados:

Partido Socialista (PS)

Agostinho Moreira Gonçalves
 Aires Manuel Jacinto de Carvalho
 Alberto Bernardes Costa
 Alexandre António Alves Chaves
 Ana Catarina Veiga Santos Mendonça Mendes
 António Alves Marques Júnior
 António Alves Martinho
 António Bento da Silva Galamba
 António de Almeida Santos
 António Fernandes da Silva Braga
 António Fernando Marques Ribeiro Reis
 António Fernando Menezes Rodrigues
 António José Gavino Paixão
 António Manuel Dias Baptista
 António Manuel do Carmo Saleiro
 Artur Miguel Claro da Fonseca Mora Coelho
 Artur Rodrigues Pereira dos Penedos
 Bruno Renato Sutil Moreira de Almeida
 Carlos Alberto
 Carlos Alberto Dias dos Santos
 Carlos José Gonçalves Vieira de Matos
 Casimiro Francisco Ramos
 Cláudio Ramos Monteiro
 Dinis Manuel Prata Costa
 Eduarda Maria Castro de Sousa
 Fernando Manuel de Jesus
 Fernando Pereira Serrasqueiro
 Filipe Mesquita Vital
 Francisco José Pereira de Assis Miranda
 Francisco Xavier Pablo da Silva Torres
 Gonçalo Matos Correia de Almeida Velho
 Isabel Maria Batalha Vigia Polaco d'Almeida
 Isabel Maria dos Santos Barata
 Jamila Bárbara Madeira e Madeira
 João Francisco Gomes Benavente
 João Macedo Lourenço
 João Pedro da Silva Correia
 João Pedro de Aleluia Gomes Sequeira
 João Rui Gaspar de Almeida
 Joaquim Sebastião Sarmento da Fonseca Almeida
 Joel Eduardo Neves Hasse Ferreira
 Jorge Lacão Costa
 Jorge Manuel Gouveia Strecht Ribeiro
 José Adelmo Gouveia Bordalo Junqueiro
 José Afonso Teixeira de Magalhães Lobão
 José Carlos Correia Mota de Andrade
 José Carlos da Cruz Lavrador
 José Carlos Lourenço Tavares Pereira
 José de Matos Leitão
 José Eduardo Vera Cruz Jardim
 José Ernesto Figueira dos Reis
 José Manuel de Medeiros Ferreira
 José Manuel Pires Epifânio
 José Manuel Rosa do Egípto
 José Manuel Santos de Magalhães
 José Miguel Abreu de Figueiredo Medeiros

José Rodrigues Pereira dos Penedos
 Jovita de Fátima Romano Ladeira
 Júlio Francisco Miranda Calha
 Laurentino José Monteiro Castro Dias
 Luís Afonso Cerqueira Natividade Candal
 Luís Miguel Gomes Miranda Teixeira
 Luís Pedro de Carvalho Martins
 Luísa Pinheiro Portugal
 Luiz Manuel Fagundes Duarte
 Mafalda Cristina Mata de Oliveira Troncho
 Manuel Alberto Barbosa de Oliveira
 Manuel Alegre de Melo Duarte
 Manuel António dos Santos
 Manuel Francisco dos Santos Valente
 Manuel Joaquim Barbosa Ribeiro
 Margarida Maria Santos Soares da Rocha Gariso
 Maria Celeste Lopes da Silva Correia
 Maria Custódia Barbosa Fernandes Costa
 Maria do Céu da Cruz Vidal Lourenço
 Maria Fernanda dos Santos Martins Catarino Costa
 Maria Helena do Rêgo da Costa Salema Roseta
 Maria Isabel da Silva Pires de Lima
 Maria Isabel Ferreira Coelho de Sena Lino
 Maria José Vidal do Rosário Campos
 Maria Luisa Silva Vasconcelos
 Maria Teresa de Oliveira Ferreira Coimbra
 Miguel Bernardo Ginestal Machado Monteiro Albuquerque
 Natalina Nunes Esteves Pires Tavares de Moura
 Nelson Madeira Baltazar
 Paula Cristina Ferreira Guimarães Duarte
 Paulo Alexandre de Carvalho Pisco
 Renato Luís de Araújo Forte Sampaio
 Ricardo Manuel Ferreira Gonçalves
 Rosa Maria da Silva Bastos da Horta Albernaz
 Rosalina Maria Barbosa Martins
 Rui do Nascimento Rabaça Vieira
 Rui Manuel Leal Marqueiro
 Sónia Ermelinda Matos da Silva Fertuzinhos
 Teresa Maria Neto Venda
 Victor Brito de Moura
 Vitor Manuel Alves Peixoto
 Vitor Manuel Caio Roque
 Zelinda Margarida Carmo Marouço Oliveira Semedo

Partido Social Democrata (PSD)

Adão José Fonseca Silva
 Álvaro dos Santos Amaro
 Ana Maria Martins Narciso
 Ana Maria Sequeira Mendes Pires Manso
 António da Silva Pinto de Nazaré Pereira
 António de Carvalho Martins
 António d'Orey Capucho
 António Edmundo Barbosa Montalvão Machado
 António Manuel da Cruz Silva
 António Manuel Santana Abelha
 António Paulo Martins Pereira Coelho
 Armando Manuel Dinis Vieira
 Arménio dos Santos [redacted]
 Artur Ryder Torres Ferreira
 Bruno Jorge Viegas Vitorino
 Carlos José das Neves Martins
 Carlos Manuel de Sousa Encarnação
 Carlos Manuel Marta Gonçalves

David Jorge Mascarenhas dos Santos
 Domingos Duarte Lima
 Eugénio Fernando Sá Cerqueira Marinho
 Feliciano José Barreiras Duarte
 Fernando Jorge Loureiro de Roboredo Seara
 Fernando Manuel Lopes Penha Pereira
 Fernando Santos Pereira
 Guilherme Henrique Valente Rodrigues da Silva
 Henrique José Praia da Rocha de Freitas
 Hermínio José Sobral Loureiro Gonçalves
 Hugo José Teixeira Velosa
 João Eduardo Guimarães Moura de Sá
 João José da Silva Maçãs
 Joaquim Carlos Vasconcelos da Ponte
 Joaquim Martins Ferreira do Amaral
 Jorge Manuel Ferraz de Freitas Neto
 José António de Sousa e Silva
 José David Gomes Justino
 José de Almeida Cesário
 José Frederico de Lemos Salter Cid
 José Luís Campos Vieira de Castro
 José Luis Fazenda Arnaud Duarte
 José Manuel de Matos Correia
 José Manuel Durão Barroso
 Lucília Maria Samorenho Ferra
 Luís Cirilo Amorim de Campos Carvalho
 Luís Manuel Gonçalves Marques Mendes
 Luís Manuel Machado Rodrigues
 Luís Maria de Barros Serra Marques Guedes
 Luís Pedro Machado Sampaio de Sousa Pimentel
 Manuel Alves de Oliveira
 Manuel Castro de Almeida
 Manuel Filipe Correia de Jesus
 Maria do Céu Baptista Ramos
 Maria Eduarda de Almeida Azevedo
 Maria Manuela Dias Ferreira Leite
 Maria Ofélia Fernandes dos Santos Moleiro
 Maria Teresa Pinto Basto Gouveia
 Mário da Silva Coutinho Albuquerque
 Mário Patinha Antão
 Melchior Ribeiro Pereira Moreira
 Miguel Bento Martins da Costa de Macedo e Silva
 Miguel Fernando Cassola de Miranda Relvas
 Pedro José da Vinha Rodrigues Costa
 Pedro Manuel Cruz Roseta
 Rui Fernando da Silva Rio
 Rui Manuel Lobo Gomes da Silva
 Sérgio André da Costa Vieira

Partido Comunista Português (PCP)

Agostinho Nuno de Azevedo Ferreira Lopes
 Ana Margarida Lopes Botelho
 António Filipe Gaião Rodrigues
 Bernardino José Torrão Soares
 Carlos Alberto do Vale Gomes Carvalhas
 João António Gonçalves do Amaral
 José Honório Faria Gonçalves Novo
 Lino António Marques de Carvalho
 Maria Natália Gomes Filipe
 Maria Odete dos Santos
 Octávio Augusto Teixeira
 Vicente José Rosado Merendas

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

António Herculano Gonçalves
 António José Carlos Pinho
 Basílio Adolfo de Mendonça Horta da Franca
 Fernando Alves Moreno
 João Guilherme Nobre Prata Fragoso Rebelo
 João Nuno Lacerda Teixeira de Melo
 Luís Pedro Mota Soares
 Manuel Tomás Cortez Rodrigues Queiró
 Maria Celeste Ferreira Lopes Cardona
 Narana Sinai Coissoró
 Paulo Sacadura Cabral Portas
 Raúl Miguel de Oliveira Rosado Fernandes
 Silvio Rui Neves Correia Gonçalves Cervan
 Telmo Augusto Gomes de Noronha Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Fernando Carlos Almeida Pésinho

Bloco de Esquerda (BE)

Francisco Anacleto Louçã

O Sr Presidente — Srs Deputados, o Sr Secretário vai proceder à leitura do expediente

O Sr Secretário (José Reis) — Sr Presidente, Srs. Deputados, deram entrada na Mesa, e foram admitidas, as seguintes iniciativas legislativas: projectos de lei n^{os} 171/VIII — Regime especial de reformas antecipadas para os bailarinos da Companhia Nacional de Bailado (BE), que baixou à 9^a Comissão, 172/VIII — Criação dos institutos regionais (PCP), que baixou à 4^a Comissão; 173/VIII — Altera o Decreto-Lei n^º 318-E/76, de 30 de Abril (Lei Eleitoral para a Assembleia Legislativa Regional da Madeira), (PS), que baixou à 1^a Comissão, 174/VIII — Regime de exercício do direito de associação dos profissionais da GNR (PCP), que baixou à 1^a Comissão, 175/VIII — Consagra o princípio do horário de trabalho para os profissionais da GNR (PCP), que baixou à 1^a e 9^a Comissões, inquérito parlamentar n^º 5/VIII — Apreciação dos actos do Governo referentes à participação da ENI e da IBERDROLA no capital da GALP, SGPS (PSD), e projecto de resolução n^º 50/VIII — Recomendar ao Governo que reforce um programa específico sério de combate à tuberculose (PSD).

Em matéria de expediente é tudo, Sr. Presidente

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr.^a Deputada?

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, quero pedir um esclarecimento relativamente à informação que acabou de ser dada pela Mesa

O Sr Presidente — Faça favor, Sr.^a Deputada

A Sr.^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sr Presidente, durante a leitura do expediente que deu entrada na Mesa não ouvi que tivesse sido referida a informação relativa à execução orçamental que, na última semana, o Sr. Ministro das Finanças e da Economia disse que daria entrada na Assembleia da República esta semana

O Sr Manuel dos Santos (PS) — A semana ainda não acabou!

A Oradora — Além disso, vejo que foi enviada informação à comunicação social mas que nada deu entrada na Assembleia da República, que é a instituição onde obrigatoriamente tinha de entrar.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

A Oradora — Portanto, Sr Presidente, quero saber se é verdade que esta informação não entrou na Assembleia ou se houve lapso na comunicação acabada de dar pela Mesa.

O Sr Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Sr Presidente — Sr^a Deputada, suponho que a informação não terá entrado na Assembleia pois, nesse caso, teria sido incluída no expediente. De qualquer modo, o Governo, a quem se dirige o pedido de esclarecimento, está presente e tomará em conta o esclarecimento que pediu.

Srs Deputados, para dar início à discussão da interpelação nº 4/VIII — Centrada na qualidade do emprego, designadamente no combate à precariedade, na defesa dos salários e na efectivação dos direitos laborais, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho, em representação do PCP.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade, restantes membros do Governo, Srs Deputados «Forneço pessoal, a entregar em qualquer parte do País, desde o norte até ao sul () A nossa empresa trabalha com pessoal nacional de Portugal, Guiné-Bissau, Angola, Cabo Verde, Polónia, Bósnia, Ucrânia e Moldávia É de informar que o meu pessoal trabalha muitas horas, incluindo sábados, domingos e feriados Nas horas extras e nos sábados, domingos e feriados o preço/hora facturado será sempre o mesmo. Fazemos entrega do pessoal com a máxima rapidez, dependendo das quantidades pedidas»

Não, Sr Primeiro-Ministro, não estamos a falar da promoção de um qualquer produto, estamos a falar de trabalhadores, de pessoas, que o Engenheiro Guterres, em tempos, dizia que, para si, não eram números. Estamos a citar circulares enviadas por empresas alugadoras de mão-de-obra, em Portugal, no ano da graça de 2000.

Muitos outros exemplos sobre a situação do emprego em Portugal podem ser dados, e vão ser dados ao longo desta interpelação, mas este exemplo ilustra, em si mesmo, a dimensão dos problemas que esta interpelação quer suscitar: o emprego concreto que temos, a qualidade do emprego em Portugal, tanto no que se refere à proliferação das relações de trabalho baseadas em vínculos precários, ou mesmo precaríssimos ou até no trabalho ilegal e clandestino, como aos baixos níveis salariais ou ainda à gritante violação dos direitos individuais e colectivos em muitas empresas e sectores de actividade.

Vejamos cada um destes grandes temas, referindo, em primeiro lugar, o alastramento da precariedade. No nosso país, tem-se agravado consideravelmente a precariedade no emprego. Em 1995, 11% dos trabalhadores assalariados em Portugal tinham contratos não permanentes. Hoje, essa percentagem está na ordem dos 19%, correspondendo a mais de 650 000 trabalhadores.

Em Portugal, um em cada cinco trabalhadores não tem um emprego estável, sendo os jovens as principais vítimas desta situação. A percentagem de jovens com mais de 15 anos e menos de 25 anos a trabalhar em regime precário, com contratos não permanentes, de acordo com os dados oficiais, passou de 37%, no final de 1998, para mais de 41% um ano depois.

Quando o Governo tanto fala na «nova economia» baseada nas novas tecnologias informáticas e nas telecomunicações, é preciso que se diga que tal não é sinónimo, infelizmente, nem de emprego de qualidade nem de emprego estável. Por exemplo, basta dizer que, no conjunto das novas empresas que estão no mercado das telecomunicações, praticamente a totalidade dos trabalhadores, a maioria dos quais jovens, estão a prestar serviço em regime de trabalho temporário. Mas muitos outros exemplos poderiam ser dados, em quase todos os sectores de actividade, em variadíssimas empresas, grande parte das quais grupos multinacionais e em grandes obras públicas. Aqui deixamos alguns exemplos.

Nas grandes superfícies comerciais, hipermercados, grandes supermercados e sector da distribuição em geral, metade do emprego existente é constituído por trabalho precário, havendo empresas onde esse valor chega a mais de 60% e em que mais de 1/3 é trabalho a tempo parcial.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP). — É um escândalo!

O Orador — Em Alqueva, os trabalhadores, que são pagos com base num salário/hora, recebem, para desempenharem a mesma função, salários diversos consoante o subempreiteiro para quem trabalham e consoante a nacionalidade. Os donos da obra, EDIA e Governo, fingem que não é nada com eles.

Nas grandes obras de construção civil no distrito de Lisboa, estima-se que cerca de 80% dos trabalhadores estejam em regime de trabalho precário, e, em geral, é assim em todo o sector da construção civil.

Na multinacional Grundig, em Braga, mais de 30% dos trabalhadores são precários, na nova fábrica da Siemens, em Évora, com cerca de meio milhar de trabalhadores, 90% estão contratados a prazo.

Entretanto, um outro fenómeno tem vindo a multiplicar-se nos últimos anos no nosso país: o das empresas de trabalho temporário ou de aluguer de mão-de-obra, onde tudo parece ser permitido.

Jovens e trabalhadores imigrantes, designadamente provenientes dos PAÍSOP, em particular no sector da construção civil, são os mais atingidos. Hoje já há contratos ao dia, renováveis diariamente. É a proliferação dos recibos verdes e do falso trabalho independente, é o trabalho à hora, à peça ou à tarefa, é a hiperexploração.

O Sr Octávio Teixeira (PCP). — Muito bem!

O Orador — Em muitos casos, existe manifesta violação da legalidade, o que devia ser exceção passou a ser regra; noutras, a proliferação do trabalho faz-se à sombra do próprio quadro legal existente. Trabalhadores com contratos a termo, durante anos a fio, satisfazendo necessidades permanentes que deveriam ser preenchidas por contratos permanentes, cessação dos contratos a termo na véspera da data limite da sua vigência para, depois, os trabalhadores serem contratados de novo, a prazo, para a mesma função, com a mesma entidade empregadora, tra-

balhadores efectivos despedidos ou pressionados e chantageados psicologicamente para rescindirem os contratos reentram depois na mesma empresa, para a mesma função, como trabalhadores contratados por empresas de trabalho temporário, nalguns casos mais extremos, sem recibo de vencimento nem descontos para a segurança social.

E que dizer da própria legislação, que prevê, como uma das razões que justificam legalmente, só por si, a contratação a termo certo, não a função que vai ser exercida mas, sim, a condição de ser jovem à procura de primeiro emprego ou desempregado de longa duração?⁷¹

Acontece que estes processos não se passam só no sector privado. A Administração Pública, que devia dar o exemplo, usa e abusa da contratação a termo certo, para satisfação de necessidades permanentes do Estado, da contratação a recibo verde, da multiplicação dos contratos trimestrais. Ainda recentemente, o Governo, em vez de resolver esta situação, como se comprometeu, procedendo ao descongelamento de vagas, celebrando os respectivos contratos de provimento, em suma, admitindo no quadro de efectivos da Administração Pública todos aqueles que estão a satisfazer necessidades permanentes, aprovou, por exemplo, para o Serviço Nacional de Saúde, novas prorrogações de contratos de trabalho a prazo.

Outro fenómeno é o da multiplicação de processos de reestruturação empresarial, cisão de uma empresa ou grupo económico em várias empresas, extinção de certas funções na empresa-mãe com transferência para novas empresas, criadas com cedência dos trabalhadores da empresa e do local de trabalho sem que, muitas vezes, os seus direitos e garantias, designadamente em matéria de contratação colectiva, estejam garantidos.

Foi para combater, no plano legislativo, a extrema precariedade e fragilização dos laços laborais que hoje se vive que o PCP apresentou recentemente, no âmbito do processo preparatório desta interpelação, dois importantes projectos de lei: um que altera a legislação dos contratos de trabalho a termo, que, convém lembrar, entraram no nosso ordenamento jurídico pela mão do PS, em 1976, outro que reforça e garante os direitos dos trabalhadores em caso de cedência ocasional e de transferência de empresa.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Por isso, aqui fica o nosso primeiro desafio, Sr Primeiro-Ministro: que connosco o Governo se empenhe no combate à precariedade e à diminuição visível da qualidade do emprego; que connosco o PS aprove os projectos de lei que apresentámos.

Aplausos do PCP

Passo à questão da efectivação dos direitos laborais. A violação dos direitos individuais e colectivos dos trabalhadores constitui, particularmente em certos sectores e zonas do País, um verdadeiro escândalo, a que urge pôr termo.

A Inspecção-Geral do Trabalho (IGT) tem dificuldades de actuação em tempo útil, não dispondo dos meios suficientes para uma intervenção eficaz em defesa dos direitos dos trabalhadores. Da parte do Ministério do Trabalho e da Solidariedade e do Governo, no seu todo, parece haver manifesta falta de vontade política para que a IGT cumpra a função para que existe. Os exemplos

chegam-nos todos os dias: direitos não respeitados; pressões psicológicas, discriminação, quando não perseguição com despedimento, de dirigentes sindicais; alta sinistralidade por falta de condições de segurança, o que coloca Portugal, onde morre, em média, mais de um trabalhador por dia em acidentes de trabalho, na cabeça dos países com o mais elevado índice nesta matéria; desrespeito pelas próprias determinações da Inspecção-Geral do Trabalho, aparente desconhecimento, por vezes, por parte dos agentes, e até de responsáveis da Inspecção, da própria legislação que lhes permitiria actuar em defesa da legalidade.

Num recente comunicado do Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil e Madeiras do Distrito de Braga pode ler-se que «95% dos pedidos de intervenção da IGT não têm resposta, 90% das respostas da Inspecção demoram entre 8 meses a mais de um ano, 98% das intervenções nada detectam porque os agentes nunca falam com os trabalhadores, limitando-se a falar com o encarregado ou com o patrão, quanto à mão-de-obra ilegal, a IGT ou não vê ou faz-se anunciar».

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Não pode ser!

O Orador — Outro exemplo na conhecida empresa têxtil Manuel Gonçalves, em Vila Nova de Famalicão, por exemplo, são exibidos, no local de trabalho, filmes sobre o regime de trabalho em países asiáticos, acompanhados de textos e de vozes onde se convidam os trabalhadores a reflectir sobre as virtudes da flexibilidade e da precariedade do emprego sob pena do futuro da empresa estar ameaçado.

Por isso, Sr. Ministro, aqui fica o nosso segundo desafio: crie as condições, no plano político, legislativo e de dotação de recursos humanos e financeiros, para que a Inspecção-Geral do Trabalho actue com eficácia no terreno, para o que são necessários agentes com formação e vontade adequada que sintam que têm o apoio da tutela.

Aplausos do PCP

A democracia, Sr Primeiro-Ministro, Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade, não pode ficar à porta das empresas

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — A defesa dos salários é uma matéria que volta a estar na ordem do dia. Desde logo, porque a irresponsável decisão do Governo quanto ao aumento dos combustíveis, e suas consequências na inflação, não pode passar sem que, simultaneamente, o Governo se disponha a rever os vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública e, por reflexo, de todos os trabalhadores portugueses, bem como as pensões de reforma.

É inaceitável que o Governo se tivesse disposto a compensar as empresas de transportes e outros sectores empresariais destes aumentos e, arrogantemente, se recuse a actualizar os vencimentos dos trabalhadores. É bem a caracterização, também neste caso, de quem, para o Governo, tem de suportar a sua política de aumento das receitas fiscais e eleitoralista sempre, e sempre, os trabalhadores!

Mas a questão é mais vasta: baixos salários, agravamento das desigualdades salariais, como está demonstrado em estudos recentes do próprio Ministério,

bloqueamento da contratação colectiva, encerramento fraudulento de empresas com milhares de trabalhadores a aguardarem anos pelo recebimento dos seus créditos, para, depois, a mesma empresa, com as mesmas máquinas mas com outro nome, reabrir uns quilómetros mais à frente, salários em atraso, que é uma realidade que ou se mantém ou tem mostrado, nos últimos anos, tendência para se agravar. A crescente precariedade das relações laborais só agrava este panorama, sendo uma causa da pressão sobre os salários, da saída precoce do mercado de trabalho e das fortes discriminações salariais.

Aqui fica, pois, o terceiro desafio que o Governo assume a defesa e o crescimento dos salários e das pensões de reforma como um dos objectivos prioritários da sua política laboral e social, que o Governo aceite aumentar, desde já, os vencimentos dos trabalhadores da Administração Pública como compensação pelo aumento geral de preços resultante do aumento dos combustíveis.

Aplausos do PCP

Aliás, os baixos salários, como sabem, exercem pressão negativa sobre a produtividade. Só melhores salários e o aumento do poder de compra dos trabalhadores poderão impulsionar o mercado interno e, por esta via, o próprio desenvolvimento da economia e da qualificação e produtividade do trabalho.

Contra esta realidade, o Sr. Ministro vangloriar-se-á de uma diminuição estatística do desemprego, mas não nos furtamos também a esse debate. O PCP não partilha a tese do quanto pior melhor. O aumento do emprego e diminuição do desemprego é, seguramente, uma das causas que constituem a razão de ser do Partido Comunista Português.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador. — Mas, sem negar a realidade estatística e sem querer recordar aquilo que o Engenheiro Guterres afirmava, há anos, sobre a distância que vai dos números à realidade social, importa sublinhar alguns aspectos dessa evolução estatística.

Em primeiro lugar, a variação do emprego, nos últimos anos, tem-se devido mais à própria conjuntura económica do que a medidas concretas de políticas orientadas nesse sentido.

Em segundo lugar, muito do que o Governo alega como sendo diminuição de desemprego está mascarado atrás das dezenas de milhar de trabalhadores, talvez mais de 40 000, que frequentam acções de formação sobre acções de formação, POC (Programas Ocupacionais) sobre POC, durante anos a fio.

Em terceiro lugar, o facto estranho de o emprego crescer com mais intensidade, de acordo com os dados estatísticos, no grupo etário dos 45 aos 54 anos significa estarmos perante fenómenos superficiais com base em biscoates e trabalho de muito baixa qualidade.

Em quarto lugar, é preocupante o facto de o desemprego entre os jovens licenciados ter vindo a aumentar cada vez mais, representando hoje cerca de 10% dos desempregados. Não é raro encontrarmos jovens licenciados a esconder as suas habilitações para conseguir um emprego, a terem de se sujeitar a frequentar estágios não remunerados, a exercer actividades correspondentes a níveis de qualificação muito mais baixos. Tudo isto ex-

pressa a artificialidade de muitos dos números apresentados pelo Governo.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente e Srs Deputados Foi toda esta realidade que esteve, evidentemente, afastada das preocupações da Cimeira de Lisboa. O Primeiro-Ministro quis fazer crer ao País que, por influência decisiva das preocupações e propostas da presidência portuguesa, a questão do emprego seria o tema central desta cimeira da União Europeia, mas o que tivemos foi uma reunião deslumbrada com a chamada «sociedade da informação» e com a «nova economia», com a receita milagrosa das novas tecnologias e com as medidas de apoio à integração dos mercados financeiros. O que tivemos foram medidas para acelerar o processo de liberalização das telecomunicações, dos transportes e dos serviços financeiros e para facilitar o domínio do mercado global pelos interesses económicos transnacionais nele empenhados.

Quanto ao emprego, que era suposto ser o tema central da Cimeira, para além de declarações de boas intenções, da renovação de promessas mil vezes repetidas e nunca cumpridas, de cimeira para cimeira, desde — lembremo-nos — os 15 milhões de empregos até ao ano 2000 no já remoto Livro Branco de Delors, agora convenientemente esquecido, até aos mais recentes Conselhos de Luxemburgo e de Cardiff, o que fica de concreto é a insistência na necessidade de flexibilizar ainda mais as relações de trabalho e de aumentar a chamada «mobilidade do mercado de trabalho».

Agora, quando penetrarmos nas vestes da cuidadosa e tecnicocrática linguagem usada e ultrapassamos o *benchmarking*, o que encontramos, de facto, são as afirmações do Ministro Ferro Rodrigues de que «o modelo do futuro não é o do emprego para a vida inteira», ou o dos gurus da nova economia, que falam em «empresas descartáveis por projecto» e em «leilão de competências e de tempo de trabalho» como as grandes soluções oferecidas aos trabalhadores.

Claro que quando descemos à economia real, ao local da produção dos bens materiais, toda esta linguagem cerrada, codificada para esconder o essencial, é traduzida com mais brutalidade por quem manda, de facto, na definição das políticas sociais europeias.

Como se afirmava num recente congresso mundial da economia, realizado na Alemanha, «neste novo mundo, os trabalhadores são relegados para segundo plano, pois o capital transformou-se na matéria prima mais cobiçada». Como dizia, nesse mesmo Congresso, o presidente de uma multinacional, no futuro, «só os grandes podem sobreviver», pelo que «o elemento social fica para trás» ou, como referia ainda mais explicitamente o presidente da Airbus, «temos de nos despedir dos nossos escrúpulos morais» ou, como sublinhava o Presidente da Bayer, «a situação melhoraria consideravelmente se os que têm emprego renunciassem voluntariamente a uma parte das suas regalias sociais». Porque estas, Sr Primeiro-Ministro e Sr Ministro, são as questões reais e os objectivos concretos que se escondem por detrás dos textos e dos discursos bem encenados das cimeiras e dos conselhos, das conferências de imprensa e das entrevistas ministeriais!

Se dúvidas restam, aí está a primeira concretização da Cimeira, a proposta da Comissão Europeia, ontem conhecida, no quadro das chamadas Grandes Orientações de

Política Económica, para que, em Portugal, sejam facilitados os despedimentos e flexibilizados ainda mais os horários de trabalho

Neste modelo de economia que nos é oferecido, uma variável é sempre imutável a da concentração e centralização da riqueza e do capital, a da máxima taxa de lucro e de exploração dos trabalhadores. A outra, a que varia, a que deve pagar os custos da competitividade, é sempre a do abatimento do preço da força de trabalho!

Para esconder estes objectivos utilizam um vocabulário abundante, manipulador, anestesiante, em que, curiosamente, os que mais se esmeram são antigos apóstolos do anticapitalismo: «adaptação», «empregabilidade», «rotação de empregos» e «mobilidade» são alguns dos termos com que constantemente nos bombardeiam e com que se procura esconder a realidade do desemprego, o inaceitável carácter precário do emprego, os baixos níveis salariais

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador: — O que está hoje em causa é um direito civilizacional conquistado em duras lutas dos trabalhadores e dos sectores mais progressistas do pensamento intelectual do nosso século, é o direito ao emprego com direitos, condição de cidadania e de dignificação da pessoa humana.

Aplausos do PCP

O que está hoje em causa é o combate contra um modelo de economia neoliberal, mesmo que recoberto com muito discurso sobre o social, em que se anuncia o «fim do trabalho» para melhor se explorarem os trabalhadores, em que o trabalhador é considerado uma peça descartável e em que a precarização das relações laborais e a segmentação dos processos produtivos e sociais procuram fazer diminuir a capacidade reivindicativa do mundo laboral, torná-la mais frágil e dependente, diminuir a sua intervenção nos movimentos sociais e nas suas estruturas de classe

Finalmente, Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Sr Ministro e Srs. Deputados, estas são as questões concretas do mundo do trabalho que trazemos a debate nesta interpelação. Não bastam discursos abstractos ou de reflexão académica sobre o futuro. Não dizem nada conceitos aparentemente aliciantes, como o do «pleno emprego», se eles apenas servirem para esconder a gritante diminuição da qualidade do emprego e do visível subemprego

O PCP defende mais emprego, mas mais emprego com direitos. Um dos caminhos é o País prosseguir a via da redução do tempo de trabalho sem diminuição de salários. Por isso, entregámos também um projecto de lei de redução progressiva, até 2003, do tempo de trabalho para as 35 horas semanais.

O PCP está, obviamente, de acordo com o princípio de que é preciso melhorar a educação, a formação e a qualificação dos trabalhadores para melhorar a própria qualidade do emprego, a estabilidade, o nível de produtividade da economia e o nível das remunerações. Tudo o que seja feito com verdade nesse sentido tem, evidentemente, o nosso acordo e o nosso apoio activo, como não fechamos os olhos à realidade para as novas e diversificadas formas de emprego que estão a multiplicar-se numa economia com crescente grau de complexidade e de integração

Mas isso não pode ser o «cobertor» com que se procura esconder e justificar o intolerável incremento da precariedade nas relações laborais e da fragilização dos direitos de quem trabalha. A mais empregos, a novos empregos, têm de corresponder melhores empregos

Por isso, os trabalhadores deram, no passado dia 23 de Março, uma impressionante resposta de força, com mais de 80 000 trabalhadores na rua a reclamarem emprego de qualidade, contra a precariedade. Esta voz o Governo não pode ignorar

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Finalmente, desafiamos o Governo a reconhecer que existe hoje um problema grave em Portugal, que constitui, ele próprio, um factor de debilidade da economia portuguesa: a falta de qualidade dos empregos, com altos níveis de precariedade, baixos salários, elevada sinistralidade, baixas qualificações, elevada carga horária.

Temos connosco, Sr Presidente, os trabalhadores. Assim tenhamos, pelo menos, o interesse desta Assembleia, do Governo e de todos os órgãos de soberania

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Sr Deputado, o tempo que gastou a mais nesta intervenção de abertura será descontado no tempo de debate atribuído ao seu grupo parlamentar.

Em representação do Governo, tem a palavra o Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade (Ferro Rodrigues) — Sr Presidente, Sr Primeiro-Ministro, Caros Colegas do Governo, Srs Deputadas, Srs Deputados: É com todo o gosto que venho à Assembleia da República para esta interpelação.

A meu ver, a própria formulação desta interpelação corresponde a um progresso, porque parte do reconhecimento de que Portugal está a ter bons resultados quantitativos no combate ao desemprego e na criação de emprego e, simultaneamente, porque exprime uma preocupação com a qualidade do emprego que deve ser partilhada

É para mim claro que a qualidade do emprego é um aspecto importante para o exercício dos direitos de cidadania, para a coesão social e, consequentemente, para a própria qualidade da democracia.

Esta interpelação é, por isso, uma oportunidade para ter um debate sério e democrático, mesmo se parte de uma visão parcial que não corresponde ao essencial do que se está a passar na sociedade portuguesa. O tema desta interpelação assenta numa visão negativista da realidade, que obriga quem a tem, repetida e sistematicamente, a exacerbar os problemas e a não querer ver os aspectos positivos

Sr. Presidente, Srs. Deputadas e Srs. Deputados: Portugal vive hoje uma fase de crescimento económico e de convergência real. Nos últimos três anos, o ritmo de crescimento da nossa economia tem sido, em média, superior a 3%, sendo que o produto tem crescido, invariavelmente, acima da média comunitária

A combinação deste ciclo económico positivo, com a activação das políticas de emprego decorrentes do Plano Nacional de Emprego, nomeadamente o compromisso de dar uma resposta a todos os jovens antes de completarem seis meses de desemprego e a todos os adultos antes de 12

meses, tem levado a que o mercado de trabalho apresente também um comportamento positivo a diversos níveis, em termos de evolução do desemprego e do volume de emprego, mas também em termos do vínculo contratual no emprego e, ainda, em termos de salários reais.

Como, aliás, hoje foi anunciado, há 39 meses consecutivos que o número de desempregados inscritos nos centros de emprego desce, situando-se hoje em cerca de 340 000 inscritos, um valor que é o mais baixo, desde 1993, para esta época do ano.

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — Só em relação há um ano atrás, o número de desempregados inscritos, no mês homólogo, baixou 10%. A taxa de desemprego tem vindo, pois, a baixar sistematicamente, sendo, de acordo com os últimos dados disponíveis, de 4,1%, que é também o valor mais baixo desde 1993.

Mas — e isto é muito importante — são também os segmentos com maiores problemas de inserção profissional, os jovens, as mulheres e os desempregados de longa duração, que têm diminuído o seu peso no desemprego a um ritmo mais apreciável. Por exemplo, entre Março de 2000 e Março de 1999 o desemprego jovem baixou 20%.

Aliás, a baixa global do desemprego faz de Portugal um dos países da União Europeia com a mais baixa taxa de desemprego. Tal taxa, que é inferior à do Japão e semelhante à dos Estados Unidos, países conhecidos pela sua capacidade de criar emprego, corresponde precisamente a metade da taxa média de desemprego comunitária.

Tem havido uma significativa criação de emprego. No ano de 1999, cresceu 1,9%, isto quando já havia crescido, em 1996, em 1997 e em 1998. Aliás, de acordo com dados do INE, desde 1995 foram criados uns impressionantes 380 000 novos postos de trabalho, contribuindo para a obtenção de uma taxa de emprego elevada, outra das especificidades do nosso sistema de emprego, que está hoje ao nível do que se deseja para a União Europeia daqui a 10 anos. Na verdade, o objectivo definido na Cimeira de Lisboa para a taxa de emprego em 2010 já foi atingido em Portugal.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Contudo, além da dinâmica muito positiva que ocorreu em 1999 no que toca à criação de emprego e que faz com que o nível de desemprego tenha deixado de ser, ao contrário do que acontecia em passado recente, motivo central de debate político, há um conjunto de indicadores que têm a ver com a qualidade do emprego e que apresentam também uma evolução positiva.

Os trabalhadores por conta própria sem pessoal ao serviço, que, como sabemos, é onde se inclui também o chamado falso trabalho independente, diminuíram, em 1999, 2,9%. Esta diminuição, por si só, é responsável pela diminuição do peso dos trabalhadores por conta própria no emprego total e assenta, em larga medida, no combate que temos levado a cabo contra o falso trabalho independente.

Na verdade, a diminuição do trabalho por conta própria, que se tem feito sentir, resulta não de uma diminuição da capacidade individual empreendedora dos portugueses mas, sim, da redução efectiva daquilo a que se chama falsos recibos verdes.

Esta dimensão é, aliás, reveladora do empenho que temos posto no combate às diversas formas de ilegalidade, que persistem no mercado de trabalho, e do empenho que colocamos na intensificação da conformidade entre as relações de trabalho e a legislação laboral. Tornar as leis laborais efectivas tem sido um objectivo prioritário do Governo, no quadro do Ministério do Trabalho e da Solidariedade, ao qual tem correspondido um reforço da actividade da Inspecção-Geral do Trabalho.

Em 1997, as sanções aplicadas, decorrentes das acções desta Inspecção-Geral foram de 575 000 contos, em 1999, as mesmas sanções ascenderam a 1 milhão de contos, de 1997 a 1999, por acção directa da inspecção, foram regularizadas mais de 20 000 situações de trabalho ilegal clandestino ou precário.

A Inspecção-Geral do Trabalho tem hoje mais recursos humanos e, como sabem, aqui são necessários recursos humanos qualificados. Em 1998 foram admitidos 32 novos inspectores, 11 que acabaram o estágio recentemente e 50 iniciaram estágios em Maio.

Temos também mais actividade e, assim, obtivemos não apenas a duplicação das coimas mas a triplicação das contribuições para a segurança social, que foram apuradas através de acções conjuntas de várias inspecções, entre as quais a Inspecção-Geral do Trabalho, a triplicação das visitas relâmpago no combate ao trabalho infantil, a duplicação das inspecções de segurança na construção civil, a triplicação das notificações a empresas para a tomada de medidas, a duplicação das obras suspensas em resultado da actuação das inspecções.

Estamos, pois, a lutar decididamente contra a precariedade, ou seja, contra o uso irregular da flexibilidade laboral necessária à dinamização do emprego.

Mas não é apenas a dinâmica de criação de emprego e de quebra do desemprego que se apresenta positiva. Também o tipo de contratos começa, embora lentamente, a evoluir de forma mais favorável.

Na verdade e pela primeira vez invertendo uma tendência que durava desde 1993, no ano passado verificou-se um crescimento do emprego também nos contratos sem termo, de 1,4%, o que, em termos absolutos, representa mais cerca de 40 000 trabalhadores com contratos permanentes, os quais — como, aliás, já foi dito — representam, em Portugal, mais de 80% do total dos trabalhadores por conta de outrem.

Aliás, o conjunto do trabalho por conta de outrem cresceu, em 1999, 3,4%, isto quando em 1997, por exemplo, havia crescido apenas 1,4%. Assim se comprehende também algo que é extremamente importante, ou seja, a evolução no número de trabalhadores por conta de outrem que contribuem para o regime geral da segurança social mais meio milhão entre 1995 e 1999. E quando se fala tanto em sustentabilidade do sistema de segurança social, este número é talvez o mais importante para garantir o presente e o futuro da segurança social em Portugal.

Mas, realmente, também os contratos a termo aumentaram, contribuindo de forma mais decisiva para a forte criação de emprego. Ao contrário de alguns, não vejo neste aumento sempre um mal. Uma das funções destes contratos é precisamente facilitar a criação de emprego em períodos de maior dinamismo económico, acomodando a procura de mão-de-obra, ou seja, fomentar a melhoria de uma relação positiva entre crescimento económico e crescimento do emprego. É que se criarmos dificuldades exageradas à contratação a termo podemos acabar por ficar numa si-

tuação em que o produto cresce menos e o emprego não cresce. Ora, nós queremos, claramente, que mais produto também signifique mais emprego.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — A isto acresce que, cada vez mais, a entrada no mercado de trabalho é feita de forma progressiva e não, como no passado, através de uma transição rápida e definitiva. Nomeadamente para os jovens, os contratos a termo são, muitas vezes, também uma oportunidade de ter experiências de aproximação ao mercado de trabalho, funcionando como mecanismos de apoio à sua integração plena naquele. Aliás, esta situação é particularmente verdade para Portugal. De acordo com um estudo da União Europeia, no nosso país, em cada três contratos a prazo um transforma-se em contrato sem termo, quando a média da União é de cinco para um.

O Sr Artur Penedos (PS) — Bem lembrado!

O Orador. — Assim, de molde a intensificar esta tendência ainda este ano vamos criar incentivos à conversão de contratos a termo em contratos sem termo, desde que este seja celebrado no fim do primeiro contrato, por forma a estimular a criação de emprego sem termo.

Mas deixem-me também, a este propósito, referir a medida «estágios profissionais». De acordo com os últimos dados, 3/4 dos jovens estagiários ficam empregados no fim dos estágios, sendo que metade desses estagiários ficam empregados na própria empresa onde estagiaram.

Também a evolução dos salários em Portugal tem sido positiva. Partimos de uma situação negativa, tendo o nível salarial mais baixo da União Europeia. Contudo, quer o rendimento médio dos portugueses quer as remunerações médias do trabalho apresentaram, na segunda metade da década de 90, um movimento de convergência — embora lenta, como já disse — com a média da União Europeia.

Na verdade, nos últimos quatro anos, os salários apresentaram um acréscimo real, tanto em termos do salário mínimo nacional como dos salários convencionais, como, mais em geral, nos salários médios. O salário mínimo nacional tem crescido sistematicamente a um ritmo superior aos salários convencionais: em 1999, o salário mínimo nacional cresceu, em termos nominais, 4,1%, o mesmo sucedendo este ano e, no que toca aos serviços domésticos, o crescimento foi de 5,5%.

É este crescimento que faz com que, em termos reais, tenha ocorrido um crescimento de 1,8% do salário mínimo nacional e de 2,8% para os serviços domésticos.

Também, os salários convencionais têm apresentado um bom ritmo de crescimento em 1999, 3,6%, em termos nominais e 1,3% em termos reais.

Se bem que ainda não se encontre disponível informação relativa aos dois últimos anos, de acordo com os dados relativos a 1997 os trabalhadores com salários mais baixos — salários inferiores a 2/3 da mediana — eram 13,1% do total, quando, em 1994, eram 14,7% e, em 1993, 15,5%. Esta diminuição é tanto mais significativa quanto o valor da própria mediana aumentou.

Ao contrário do que o PCP frequentemente afirma, também no que se refere à distribuição do rendimento disponível dos particulares, como pode ver-se no quadro III.7 do último Relatório Anual do Banco de Portugal, a situação nos últimos anos em que existem dados — 1996,

1997 e 1998 — evoluiu de forma claramente favorável às remunerações do trabalho em comparação com os rendimentos de empresas e propriedades em 1996, 6,5% contra 3,8%, em 1997, 7,3% contra 2,5%, em 1998, 8,5% contra 7%.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador. — E tudo indica que em 1999 e 2000 este movimento continuará.

No entanto, não escondemos — nunca o fizemos nem o faremos — que a nossa situação de partida é complexa e apresenta um conjunto de obstáculos e de debilidades estruturais cuja superação só é possível mediante uma estratégia de médio prazo, se possível assumida maximizando o consenso social e político na sociedade portuguesa.

O baixo nível de qualificações e de habilitações da população portuguesa, reflectindo défices acumulados ao longo de décadas, é, inequivocamente, o maior obstáculo à consolidação dos nossos níveis de emprego e à melhoria da qualidade deste, bem como ao aumento da competitividade da nossa economia. Baixo nível de habilitações este que faz com que, mesmo nos quadros superiores, o número de trabalhadores com habilitações ao nível do bacharelato e da licenciatura não atinja 70%.

A rigidez comportamental deste fenómeno tem tradução, quer ao nível das habilitações escolares quer ao nível das qualificações profissionais, fazendo com que a evolução positiva, embora existindo, seja lenta. Assim, em 1985, 92,1% dos trabalhadores por conta de outrem tinham ou o 9.º ano de escolaridade ou menos e, de acordo com os últimos dados disponíveis, que são os de 1997, esse valor tinha baixado para 78,6%, ainda, no entanto, muito longe da média comunitária, que é de 40%.

Já no que toca às qualificações, a tendência positiva tem sido relativamente mais lenta. Em 1985, 41,8% dos trabalhadores eram semiqualificados ou não qualificados e em 1997, ainda assim, esse valor tinha baixado para 36,5%.

Mas se, no que toca aos adultos, Portugal apresenta uma estrutura de qualificações da população empregada pouco favorável — o que, consequentemente, cria dificuldades ao nível da adaptabilidade —, já a estrutura habilitacional dos jovens é mais favorável, encontrando-se a taxa de participação no sistema educativo próxima da média comunitária. Aliás, a proporção de detentores do ensino secundário ou superior no conjunto da população activa aumentou de 19,6%, em 1998, para 20,7%, em 1999.

Sr Presidente, Sr^{as} Deputadas e Srs Deputados O diagnóstico que aqui trouxe sobre o comportamento do nosso mercado de trabalho é claro: Portugal tem hoje, em relação a um passado recente, menos desemprego e maior capacidade de criar emprego. Portugal tem hoje melhores salários e os ganhos dos portugueses são também melhores; Portugal tem hoje mais empregos e com mais qualidade, apesar dos problemas que ainda existem. Temos contudo, debilidades estruturais, das quais a mais significativa é o baixo nível de qualificações da população activa.

O nosso investimento prioritário deve ser, por isso, nas pessoas e nas suas qualificações. Mas continuaremos a investir na fiscalização, no cumprimento de leis cada vez mais aperfeiçoadas e numa mudança social contratualizada que permita articular melhor adaptabilidade e segurança.

O trabalho conjunto que em sede de concertação social está a ser feito, entre o Governo, a CGTP-Intersindical, a UGT, a CIP, a CCP e a CAP, procurando pistas para

mudanças em várias áreas, entre as quais a da organização do trabalho, da produtividade e dos salários, representa uma esperança para efectivas melhorias

Não aderimos às teses catastrofistas sobre o nosso sistema de emprego. Teses catastrofistas que, aliás, evoluem, de acordo com as conveniências, de catástrofe em catástrofe sem que, no entanto, nenhuma delas chegue, felizmente, a ocorrer. A este nível é sintomático que a catástrofe eminentemente do desemprego tenha desaparecido e tenha sido rapidamente substituída.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Orador — Sr Presidente, Sr as Deputadas e Srs Deputados: Como até aqui, o Governo continuará a investir na linha de rumo que traçou para promover o emprego, combater o desemprego, garantir a competitividade da nossa economia, aprofundando a coesão social.

Temos uma estratégia clara, de médio prazo, corporizada no Plano Nacional de Emprego, que tem produzido efeitos não despiciendos no curto prazo.

O nosso compromisso é com a activação dos serviços que aos diversos níveis contribuem para a melhoria do comportamento do mercado de trabalho. Traçámos uma linha de rumo e sabemos que é essencialmente da sua concretização que depende a superação das debilidades e dos obstáculos que continuamos a enfrentar.

Investimos na qualidade do trabalho, promovendo legislação laboral adequada às novas realidades, aperfeiçoando o próprio exercício dos direitos legítimos dos trabalhadores e promovendo sanções laborais, bem como acções inspectivas, de molde a garantir a efectividade da legislação.

Aliás, relembo aqui que a aprovação pela Assembleia da República, em 1999 — portanto, há pouco tempo —, é um grande contributo para um combate que tem de ser fundamental e muito determinado, por parte de todos, contra a sinistralidade, contra os acidentes laborais, e um marco histórico para a valorização e dignificação do trabalho.

A propósito da intervenção do Sr Deputado Lino de Carvalho e das suas referências às empresas de trabalho temporário, lembro que tivemos o gosto de ver o PCP ao lado do Governo no que se refere às alterações feitas ao diploma sobre o trabalho voluntário. Portanto, no essencial das mais importantes alterações laborais que aqui se deram, pudemos contar com o vosso voto positivo, o que, como sabem, muito apreciamos em qualquer circunstância.

A Sr.ª Odete Santos (PCP) — O problema não é esse!

O Orador — Investimos no combate precoce ao desemprego porque sabemos que ao desemprego pode seguir-se o desemprego de longa duração, na maior parte das vezes associado a situações de exclusão social. Estancar este potencial de desinserção implica uma actuação rápida e com respostas adequadas. É neste sentido que, mediante a intervenção do Instituto de Emprego e Formação Profissional, estamos a dar resposta, de forma progressiva e em todo o País, aos jovens antes de completarem seis meses de desemprego e aos adultos antes de completarem 12 meses.

Investimos na formação contínua dos activos, lançando um repto à sociedade, designadamente aos parceiros sociais, para que faça desta causa uma causa nacional e não apenas uma causa do Governo.

Temos hoje os instrumentos e os recursos, nomeadamente no contexto do Quadro Comunitário de Apoio, para corporizarmos o exigente compromisso que assumimos em matéria de formação contínua.

Investimos no combate à exclusão social associada ao desemprego. No quadro do mercado social de emprego, temos lançado um conjunto de novas medidas, que criam novas oportunidades de inserção e possibilitam a prestação de novos serviços às famílias e às comunidades, mas também no domínio da protecção social temos avançado, intensificando a protecção social no desemprego.

Portanto, não nos temos limitado a medidas activas de emprego, temos também tido o cuidado de desenvolver, à medida das possibilidades, os aspectos mais tradicionais de defesa dos trabalhadores perante riscos como o de desemprego. Assim, protegemos, hoje, mais e melhor, aqueles que se encontram desempregados.

Quer o PCP queira quer não, a situação do emprego em Portugal está melhor, quer o PCP queira ver quer o não queira, estamos a trabalhar pela qualidade do emprego, no contexto de uma modernização económica necessária e desejável, que respeite e aprofunde os direitos dos trabalhadores.

Não negamos os problemas e as dificuldades, mas, da mesma forma que nos últimos anos passámos de uma situação de emergência no desemprego para uma situação claramente positiva, estamos seguros de que a continuação de políticas determinadas e activas permitirão fazer da qualidade do emprego o grande desígnio português da primeira década do novo milénio.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Lino de Carvalho, os Srs Deputados Fernando Pésinho e Barbosa de Oliveira, e, para pedir esclarecimentos ao Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade, os Srs Deputados Telmo Correia, Francisco Louçã, Odete Santos, Fernando Pésinho, Manuela Ferreira Lente, Maria Celeste Cardona, Bernardino Soares, Pedro Mota Soares e Vicente Merendas.

Tem a palavra o Sr Deputado Fernando Pésinho, para formular o seu pedido de esclarecimento ao Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Fernando Pésinho (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr Deputado Lino de Carvalho, o trabalho é, reconhecidamente, a primeira necessidade do homem. É, portanto, uma necessidade que poderemos considerar como básica: é do trabalho que nasce a produção que satisfaz o nosso consumo, é do trabalho que nasce a realização do homem, o seu equilíbrio emocional.

A interrogação que deixamos no ar é esta: que espaço existe para a felicidade do homem, para a sua plena realização, quando trabalha a termo certo, quando o seu emprego é precário e, sobretudo e fundamentalmente, quando está desempregado?

Não assentará nas relações de trabalho, no flagelo do desemprego, do emprego precário, sem direitos e regalias, uma boa dose do sentimento de frustração, de insatisfação, de insegurança e até de problemas de saúde para além de problemas sociais como a marginalidade e a exclusão?

O homem, do nosso ponto de vista, é o único animal à face da terra que apresenta a invulgar capacidade para excluir os seus pares. Mais apresenta a capacidade de

explorar os seus pares para a satisfação de necessidades egoistas. E isso está bem reflectido no mundo das relações de trabalho e de produção, o qual conduz à exaustão de recursos naturais e a uma deficiente e iníqua distribuição da riqueza.

Ao fim de décadas e décadas de modelos de produção industrial e consumistas, dominados por teorias liberais e produtivistas, o que é feito da redistribuição da riqueza, do desenvolvimento e do progresso? Que reflexos é que o crescimento económico verificado teve na qualidade de vida, no poder de compra e na estabilidade do emprego?

Sr Deputado, muito concretamente, na opinião do PCP, que medidas deveriam ser tomadas para garantir não só a estabilidade do emprego como uma distribuição mais equitativa dos rendimentos do trabalho, sobretudo se atendermos, por exemplo, à disparidade existente entre os apoios que o Estado disponibiliza para a instalação de empresas multinacionais, como no caso da Ford/Volkswagen e da Lear Corporation, ambas no distrito de Setúbal — para dar apenas dois exemplos do local de onde sou oriundo —, para depois os trabalhadores se vereem permanentemente confrontados com o espectro da inviabilidade da empresa, da sua deslocalização após um lapso temporal ou, o que acontece com a maioria dos seus trabalhadores, com vínculos laborais precários e relações delicadas com as entidades empregadoras, como é o caso da Lear Corporation?

A questão é a de saber se é justo que seja pedido este esforço a todos os contribuintes, ao erário público, para apoiar na instalação destas empresas, permitindo-se, por outro lado, situações de precariedade como aquelas que há pouco referi. A questão que gostaria de colocar é se não seria mais saudável e sustentável apoiar outro tipo de iniciativas, de carácter regional, de base endógena e que evitassem estarmos sempre à mercê desta «economia de beduínos», que, ao menor sinal de tempestade nos mercados globais ou ao menor indício de reivindicação laboral, ameaçam levantar a «tenda e ir acampar» noutro ponto do planeta.

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS) — Sr Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, ouvi atentamente a sua intervenção, partilho de algumas das preocupações que aqui nos trouxe e estou de acordo que não devamos ter discursos abstractos. No entanto, pareceu-me que o Sr. Deputado nos trouxe aqui um tipo de discurso tão pessimista e tão catastrofista que, a certa altura, me fez lembrar a história do rapaz que gritava pelo lobo a todo o momento, mesmo quando o lobo não vinha — e, sobretudo, quando o lobo não vinha — e, um dia, veio mesmo o lobo e comeu o rapaz.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — «Malandreco» do lobo!

O Orador — Há lobos malandros, Sr. Deputado! Alguns deles até são «malandrecos».

Pareceu-me que nessa preocupação em «pintar» tudo de negro esqueceu-se e não deu — ou, porventura, não quis dar — atenção a coisas que não vou repetir de forma exaustiva, porque o Sr. Ministro acaba de as dizer.

De qualquer forma, julgo que o Sr. Deputado há-de concordar comigo que não é por acaso que o desemprego de longa duração baixou, ou está a baixar, não é por caso que

o desemprego jovem baixou, ou está a baixar, não é por acaso que o desemprego nas mulheres baixou, ou está a baixar. Será resultado das medidas activas de emprego, designadamente no domínio da formação de jovens e desempregados de longa duração, que têm sido levadas a efeito ou terá sido por algum milagre divino? Admito que as medidas activas de emprego estão a produzir os seus resultados, embora reconheça que nem tudo está feito, nem tudo está bem, e por isso repito o que comecei por dizer, isto é, que partilho de algumas das suas preocupações.

Mas nestas coisas há que haver justo equilíbrio e justo bom senso, e foi por isso que falei do tal lobo, que o Sr. Deputado Octávio Teixeira classificou de «malandreco», visto que o combate se faz percebendo aquilo que não está mal de todo e distinguindo-o daquilo que efectivamente está mal, de forma a combater-se apenas o que está mal.

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr. Deputado

O Orador — E essa é a questão, Sr. Deputado, porque quando se «pinta» tudo de negro não há nenhuma hipótese de ver alguma réstia de luz ao fundo do túnel, como alguém dizia.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder em conjunto aos dois pedidos de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Lino de Carvalho.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, agradeço aos Srs. Deputados Fernando Pésinho e Barbosa de Oliveira as questões colocadas e vou responder-lhes em conjunto.

Quanto à questão colocada pelo Sr. Deputado Barbosa de Oliveira, sublinho que partilha das nossas preocupações e, ao contrário do que disse, o Sr. Ministro confirmou que não temos uma visão catastrofista ou negra da realidade. Como o Sr. Ministro referiu — e bem! — o PCP está disponível para apoiar, aprovar e apresentar, como apresentámos, várias iniciativas legislativas com vista a combater o problema do desemprego e, sobretudo, a aumentar a qualidade do emprego contra a precariedade.

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS) — Falei de bom senso!

O Orador — No entanto, Srs. Deputados e Sr. Ministro, não podemos aceitar que, a coberto de elementos estatísticos ou de um discurso muito geral, se esqueça a realidade do que se passa nas empresas, nos locais de trabalho, nos sectores de actividade, e o Sr. Deputado, no próprio sector onde intervém sindicalmente, sabe que é assim.

Quando partimos para esta interpelação, eu próprio procurei conhecer a realidade para além dos números e dos gabinetes alcatifados, onde todos nós, porventura por culpa das nossas funções, passamos agora grande parte do tempo.

Sr. Ministro e Sr. Deputado, as minhas dúvidas desvaneceram-se quanto ao problema do emprego e da sua qualidade em Portugal, e se têm dúvidas quanto ao carácter da precariedade crescente das relações laborais em Portugal, quanto ao que se passa nas empresas, temos aqui *dossiers* completos, com relatórios — empresa a empresa, sector a sector, zona a zona do País —, do que

se passa, de facto, no terreno E é essa discussão que queremos trazer aqui, hoje, a debate

Não é por acaso que o Sr Deputado Barbosa de Oliveira e o Sr Ministro fugiram deste debate como «o diabo da cruz», refugiando-se nas estatísticas do desemprego.

Sr Ministro, nós não nos furtamos a esse debate, pelo que, como não vamos ter tempo para muito mais e para não relembrar os tempos em que o Sr Ministro Ferro Rodrigues e o Sr. Eng.^o António Guterres falavam, e bem, da distância que ia entre as estatísticas e a realidade social quando o PSD era governo — porventura, isso não mudou muito, Sr Ministro —.

O Sr Joel Hasse Ferreira (PS) — Isso agora melhorou muito!

O Orador — dou-lhe um exemplo concreto uma das acusações que fazemos é que, muitas vezes, por trás das estatísticas estão milhares de trabalhadores, designadamente jovens, que passam de programas ocupacionais e de formação para programas de formação sem que isso signifique, de facto, a diminuição do desemprego ou criação de emprego, mas que não fazem parte das estatísticas

Sr Ministro, Sr Deputado Barbosa de Oliveira, tenho aqui um documento — não é nosso, é um relatório oficial de avaliação dos programas operacionais do Instituto de Emprego — que refere que, nos últimos quatro anos passaram pelos programas operacionais cerca de 100 000 trabalhadores 22 000 em 1994, 23 000 em 1995, 25 000 em 1996, 26 000 em 1997 E este relatório oficial diz que este ciclo vicioso dos POC mascara muitas vezes o desemprego, o que é particularmente frequente na população feminina e no grupo dos carenciados No fundo, diz o relatório que mais de 50% frequentaram já várias actividades ocupacionais e estiveram várias vezes na mesma entidade

Em relação ao que daqui resulta para a criação de emprego, pode-se ler, mais à frente, que «no âmbito da empregabilidade, os resultados são pouco satisfatórios e, na grande maioria dos casos, os programas ocupacionais não proporcionam um emprego»

Podia ler-lhe mais, Sr Ministro e Srs Deputados, mas nestes cerca de 100 000 trabalhadores que passam pelos programas ocupacionais está muito desemprego mascarado ou, enfim, a criação de condições para situações.

O Sr Barbosa de Oliveira (PS) — Se estivessem totalmente desempregados era melhor?

O Orador — E por que é que, neste conjunto, não se criam condições para que se criem empregos? Por que é que a própria Administração Pública, neste momento, insiste em formas de precarização e de rotação frequente dos mesmos funcionários dentro dos mesmos sectores, para cumprir necessidades permanentes do Estado?

O Sr Presidente — Terminou o seu tempo, Sr Deputado

O Orador — Sr Presidente vou terminar.

Podia continuar a ler o que vem nesse relatório Por exemplo, o complexo Grundig emprega 3900 a 4000 trabalhadores, dos quais 1500 são precários, a Blaupunkt emprega 1800 trabalhadores, dos quais 600 são precários, etc , podia referir dados sobre o emprego precário na dis-

tribuição, dados sobre o emprego precário nas novas empresas de telecomunicações Estes exemplos multiplicam-se por todo o lado!

Por isso, Sr Presidente, e para terminar, queria dizer ao Sr Ministro que podemos entrar nesse debate, mas o que queremos aqui debater concretamente é esta questão, que é uma questão real, que não pode ser mascarada através de discursos e de números, pois tem a ver com o problema da precariedade e das relações de trabalho

Aplausos do PCP

Nesse sentido, Sr Deputado Fernando Pésinho, apresentámos, ainda recentemente, vários projectos de lei para alteração das relações de contratos a prazo, de forma a assegurar os direitos dos trabalhadores e criar novos empregos.

O Sr Presidente — Tem de terminar, Sr Deputado.

O Orador — Este é o caminho e é o debate que queremos que seja feito com esta interpelação um debate sério sobre o problema do emprego que temos em Portugal e sobre como contribuir para aumentar, e não diminuir, .

O Sr Presidente — Sr Deputado, peço desculpa, mas tem de terminar

O Orador — os direitos dos trabalhadores, isto é, sobre a criação de emprego com direitos

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Tem a palavra, para formular o seu pedido de esclarecimento ao Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade, o Sr Deputado Telmo Correia

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Ministro, a pergunta que queria fazer começa com uma pequena observação retrospectiva, reportada à manhã de hoje, unicamente para lhe lembrar — e veremos o que é que tem a ver com o assunto — que o preço do barril de petróleo está hoje em 21,3 dólares

Andando ainda mais para trás, recordo-me perfeitamente dos cartazes, com o rosto do Sr Primeiro-Ministro, em que se lia que primeiro estão as pessoas, e lembro-me que este Governo, em particular, foi eleito com base em dois pressupostos primeiro, o diálogo e, segundo, a garantia de paz social O que acontece, Sr Ministro, é que parece que a capacidade de diálogo está esgotada e que, em consequência desse esgotamento, a paz social está seriamente comprometida

Se não vejamos temos inúmeras greves em inúmeros sectores, como é o caso dos notários, de instituições da segurança social do Porto, dos guardas florestais Para além destas, vamos às mais graves o metropolitano, em Lisboa, parou várias vezes este mês e estão anunciadas novas greves, a Carris já parou duas vezes e há variadíssimas greves anunciadas, a CP já parou duas vezes e tem, também, um plano de greves anunciado Para além das greves nestes meios de transporte, temos, ainda, o caso da TAP, incluindo o seu pessoal de terra, com greves previstas para o período da Páscoa

Do nosso ponto de vista, isto significa, Sr Ministro, que há uma contradição óbvia entre a satisfação dos nú-

meros — e, mais adiante, teremos tempo para discutir os números exactos —, o «oásis» no papel e o inferno na rua. Há uma diferença entre a satisfação do Sr. Ministro que aqui vem falar de um «oásis» no papel e a realidade do descontentamento social que se verifica na rua.

Recordo que, há pouco, o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira falava em lobos — não percebi se eram lobos ou se eram *lobbies* — ..

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS) — Era lobo!

O Orador — Ora, já agora, a propósito de histórias e ditos populares, isto faz-me lembrar a velha máxima «quando o mar bate na rocha, quem se lixa é o mexilhão», sendo que, neste caso, o «mar» é a vaga de contestação social, a «rocha», ainda que desgastada, é o Governo e o «mexilhão» é o cidadão que, ontem, demorou horas para chegar ao seu emprego e que vê a sua vida afectada todos os dias.

O Sr. Ministro enfrenta uma vaga de contestação social como há muitos anos não se via em Portugal. Assim, Sr. Ministro, para terminar, sendo que a greve e o descontentamento dos trabalhadores são legítimos, são um direito constitucional que não pombos em causa, também é certo que é legítimo o direito de os cidadãos não verem a sua vida afectada e prejudicada pela paralisação, como tem acontecido, designadamente, na Área Metropolitana de Lisboa.

Sr. Ministro, está ou não consciente disto? Que responsas tem para dar? Que soluções tem para esta vaga crescente de contestação social, relativamente à qual o seu Governo não é capaz de dar resposta nem de apresentar soluções alternativas para resolver estes problemas que afectam a vida dos cidadãos?

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente — Srs. Deputados, informam-me que se encontram a assistir aos nossos trabalhos um grupo de reformados de Pombal, para além de um numeroso grupo de cidadãos Saudêmo-los, então

Aplausos gerais, de pé

Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade, para responder

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr. Presidente, Sr. Deputado Telmo Correia, agradeço-lhe a sua pergunta, mas, sinceramente, não percebi muito bem a relação entre a primeira parte, a do meio e a última, nomeadamente, a referência que fez ao preço do petróleo.

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — É o chamado «inciso» !

O Orador — Mas fico contente! Se o preço está baixo, é bom para o País e, portanto, parto do princípio de que o Sr. Deputado estava a congratular-se com essa descida do preço do petróleo, o que só lhe fica bem. No entanto, como sabe, os preços variam de dia para dia, portanto, nada disso nos indica que possa ser permanente essa tendência de abaixamento do preço.

Quanto ao que, para o Sr. Deputado, é o «inferno na rua», respondo-lhe que exagerou bastante

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — O Sr. Ministro é que não estava em Lisboa, ontem!

O Orador — Felizmente, no País, as ruas, embora não estando próximas do «céu», também não estão tão próximas do «inferno», como o Sr. Deputado pretende fazer crer.

O Sr. Deputado sabe que me batí durante muitos anos pelo direito à greve

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Fez muito bem!

O Orador — e, portanto, não o vejo como nada de estranho mas, antes, como algo normal há negociações entre as partes, não há acordo, os trabalhadores recorrem ao direito à greve. Nada de mais normal numa democracia! O que, para mim, é normal, para o Sr. Deputado, possivelmente, não é, mas esse é um problema que não é meu.

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Gostaria de perguntar-lhe se o que o Sr. Deputado propunha era que o Governo fizesse uma intervenção pública nas empresas para que as greves parassem. Suponho que é isso que proporá, pois nada mais colho da sua intervenção.

Aplausos do PS

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Sr. Presidente, peço a palavra

O Sr. Presidente — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Para defesa da honra da minha bancada, Sr. Presidente

O Sr. Presidente — Sr. Deputado, andamos a lutar pela restrição da invocação da figura regimental de defesa da honra!

Todos temos a nossa própria sensibilidade, que não é muito divergente de uns para os outros, e todos temos o sentimento de quando alguém é injuriado ou ofendido e quando não é. Sinceramente, não creio que a sua honra tenha sido beliscada!

No entanto, enquanto não definirmos novos critérios, dou-lhe a palavra para o efeito, não sem lhe pedir, mais uma vez, que use os seus direitos mas não abuse deles.

Faça favor

O Sr. Telmo Correia (CDS-PP) — Sr. Presidente, verá que não abusarei e que serei muito breve.

Apenas quero dizer ao Sr. Ministro que os cidadãos que, ontem, demoraram muitas horas em deslocações, em Lisboa — e sei que, ontem, o Sr. Ministro não esteve em Lisboa, pois tive oportunidade de ler nos jornais que estava noutra actividade —, agradecerão certamente essa sua resposta em relação à situação nas ruas.

Quanto ao direito à greve, devo dizer-lhe, Sr. Ministro, que não aceitamos qualquer insinuação do tipo da que fez. Para nós, o direito à greve é, foi e será sempre um direito constitucional dos trabalhadores.

O que lhe perguntei foi como é que o Governo é capaz de esconder um problema que é seu e que não pode ignorar um problema de descontentamento generalizado e de contestação social generalizada.

Ora, o Governo só tem duas formas de responder a este problema ou consegue dialogar, negociar, fazer concertação social ou, então, se não consegue, garanta aos cidadãos afectados por essas greves que tem soluções alternativas e que é capaz de interceder junto das empresas, designadamente das públicas, para que haja soluções alternativas de modo a que as greves não afectem a vida dos cidadãos

Aplausos do CDS-PP

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade para dar explicações, se assim o desejar

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr Presidente, como disse, e bem, não ofendi a honra da bancada. Não fiz insinuações, portanto, nada mais tenho a dizer

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr Ministro, na sua intervenção, insistiu na tese de que combateria o miserabilismo de algumas críticas que lhe são feitas. Compreendi que, porventura, haveria ali uma mensagem no sentido de sacudir, não displicentemente, alguns aliados recentes que, agora, são acusados de «populistas incômodos» e de «perigos para a democracia» e creio que algum esclarecimento é sempre útil, ocorra ele neste debate.

No entanto, quero preocupar-me com um outro aspecto da sua argumentação, esse, sim, substancial

Disse o Sr. Ministro, no contexto dos números que apresentou, que tínhamos de nos opor à criação de dificuldades exageradas, à criação de emprego por via de flexibilidade da legislação, nomeadamente de contratos não permanentes

Sr Ministro, deixe-me dizer-lhe com franqueza que creio que é preciso ser ministro — e espero que não invoque a defesa da honra a este respeito! — para ter a diplomacia e a delicadeza de pôr as questões dessa forma

Não há, em Portugal, dificuldades exageradas para a criação de empregos parciais através de recibos verdes, de contratos a prazo, de formas atípicas de trabalho, ao ponto de, em muitos sectores, essas formas terem-se transformado em típicas. Mas, sobretudo, creio que isto releva de uma invocação sistemática dos números contra os quais o senhor se bateu, e bem, na altura em que era da oposição, porque sabia — e eu sei que sabe ainda agora! — que os números do desemprego são indicadores genéricos e, como tal, são mentirosos compulsivos.

Os números do desemprego, tratados friamente no discurso político, são os números das pessoas, homens e mulheres, que gravitam à volta de um sistema, excluindo os excluídos, excluindo ou ignorando os que não sabem, não querem, não podem. A dimensão real do problema do trabalho precário, flexível, excluído, marginalizado na sociedade portuguesa é muito maior do que a daqueles números que nos indicou.

Assim, por exemplo, a CGTP, em 1999, identificava 666 000 trabalhadores com contratos não permanentes e

uma situação em que dois terços do emprego eram criados na base de contratos não permanentes. Por isso, temos situações absolutamente excepcionais de que o Sr. Ministro certamente tem conhecimento

Vejamos alguns exemplos no que diz respeito às grandes superfícies, que já aqui foram referidas. Nos supermercados *Modelo 2861* trabalhadores, dos quais 45% com vínculo precário e cujo salário base é 54 600\$. Nos supermercados *Pingo Doce*, 4451 trabalhadores, dos quais 52% com vínculo precário e cujo salário base é 71 500\$

Este não é um problema que apenas diga respeito ao sector privado, antes é o problema de que, hoje, o próprio Estado desenvolve, em alguns sectores — e não são poucos! —, a existência de postos permanentes de trabalho que são ocupados por trabalhadores até mesmo com recibos verdes. Isto acontece nas lotas, nos portos deste país e em alguns outros sectores. Por isso, parece-me indispensável que me responda a um outro nível deste debate.

Na situação actual, o que pode e deve ser feito para alterar a qualidade do trabalho e, portanto, a consistência, a sustentabilidade de um projecto de emprego com qualidade?

Para terminar, lembro-lhe, Sr. Ministro, que, ao intervir, nos Estados Gerais, em 1995, quando o Partido Socialista aspirava ao poder, tomou palavra e compromisso a favor de que, até ao ano 2000, se chegasse a um horário semanal de trabalho de 38 horas, também uma boa contribuição para a melhoria dos níveis de qualidade do trabalho e do emprego. Sr. Ministro, estamos em 2000!

O Sr. Presidente — Tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade, para responder

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr Presidente, Sr Deputado Francisco Louçã, não penso que seja necessário ter essa diplomacia de que falou para se poder dizer o que se pensa.

Em matéria de números do desemprego, gostaria de dizer-lhe que o seu raciocínio só teria algum sentido se, em Portugal, houvesse uma situação, como existe noutras países, em que a população classificada como inactiva fosse anormalmente elevada. Ora, o que acontece em Portugal é exactamente o contrário.

Portugal é um dos países da União Europeia com maior taxa de actividade e maior taxa de emprego. Por consequência, como o próprio Sr. Deputado também reconhece, muitos programas, inclusivamente de inserção no mundo do trabalho, que têm sido levados à prática e que têm permitido dar formação e empregos nem sequer se destinam a população activa mas, sim, a população inactiva que, digamos, é organizada positivamente no contexto destes programas de inserção, como, por exemplo, o do rendimento mínimo garantido. Portanto, não tem sentido a sua observação no que se refere à realidade portuguesa.

No entanto, estou de acordo consigo em que é necessário fazermos sempre mais e melhor em matéria de qualidade de emprego. Aliás, penso que fui muito claro quando terminei a minha intervenção dizendo que se, em geral — e digo «em geral» e não «no total», porque, em Portugal, ainda existem muitas bolsas de desemprego, em determinadas regiões do País —, o problema do desemprego já não se coloca em termos quantitativos, temos que fazer da qualidade do emprego a questão essencial dos próximos 10 anos, em Portugal. Para isso, sem dúvida que temos que fazer uma aposta ainda mais conseguida em

matéria de qualificação das pessoas, de formação e de educação. Também estou de acordo em que é necessário fazer melhores leis, leis que sejam cumpríveis, que sejam fiscalizadas, que sejam levadas à prática.

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Odete Santos.

A Sr.^a Odete Santos (PCP) — Sr Presidente, Sr Ministro, maior taxa de actividade não significa — e é preciso que se diga! — menor taxa de exploração, bem pelo contrário.

Podemos, até, socorrer-nos do exemplo da taxa de actividade das mulheres, em Portugal, e verificar qual o seu vencimento para concluirmos que corresponde a uma maior exploração. E não só no caso das mulheres!

O Sr Ministro expôs alguns números, mas os números causam-me sempre alguma perplexidade porque, depois, conheço outros diferentes.

Conheço, igualmente, o destaque publicado pelo Instituto Nacional de Emprego, no dia 22 de Março do corrente ano, em que se diz que, em relação a contratos a prazo, Portugal situa-se claramente acima da média da União Europeia, com uma taxa de 17,4%.

Conheço, também, outros números deste mesmo destaque, os quais, em relação ao salário médio dos portugueses, desmentem a afirmação aqui feita.

Aliás, a precarização do emprego não tem apenas que ver com os contratos a prazo. A precarização tem que ver com muitas outras formas de trabalho que passam pela «malha» da Inspecção-Geral do Trabalho, que não fiscaliza, tem que ver com o trabalho clandestino, com o trabalho pago à hora, tem que ver com outras formas utilizadas pela própria Administração Pública — e já que falamos na Inspecção-Geral do Trabalho, estas situações existem no âmbito desta mesma!

Sr Ministro, gostava de fazer-lhe algumas perguntas, mas devo dizer que receio as respostas, para não ter ainda maiores desilusões.

É que, quando V Ex^a fala no dinamismo económico, na aproximação dos jovens ao mercado de trabalho, V Ex^a está, claramente, a defender uma lei de 1989 que piorou ainda mais o diploma de 1976 e que, para os jovens à procura do primeiro emprego, estabeleceu a possibilidade de celebração de contratos a prazo, ainda que para preenchimento de um lugar permanente numa empresa. O Sr Ministro está, ainda, a defender, claramente, outras formas de contratação a prazo que devem ser arredadas da nossa legislação, como é o lançamento de uma nova actividade numa empresa.

Devo dizer que gostaria de ouvir a V Ex^a um outro discurso. Mas também não me admiro que o discurso seja esse, porque a precarização é uma nova forma de exploração, exigida pelo grande patronato para, efectivamente, furar a questão do direito constitucional à estabilidade no emprego.

V Ex^a também falou, e muito, na qualificação profissional e eu quero perguntar-lhe se é ou não verdade que essa qualificação profissional, muitas vezes, não serve para grande coisa. É ou não verdade que é nos licenciados que se nota o maior desajustamento e diferença nos salários? É ou não verdade que há licenciados que escondem as qualificações para arranjarem emprego?

O Sr Presidente — Agradeço que termine, Sr.^a Deputada.

A Oradora. — Por último, Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade, é ou não verdade que V Ex^a nem uma só linha referiu a questão da prevenção dos acidentes de trabalho, nem explicou o que é que faria nessa área da prevenção?

Sr Ministro, por que é que o Governo demorou três anos a regulamentar uma lei dos acidentes de trabalho?

Aplausos do PCP.

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade.

O Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr Presidente, Sr.^a Deputada Odete Santos, quando há uma discussão sobre questões muito importantes para Portugal, a análise que o PCP e a Sr.^a Deputada fazem sobre a situação do País é de tal maneira carregada, a tons bastante negros, que as coisas em que, às vezes, o PCP tem razão acabam por ficar escondidas nessa «floresta» de uma análise que parte de pressupostos e de preconceitos em relação à intervenção do Governo e à própria intervenção das forças sociais e empresariais do nosso país.

Como é evidente, eu comprehendo que haja uma concepção diferente entre nós sobre várias matérias. Por exemplo, quando a Sr.^a Deputada diz que mais taxa de actividade pode ser mais taxa de exploração. Em sentido geral, é evidente que a utilização de força de trabalho corresponde sempre a exploração, de um certo ponto de vista. Mas, quando a Sr.^a Deputada fala das mulheres, obviamente, estou de acordo consigo, mas não totalmente, porque, por exemplo, este é um caso em que uma frase genérica não resolve o problema.

A Sr.^a Deputada sabe, tão bem como eu, que há determinadas profissões nos serviços, alguns dos quais da Administração Pública, alguns dos quais tiveram grandes vantagens salariais nos últimos anos e em que as mulheres têm uma posição, felizmente, consolidada e até maioritária, como é o caso da educação.

A Sr.^a Odete Santos (PCP) — É melhor ouvir os professores e as professoras.

O Orador — Portanto, penso que não podemos generalizar.

Do meu ponto de vista, se queremos responder às questões, vamos responder às questões concretas ou o mais concretamente que for preciso.

Agora, digo-lhe o seguinte: a Sr.^a Deputada é injusta na apreciação que faz sobre a Inspecção-Geral do Trabalho. Esta Inspecção tem feito um trabalho extremamente importante, nos últimos anos. Aliás, os números que eu lhe dei — não gosta de números, mas são aqueles que existem e são verdadeiros.

A Sr.^a Odete Santos (PCP) — Mas há outros!

O Orador — e podem ser comprovados em qualquer momento — mostram essa evolução muito forte do trabalho feito pela Inspecção-Geral do Trabalho em áreas extremamente importantes para o País. Portanto, fico admirado com essa sua intervenção.

Essa «história» de que há trabalhadores precários na Inspecção-Geral do Trabalho. A informação que tenho é a de que há dois contratos a prazo e dois trabalhadores

temporários num universo de centenas de pessoas. Portanto, também aqui «tomar a árvore pela floresta» é qualquer coisa que não me parece que tenha sentido num debate deste género.

Protestos do PCP

Mas já estou de acordo com a Sr^a Deputada em que temos que ir bastante mais longe em matéria de prevenção dos acidentes de trabalho. Aliás, falei sobre isso na intervenção — se a Sr^a Deputada tivesse estado atenta, teria ouvido — e penso que, a curto prazo, existirão notícias boas sobre isso para todos nós.

Relativamente aos contratos a termo para os jovens, como eu também disse na intervenção — e esse é um aspecto em que estamos em divergência —, não penso que um contrato a termo seja necessariamente mau para o arranque de uma carreira profissional...

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Se vai ocupar um posto permanente, por que é que há-de ser a prazo?

O Orador: — num mundo em que estamos hoje, em que há mudanças, em que há uma diferença muito grande, comparando com o mundo que há uns anos se conhecia, nos acessos às profissões e no acesso ao trabalho

A Sr^a Odete Santos (PCP). — Só tenho desgostos!

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Pésinho

O Sr. Fernando Pésinho (Os Verdes) — Sr Presidente, Sr^{as} Deputadas, Srs Deputados, Sr Ministro Ferro Rodrigues, são públicas e notórias as divergências de concepção sobre a organização e o funcionamento da economia existentes entre as posições prosseguidas por V Ex.^a e aquelas que nós, Os Verdes, defendemos

Para nós, Os Verdes, o desenvolvimento sustentável é não só imprescindível como inadiável e é impossível de alcançar enquanto permanecer esta lógica de exploração desenfreada da natureza e dos seus recursos naturais pelo homem, colocando desta forma em risco a nossa própria sobrevivência, em virtude do esgotamento de recursos naturais e pelos desequilíbrios que isso provoca no ecossistema global.

Dai que, desde há muitos anos, continuemos a lutar por um novo modelo de desenvolvimento, modelo de desenvolvimento, esse, que centenas de Chefes de Estado se comprometeram a prosseguir em 1992, na Conferência do Rio de Janeiro, sobre ambiente e desenvolvimento. E, a este propósito, Sr. Ministro, importa, desde logo, questionar o que é que, em Portugal, tem sido feito.

Na sequência desta Conferência, a própria Comunidade Europeia reconheceu que o seu actual modelo de desenvolvimento não tem permitido a optimização da combinação dos seus principais recursos: o trabalho e a natureza. Isto é, no plano do trabalho, verificamos uma utilização insuficiente da mão-de-obra e, no plano ambiental, uma exploração excessiva dos recursos naturais. Desta situação, resulta, inevitavelmente, a degradação da qualidade de vida.

Não cabe aqui, no âmbito desta interpelação, desenvolver a equação relativa à sobreutilização dos recursos ambientais, mas faz todo o sentido focalizar o aspecto da

subutilização da mão-de-obra, subutilização, esta, que é não só quantitativa mas também qualitativa. Ou seja, ela prende-se não só com o número de empregados e de desempregados mas também com o número de precários, com as deficientes condições de trabalho, sobretudo do ponto de vista do ambiente e segurança no trabalho.

Dai que gostaríamos de colocar em questão o seguinte: qual a estratégia prosseguida pelo Governo, no sentido de apoiar especificamente «empresas amigas do ambiente», empresas cuja actividade seja compatível com um desenvolvimento sustentável? Que medidas estão em curso para apoiar a instalação e o funcionamento destas empresas? Que medidas estão disponíveis para formar mão-de-obra especializada neste domínio? É que, no fundo, são estas as empresas duráveis, muito mais duráveis que as linhas de montagem de automóveis ou as linhas de montagem de auto-rádios.

Um segundo conjunto de questões que gostaríamos de suscitar prende-se com o seguinte: até que ponto é que a realização da recente cimeira sobre o emprego e a aposta formal nas tecnologias da informação, na agora pomposamente chamada «nova economia», não fará esquecer os compromissos anteriormente assumidos, quer na Conferência do Rio de Janeiro, em 1992, quer em outros eventos e documentos próprios da União Europeia, relativos àquela equação estrutural que há pouco referi que existe entre o emprego e o ambiente? Até que ponto não estaremos, uma vez mais, a assistir a um conjunto mais ou menos vago de promessas e de boas intenções para serem postas de lado numa próxima oportunidade, substituídas por outras declarações, anunciadas com pompa e circunstância? Além que ponto é que nós, um dia, poderemos equacionar e verificar a concordância entre os termos da equação ambiente e qualificação no trabalho?

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr Presidente, Sr Deputado Fernando Pésinho, penso que o que temos procurado desenvolver, em Portugal, é um modelo de crescimento económico com mais capacidade de criação de emprego e, também, com mais respeito pelo ambiente.

Ora, desse ponto de vista, julgo que aquilo que se tem passado a vários níveis emblemáticos da problemática do ambiente em Portugal, ao longo dos últimos anos, é bem exemplificativo de que, na última legislatura, não foi apenas nas áreas sociais mas também nas áreas do ambiente que se progrediu bastante.

Só que é necessário sempre irmos mais longe e isso também depende, muitas vezes, das formas de organização na sociedade civil. Há programas no Instituto do Emprego e Formação Profissional, como, por exemplo, o programa de empresas de inserção, em que já há alguns exemplos conseguidos de empresas que trabalham na área do ambiente e que têm a capacidade de, ao mesmo tempo, responder a problemas ambientais e criar postos de trabalho muitas vezes para jovens ou para desempregados ou para populações mais excluídas ou com dificuldades de inserção.

E estou de acordo consigo de que é possível ir mais longe. Já não estou de acordo com a constatação que faz sobre a Cimeira de Lisboa, pois penso que esta Cimeira, para além das afirmações e proclamações, desenvolveu um

novo método de trabalho entre os Estados europeus que poderá ser aferido daqui a algum tempo e, certamente, irá ter resultados concretos

O Sr. Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.ª Deputada Manuela Ferreira Leite.

A Sr.ª Manuela Ferreira Leite (PSD): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, centrando-me no tema da interpelação de hoje, que é o combate à precariedade, a defesa dos salários e a efectivação dos direitos laborais, gostaria de questionar o Sr. Ministro sobre a posição do Estado como empregador. Temos estado aqui a falar muito sobre o que fazem as empresas, mas a verdade é que o Estado, ele próprio, é empregador E, como empregador, tem problemas sérios na precariedade do emprego e nos salários

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS): — Que vocês criaram!

A Oradora: — Sr. Deputado, aquilo que nós deixámos os senhores corrigiram, em 1996

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS): — Corrigimos nós!

A Oradora: — Exactamente! Corrigiram os senhores!

Como eu estava a dizer, aquilo que nós deixámos os senhores corrigiram, em 1996, com um decreto, cujo preâmbulo, para além de vários adjetivos qualificativos da situação que tinham herdado, tem, a certa altura, o seguinte passo «(.) o recurso a esta prática de emprego é insustentável no plano da legalidade, no plano da moral e no plano da dignidade do Estado, enquanto empregador, e dos cidadãos, enquanto trabalhadores (...)»

Calculei eu que, de acordo com este decreto-lei, assinado por membros do seu Governo, os senhores achavam que o recurso a situações precárias na Administração Pública era tudo isto: era ilegal, era imoral e era contra a dignidade do Estado Portanto, pensei que, ao fim de cinco anos de estarem no Governo, era situação que não se verificaria

Ora, como o Sr. Ministro sabe, na Administração Pública, neste momento, as pessoas nesta situação são mais de 30 000

Assim sendo, pergunto ao Sr. Ministro se a precariedade passou a ser legal, se passou a ser moral, se passou a ser uma prática normal deste Governo, como empregador

O Sr. António Capucho (PSD): — Muito bem!

A Oradora: — A segunda questão tem que ver com a defesa dos salários. Pelos vistos, os senhores defendem a manutenção dos salários reais da Administração Pública, mas, agora mesmo, acabaram de dar um exemplo de quem não respeita esse princípio. E digo «de quem não respeita esse princípio», porque os senhores tiveram o cuidado de fechar as negociações salariais imediatamente antes de tomarem uma medida que vocês sabiam que punha em causa a inflação que senhores determinaram para a negociação desses salários

Vozes do PSD: — Muito bem!

A Oradora: — Sr. Ministro, não vou dizer se deviam ou não ter sido aumentados os combustíveis, pois esse é assunto sobre o qual já muito debatemos; também não

vou dizer se deviam aumentar ou diminuir o poder de compra dos trabalhadores Aquilo que digo, isso sim, é que as negociações salariais ou são sérias ou não são. Se não são, não vale a pena perder-se tempo com elas, se são sérias, então, pergunto, primeiro, se o Sr. Ministro considera razoável que se tenham feito negociações com base numa taxa de inflação que o Sr. Ministro, como competente economista que é, não defende com certeza e, segundo, se considera que, como empregador, o Governo foi correcto, honesto e sério ao fazer uma negociação salarial, ao defendê-la e ao fechá-la no dia em que ia tomar uma medida que sabia que iria ter impactos sérios e decisivos na inflação deste país e, como tal, nos salários dos «vosso empregados»

Quero saber, Sr. Ministro, qual é a sua posição, como empregador

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade: — Sr. Presidente, Sr.ª Deputada Manuela Ferreira Leite, muito obrigado pela pergunta e pelo facto de se centrar efectivamente no tema

Penso que não podemos escamotear que, de 1995 até agora, muito se passou em matéria de regularização de situações na Administração Pública, a todos os níveis

Em finais de 1995, tínhamos 41 000 situações que necessitavam de regularização. Os números que são hoje apontados são bastante inferiores àqueles que a Sr.ª Deputada citou e estão, sobretudo, centrados no sistema de saúde e no sistema de educação, em que, como, aliás, é público, hoje, em alguns jornais, foram tomadas medidas para começar a resolver o problema nesses casos que restam.

A Sr.ª Manuela Ferreira Leite (PSD): — Não é, não!

O Orador: — Por outro lado, não podemos confundir as questões na Administração Pública Pessoalmente, não confundo a função que tem determinado tipo de contratações com a necessidade de existência, por exemplo, de programas ocupacionais que, como sabe, existem na Administração Pública, também, a nível local — em várias câmaras municipais presididas por diferentes partidos —, desempenhando um papel muito importante na formação de jovens e dando-lhes a possibilidade de passarem por uma primeira experiência profissionalizante

Portanto, há vários níveis de análise para esse número que é, no entanto, muitíssimo inferior ao que existia há uns anos atrás Em todo o caso, como somos exigentes e queremos melhor, estamos a procurar responder às situações, à medida que elas são detectadas, para as corrigir.

Quanto às negociações do Governo com os sindicatos da Administração Pública, como sabe, Sr. Deputada Manuela Ferreira Leite, elas tiveram a sua sequência legal e normal em termos de relação entre duas partes E em cima da mesa esteve sempre a questão da inflação esperada, que constituiu, aliás, uma das divergências que terá conduzido à impossibilidade de, este ano, se chegar a acordo com alguns dos parceiros Essa é, portanto, a questão que se coloca hoje em dia

Penso que na sua pergunta fica implícita uma acusação de má fé negocial por parte do Governo,

A Sr^a Manuela Ferreira Leite (PSD) — Sim. Fica!

O Orador — mas, pelo que conheço da intervenção do Governo e dos meus colegas que participaram activamente nessa negociação, não posso estar de acordo com essa suspeição

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Ministro, dentro do tema que está hoje em debate, trazido pelo Grupo Parlamentar do PCP, vou centrar-me na questão das políticas de emprego e no papel do Estado como regulador

Sabe o Sr. Ministro (sabemos todos) que um dos factores mais desfavoráveis ao emprego é, justamente, o que todos nós conhecemos como o aumento da carga fiscal global, quer no domínio das contribuições para a segurança social quer no domínio da tributação directa. Este factor negativo, que é visível na Europa há mais de 20 anos, tem como consequência um maior aumento do diferencial entre os salários líquidos dos trabalhadores e os montantes pagos pelas empresas e, como o Sr. Ministro sabe, este maior diferencial tem consequências negativas em termos de menor eficiência económica e de condução à supressão de postos de trabalho, gerando, inclusivamente, fenómenos de verificação de economia subterrânea

Julgando eu que partilhará destas preocupações — aliás, uma das conclusões da última cimeira sobre o emprego refere-se a este tópico, ainda que muito ao de leve —, pergunto ao Sr. Ministro se, em virtude das relações, da coordenação e do trabalho harmonizado que, com certeza, existirá entre o seu Ministério e o Ministério das Finanças, pode dizer-nos o que estão a pensar fazer e o que já fizeram para desenvolver este domínio, o domínio da menor carga fiscal sobre o trabalho, tendente à maior criação de emprego, no sentido de o Estado assumir a sua posição de regulador desta política que é, para nós, importante.

Já agora, se o Sr. Ministro me permite, coloco uma segunda questão que tem a ver com trabalhadores que hoje têm estado um pouco arredados deste debate. Estou a falar das mulheres, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS) — Olhe que não!

A Oradora — Para além do que já foi feito — que conheço e reconheço! —, gostava de saber o que pretende fazer este Governo nas áreas da protecção à família, às mulheres, nomeadamente criando redes de creches suscetíveis de apoio familiar, de modo a que, actualmente, a percentagem de mulheres que trabalham no contexto da União Europeia — 51% — possa ser aumentada, pelo menos em Portugal. Para nós, esta matéria é importante, porque tem a ver com um dos aspectos que a bancada do CDS-PP mais acarinha. E, Sr. Ministro, qualquer que seja a resposta que me dê, garanto-lhe que desta bancada, pelo menos da minha parte, não haverá o que se costuma dizer em Portugal: eu não farei «beicinho»!

O Sr Presidente: — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade.

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr Presidente, Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona, muito obrigado pela sua pergunta e pelo sentido de humor tão patente na sua observação final

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP): — A política também é humor!

O Orador — Exacto. Estou perfeitamente de acordo consigo.

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Mas não pratica, Sr. Ministro!

O Orador — Faço o possível por praticar!

As questões que colocou partem de uma concepção, que é a concepção do CDS-PP, de que tudo o que signifique aumento de impostos é mau e tudo o que seja impostos sobre o trabalho é péssimo. De acordo com essa concepção, a análise dos últimos anos, em conjugação com o que os senhores dizem que tem sido a evolução da carga fiscal em Portugal, deveria ter conduzido, necessariamente, a um aumento enorme do desemprego. Acontece, porém, que conduziu exactamente à situação contrária!

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Não criou emprego!

O Orador — Não! Criou bastante emprego: 380 000 postos de trabalho foram criados ao longo dos últimos quatro anos e meio! E também conduziu a uma redução muito significativa da taxa de desemprego. Aliás, se a Sr^a Deputada tivesse razão, os países escandinavos teriam taxas de desemprego anormalmente elevadas no contexto europeu e, como sabe, eles estão entre os países com melhores performances em matéria de taxa de desemprego.

Por consequência, penso que não podemos olhar para este tipo de «receituário» como algo que é acolhido, independentemente das situações concretas de cada país. Não temos em Portugal um problema de desempregados desqualificados suficientemente importante em quantidade para legitimar uma política de redução selectiva da carga fiscal sobre os trabalhadores com menos qualificações, como aconteceu noutras países. Não quer dizer que não possamos vir a ter e que, nessa altura, não tenhamos que utilizar esses meios. Todavia, neste momento, para lhe dar a minha opinião sobre essa matéria, muito clara e frontalmente, não penso que estejamos nessa situação

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Sr. Ministro, o que referi no início não era da minha autoria, era da Comissão Europeia!

O Orador — Mas os problemas de que fala a Comissão Europeia também não são novos, ao contrário do que hoje ouvi da parte, suponho, de um Sr. Deputado do PCP.

O que a Comissão Europeia refere, por exemplo, em matéria de liberalização dos despedimentos em Portugal, é recorrente, não tem nada a ver com a cimeira sobre o emprego! Aliás, se quiserem consultar o Boletim Oficial das Comunidades Europeias n.º 217, do ano passado, encontram lá uma recomendação do mesmo tipo para Portugal

Felizmente, em Portugal, não é a Comissão Europeia que determina as políticas sociais e, por consequência, :

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Oito dias depois da cimeira sobre o emprego!¹

O Orador. — Não tem nada a ver com a cimeira sobre o emprego, Sr. Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Coincidências!

O Orador — O Sr Deputado sabe perfeitamente que assim é, portanto não vale a pena estarmos a trabalhar num assunto em que ambos sabemos que a base não tem a ver com aquilo a que o Sr. Deputado se está a referir

Quanto à questão final que a Sr^a Deputada Maria Celeste Cardona colocou, que considero extremamente importante, quero dizer que, efectivamente, em Portugal, temos uma taxa de emprego feminina bastante acima da média europeia. Aliás, a criação de postos de trabalho nos últimos anos foi mais do que proporcional nas mulheres do que nos homens, por isso se reduziu mais fortemente a taxa de desemprego nas mulheres do que a taxa de desemprego nos homens

Hoje, temos uma diferença entre a taxa de desemprego masculina e feminina muito menor do que tínhamos há uns anos atrás, mas isso só significa — estou de acordo consigo neste ponto — que as mulheres portuguesas continuam a ser, muitas vezes, duplamente penalizadas .

A Sr.^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Exactamente!

O Orador — ... pelo facto de terem uma carreira profissional e uma vida familiar

Tudo o que seja o desenvolvimento de melhores meios, como é o caso daquele de que falou, o programa de creches, é fundamental e faz parte dos nossos objectivos para esta Legislatura. Oxalá os possamos pôr em prática!

Vozes do PS — Muito bem!

O Sr. Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Bernardino Soares

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Sr. Presidente, Sr Ministro Ferro Rodrigues, de facto, é muito importante olharmos para a realidade. É que a realidade revela-nos muitas coisas, nomeadamente que, em relação à questão do emprego, os jovens são especialmente penalizados no nosso país.

São penalizados, desde logo, na questão da precariedade dos seus vínculos laborais — mais de 1/3 dos contratos não permanentes são de jovens —, são penalizados mesmo quando têm formação superior. Aliás, há uma contradição no discurso do Sr. Ministro, que valoriza o aumento de trabalhadores com formação superior quando a realidade nos revela, por um lado, que o desemprego desses trabalhadores constitui uma faixa muito importante do desemprego existente no nosso país e, por outro, que estes trabalhadores não vêem reconhecida a sua formação superior, nem ao nível do salário, nem ao nível dos direitos no emprego, e são, muitas vezes, os principais lesados com a exploração de «estágios» que, não remunerados ou mal remunerados, acabam por servir para cumprir funções permanentes das empresas, funções,

essas, que são feitas, frequentemente, à custa de jovens licenciados e de bacharéis

Esta realidade, de que os jovens são sujeitos a especial desregulação, por serem jovens, é visível na possibilidade de os mesmos serem visados por contratos a termo não por exercerem uma função temporária, não por exercerem uma função que se coaduna com os fins exclusivos desse contrato, mas simplesmente por serem jovens e por nessa situação continuarem a estar sujeitos a esse ónus, a essa discriminação, a essa penalização

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

O Orador. — Esta discriminação, que também se verifica no salário, torna-se especialmente chocante com o que o Governo vem dizendo acerca das «vantagens» desta precariedade laboral para os jovens!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Exactamente!

O Orador: — Quando o Sr Ministro nos diz que do que se trata, nos contratos a termo e noutro tipo de contratos ainda mais precários em relação aos jovens, é de experiências de aproximação ao mercado de trabalho, o que a realidade nos ensina é que esses jovens já estão no mercado de trabalho e a ser especialmente explorados, uma vez que estão a ser especialmente visados por estas políticas de desregulação e de precariedade laboral

Não entendo, pois, quais são as vantagens desta situação para os jovens! Não vejo qual será a grande vantagem de estar numa situação precária, sem saber qual é o futuro próximo e a médio prazo e sem poder, por vezes, exercer cabalmente os seus direitos por ter sempre o «cutelo» do despedimento ou da não renovação do contrato «à volta do pescoço», ou por estar sujeito a contratações ao dia, ao mês e outras que tal de especial desregulação

O mais importante nesta questão, Sr Ministro, é que o recurso aos contratos a termo não é uma opção para os jovens, isto é, esta não é uma situação em que os jovens optem ou possam optar por estar numa situação de «especial mobilidade», como o Governo lhe chama, ou noutra situação qualquer, trata-se, sim, de uma imposição aos jovens, a qual conduz a uma situação de cada vez maior inevitabilidade da precariedade para eles durante uma série de anos, que são cada vez mais!, no início da sua vida laboral.

O Sr Presidente — Queira terminar, Sr Deputado.

O Orador. — Terminei já, Sr. Presidente

Não queremos, Sr Ministro, que os jovens sejam usados como mão-de-obra de uso descartável, de aproveitamento fácil e de lucro máximo neste país

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bernardino Soares, das três questões que colocou, começo por responder à primeira, sobre quais serão as vantagens da legislação sobre contratos a prazo que está em vigor em Portugal. A vantagem

fundamental é a de proporcionar a mais jovens a possibilidade de conseguirem obter um emprego

Estou plenamente convicto de que uma mudança no sentido da rigidez das normas conduziria, a curto prazo, a um aumento fortíssimo do desemprego nos jovens. E continuo a pensar que é preferível ter um contrato a prazo com possibilidades de ter uma carreira profissional do que estar no desemprego sem acesso a qualquer espécie de carreira.

O Sr Bernardino Soares (PCP) — A opção não é essa!

O Orador — Essa legislação está em vigor. Neste caso, o que os Srs Deputados do PCP, sempre muito exigentes em que se compra a legislação, têm de fazer é apresentar uma proposta para alterar essa situação e, na devida altura, essa proposta será discutida com todos os grupos parlamentares e poderá ser viabilizada, ou não. Mas devo dizer que tenho as maiores dúvidas, pelo que conheço, através dos jornais, quanto à forma como essa proposta foi trabalhada.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Estamos à espera da resposta do PS!

O Orador — Como já disse várias vezes em comissão, não penso que o facto de um jovem ter um contrato a prazo seja necessariamente algo de negativo. Penso que o que é negativo é ficar na armadilha da precariedade durante muitos anos de vida, e não está provado que isso seja assim. Não é assim. há uma transformação dos contratos a prazo em contratos de duração indeterminada muito maior do que a que ocorre noutras países da Europa.

Quanto à questão dos estágios, devo dizer-lhe que, depois do que já foi aqui dito sobre a vantagem que têm os estágios profissionais, como seja o facto de 75% das pessoas obterem um emprego depois dos mesmos, o Sr Deputado vir-me dizer que os estágios são uma exploração.

O Sr Bernardino Soares (PCP) — Não foi isso que eu disse!

O Orador — poderia parecer — embora suponha que não o seja — que estava a dizer que quanto pior, melhor!

Na verdade, é um instrumento positivo, de formação, de emprego, que está a funcionar e que pode funcionar ainda mais, sobretudo para os talis licenciados de que o Sr Deputado fala, mas de que fala sem conhecer a realidade. É que disse que há uma taxa de desemprego dos licenciados muito elevada, mas, se estudassem os números, chegaria à conclusão de essa taxa é de 3,5%. Ou seja, é uma taxa muito mais baixa do que a da generalidade da população portuguesa. São 3,5% que deveriam ser 0%? Muito bem, estou de acordo consigo e temos de trabalhar nesse sentido. Mas não me venham dizer que a taxa de desemprego dos licenciados em Portugal assume proporções alarmantes, como foi aqui dito nas intervenções e estava expresso na sua pergunta!

O Sr Presidente — Também para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Pedro Mota Soares

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Sr Presidente, Sr Ministro, começo por lhe dizer que o desemprego de licenciados em Portugal assume proporções alarmantes

Ouví atentamente o seu discurso inicial e as respostas às perguntas que lhe foram colocados e quero falar-lhe sobretudo na perspectiva do desemprego jovem. A verdade é que a taxa de desemprego jovem é hoje o dobro da taxa de desemprego para o resto dos portugueses, que, entre 1995 e 1997, o número de pessoas que aguardavam o primeiro emprego cresceu, que, de 1992 a 1997, a taxa de desemprego para os licenciados disparou 22% — 22%, Sr Ministro! isto é alarmante! —, e que a taxa de desemprego de pessoas com o 12º ano, neste mesmo período, subiu 20%. Sr Ministro, estou a referir dados do seu Governo.

Confesso que me parece curioso que, estando nós hoje a falar, entre outros, do tema da qualidade do emprego, não esteja aqui presente qualquer representante do Ministério da Educação. E parece-me curioso, acima de tudo, porque a única taxa de desemprego que desce é a das pessoas com estudos médios e politécnicos. Ora, uma velha bandeira do CDS-PP, algo de que falamos há muitos anos, é a urgência de incentivar estes sistemas de ensino. E parece-me curioso também porque considero impossível falar-se de qualidade do emprego sem que aqui esteja um representante do Ministério da Educação.

Mas, acima de tudo, um dos aspectos que temos de salientar, mais uma vez referindo os números do seu Governo, é que, de 1995 a 1997, a taxa de pessoas que estavam mais do que um ano à espera de emprego subiu também. Por isso, não comprehendo o seu discurso um tanto ou quanto mafioso. Se calhar, não alinho no discurso «a ferro e fogo» do Partido Comunista Português, mas também confesso que não comprehendo o seu discurso «a ferro e flores», porque não existem flores neste domínio, Sr Ministro!

O Sr António Capucho (PSD) — É um oásis!

O Orador — Quero perguntar-lhe — e faço-o preocupado, porque são as preocupações que muita gente da minha geração me manifesta — se o Sr Ministro vai, de facto, fazer alguma coisa, olhar para este problema de uma forma séria, ou se vai continuar com o seu discurso do oásis, talvez já não no meio do mundo, mas no meio da Europa!

Vozes do CDS-PP — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade — Sr. Presidente, Sr Deputado Pedro Mota Soares, aprecio o seu sentido de humor e os trocadilhos que fez. Mas devo dizer que foi mais longe no sentido de humor do que no da análise da informação que está hoje disponível,

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — São os dados do Governo!

O Orador — visto que trabalhou com dados de 1992 a 1997 e estamos no ano 2000. Ora, há dados do Governo até ao ano 2000!

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — São dados relativos a 2000/2006!

O Orador — É evidente que dá algum jeito trabalhar até 1997, porque há um aumento da taxa de desemprego durante um determinado período. Só que não estamos em 1997 mas no ano 2000 e o que lhe posso dizer é que, de 1997 para cá, houve, felizmente, uma evolução extremamente favorável do mercado de emprego em Portugal. Os dados que o Sr Deputado tem são certamente do Governo, mas há outros.

A Sr^a Maria Celeste Cardona (CDS-PP) — Só temos estes!

O Orador — É isso que lhe posso dizer! Quem quiser fazer uma análise só sobre questões de desemprego pode ter acesso a estatísticas, umas mensais, outras trimestrais, existentes no Instituto do Emprego e Formação Profissional e no Instituto Nacional de Estatística. Há dados actualizados, pelo que não é preciso vir referir dados de 1992 a 1997, sendo que, como deve calcular, 3/5 desse período são ainda da responsabilidade do governo do PSD.

De qualquer forma, gostaria de lhes dizer que, de 1997 para cá, a situação evoluiu muito favoravelmente, que só em 1999, por exemplo, o desemprego jovem, de pessoas com menos de 25 anos, desceu 16% e que, como disse na minha intervenção, se compararmos o número de desempregados jovens inscritos nos centros de emprego em Março de 2000 com o número de inscritos em Março de 1999, verificamos que há um descida de 20%. Tenho todos os motivos para estar contente!

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP): — Sr Presidente, peço a palavra para fazer uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos, pois parece que surgiu aqui uma dúvida sobre os dados em causa e gostaria de informar a Câmara de que estávamos a falar de dados do Governo do Plano Nacional de Desenvolvimento Económico e Social, que temos aqui, relativo ao período de 2000 a 2006.

Muito obrigado, Sr Presidente

O Sr Presidente — Sr Deputado, não tem de agradecer, pois não lhe dei a palavra! Essa não é uma matéria da ordem de trabalhos.

Para pedir esclarecimentos ao Sr Ministro, tem a palavra o Sr. Deputado Vicente Merendas

O Sr Vicente Merendas (PCP): — Sr Presidente, Sr Ministro, começou por chamar negativismo a algumas denúncias feitas pelo meu camarada Lino de Carvalho na sua intervenção inicial, quando pôs em evidência graves problemas que afectam os trabalhadores.

Começo por lhe dizer, Sr Ministro que, de facto, o quadro é negro — não é cinzento, é negro! E, ao ouvir o Sr Ministro, verifiquei que existe uma grande diferença entre as suas palavras e o sentimento dos trabalhadores em relação à desumanização das relações de trabalho e aos desequilíbrios sociais que se têm vindo a evidenciar. Existe a ideia, e os factos comprovam-na, de que sectores do patronato actuam imunes devido à falta de capacidade dos organismos e instituições fiscalizadoras.

O Sr. Ministro fez aqui uma referência à Inspecção-Geral do Trabalho e ao IDICT e é por aí que vou começar. Devo dizer que temos um conjunto de dados que se referem, nomeadamente, à cumplicidade, que é tanta que as empresas clandestinas são conhecidas, são identificadas e a Inspecção-Geral do Trabalho não actua

E não actua em muitas das empresas que não enviam descontos para a segurança social, não faz cumprir as mais elementares regras de higiene e segurança no trabalho em muitas das empresas, nem actua em muitas violações dos direitos sindicais.

Já que o Sr. Ministro disse que se verificaram mais inspecções, dou-lhe o seguinte exemplo só no distrito de Lisboa, de 1996 a 1999, ficaram sem resposta 411 pedidos de intervenção feitos pelos sindicatos. Mas poderia dar-lhe n exemplos de empresas que fecham as portas sem qualquer enquadramento legal, que não pagam aos trabalhadores e não são penalizadas. O próprio IDICT não consegue obrigar as administrações a sentarem-se à mesa com ele em reuniões que ele próprio convoca e muito menos obrigar a cumprir as leis!

A Inspecção-Geral do Trabalho é solicitada, e temos disso variadíssimos exemplos, para ir a estaleiros que estão, alguns deles, em situação iminente de soterramento e a resposta da Inspecção-Geral do Trabalho chega ao fim de um ano, um ano e meio, sendo que, em alguns casos, as próprias obras entretanto já terminaram e, em algumas situações, ocorreram lá acidentes gravíssimos e até mortais!

Sr Ministro, a situação exige que o Governo tome medidas para criar condições para uma articulação entre a Inspecção-Geral do Trabalho, o IDICT, a Inspecção-Geral de Finanças, a Inspecção-Geral das Actividades Económicas, relativamente a empresas que não cumprem as normas e as leis. Esta é uma proposta que fazemos.

O Sr Presidente — Sr Deputado, tem de terminar. Já utilizou 4 minutos.

O Orador — Vou já terminar, Sr Presidente.

Sr. Ministro, disse que há mais inspectores, mas o que se diz é que o IDICT está em autogestão, cheio de contradições, que saíram mais de 80 inspectores, que o quadro ainda não foi reposto e que há menos inspectores do que havia há cinco anos atrás.

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade

O Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade: — Sr. Presidente, Sr Deputado Vicente Merendas, há uma parte da sua intervenção que é a do costume, no sentido de que o quadro é negro. Bom, não temos a ideia de que o quadro seja cor-de-rosa, mas a vossa análise sobre a situação é sempre tão exagerada que depois os aspectos pontuais em que têm razão acabam por passar despercebidos!

Efectivamente, o quadro não é como o senhor diz. Mas o senhor fez acusações extremamente graves sobre convenções e cumplicidades, pelo que lhe peço para me mandar factos, nomes, empresas, regiões — mas mande-me, por favor! —, porque não basta fazer o discurso geral, é preciso assumirmos a responsabilidade do que é dito! Agradeço, pois, que me mande, com toda a urgência, esses factos e esses casos concretos.

Quanto à segurança na construção e à Inspecção-Geral do Trabalho na prevenção de riscos profissionais, o que lhe posso dizer é que o total de visitas foi, em 1997, de 2989, e, em 1999, de 5720; o número de empresas foi, em 1997, de 3853, e, em 1999, de 7343, o número de suspensões de trabalho foi de 296 e passou para 611, o número

de autos passou de 1049 para 1904. Pode ser insuficiente, mas que houve uma evolução notável, houve!

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Sr. Vicente Merendas (PCP) — Sr Presidente, peço a palavra

O Sr Presidente — Para que efeito, Sr. Deputado?

O Sr. Vicente Merendas (PCP). — Sr Presidente, é para solicitar a V. Ex.^a que providencie no sentido de os serviços da Assembleia fotocopiarem os documentos de que disponho e os entregarem imediatamente ao Sr. Ministro

O Sr Presidente — Com certeza, Sr Deputado

Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Francisco Louçã.

O Sr. Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente: Esta discussão tem sido, e parece-me que com alguma infelicidade, resumida a um medir de forças entre os optimistas e os pessimistas. Pouco beneficiamos disso porque uns e outros pensaremos sempre que não somos bem identificados e que o argumento contrário tão-pouco o é.

Em contrapartida, foram feitas duas recomendações, na intervenção do Sr. Ministro, que quero sublinhar e apoiar a que nos aconselha a não nos limitarmos a afirmações genéricas e a que diz que, se o fizermos, nos arriscamos a deixar despercebido, entre a árvore e a floresta, o essencial. Mas parece-me que, curiosamente, destes dois pecadilhos, pode incorrer a intervenção que, por várias vezes, o Sr. Ministro fez a respeito da função dos contratos a termo, particularmente em relação aos jovens, tendo generalizado um pouco, porque disse que poderia ser benéfico para o início da carreira profissional.

É claro que isto assim é rigorosamente verdade e é quase inquestionável, mas o contrário também não deixa de ser verdade. A frase é inapelavelmente impossível de tratar no âmbito da selecção e das escolhas políticas. Isto é verdade, mas o seu contrário também o é.

Para fazer as escolhas, importa saber se — e esse debate é importante para a Assembleia — na gestão da procura e da oferta no mercado de trabalho, há uma intervenção e uma capacidade reguladora que tipifica cada situação e que protege direitos, nesse contexto, com as vantagens económicas que daí derivam. Por exemplo, se os contratos a termo são benéficos porque permitem às empresas seleccionar, já existem múltiplas formas de selecção e de identificação dos melhores candidatos para os vários postos de trabalho e nada restringe a capacidade de utilizar esses recursos, se, pelo contrário, se trata de provar, ao longo de um período de tempo de experiência, a capacidade do candidato ou da candidata, já existem na lei portuguesa formas de estágio que não recorrem a estas situações de contratos a termo.

Na nossa opinião, o que realmente está em causa — e por isso apresentámos uma proposta que procura introduzir uma nova regulação nos contratos a prazo — é saber em que circunstâncias se deve aceitar que haja contratos temporários para empregos temporários e se se deve impor que haja contratos permanentes para empregos ou postos de trabalho permanentes. A realização desta distinção deve ser determinada, não pelas vantagens de uma ou outra empresa, de um ou outro sector empresarial no

mercado de trabalho, mas pela lei geral do País, pela qualificação do trabalho, pelas qualidades e pelos direitos que esse trabalho deve ter.

Por isso mesmo, esta é também uma forma de fazer uma distinção entre as indicações da Comissão Europeia, no texto das grandes orientações de política económica, e outras declarações de diferente índole, que aparecem na conferência sobre o emprego, realizada em Lisboa, porque por aí passa esse tipo de escolhas.

O mercado do trabalho português — que é particularmente desregulado, mais próximo do século XIX, não tanto da clareza ou da escuridão, mas das tradições século do que de tradições modernas de luta por direitos e por garantias fundamentais — beneficiaria se, na discussão que viemos a ter sobre contratos a termo, pudéssemos introduzir regulações novas que tipifiquem estas situações e que protejam os direitos dos trabalhadores neste contexto.

O Sr Presidente: — Sr Deputado, tem de terminar, visto que já esgotou o seu tempo

O Orador — Terminei já, Sr Presidente

Com esse objectivo, naturalmente, Sr. Ministro e Sr^{as} e Srs Deputados, estamos disponíveis para a discussão dessa questão na generalidade e na especialidade.

O Sr Presidente. — Para pedir esclarecimentos ao Sr. Deputado Francisco Louçã, inscreveu-se o Sr. Deputado Gonçalo Almeida Velho, mas, visto que o Sr. Deputado Francisco Louçã não tem tempo para responder, fui informado que o Partido Socialista lhe concede 2 minutos.

Tem a palavra, Sr. Deputado Gonçalo Almeida Velho.

O Sr. Gonçalo Almeida Velho (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Francisco Louçã, permita-me que, antes de fazer a pergunta, faça uma pequena comparação, pela qual peço desculpa à Câmara. Esta interpelação faz-me lembrar um jogo de batalha naval, em que os tiros atirados caem todos na água!

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Essa é boa!

A Sr^a Odete Santos (PCP) — Caem na água ao pé do seu barco, que vai ao fundo!

O Orador — Isto por quê? Porque, infelizmente para o Partido Comunista Português, a taxa de desemprego, hoje, continua a descer. Para os Srs Deputados, se calhar, 39 meses de descida constante e consecutiva do desemprego é demasiado tempo, mas a desgraça, felizmente, não é tanta! O cenário, como disse o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade, não é cor-de-rosa, mas não é tão negra assim!

Sr. Deputado Francisco Louçã, antes de colocar uma pergunta, permita-me que relembre qual era a situação quando o anterior governo tomou posse.

Como sabe, o desemprego escalava abruptamente, os jovens não tinham qualquer tipo de possibilidade de integrar o mercado de trabalho e não havia saídas profissionais, nem para os jovens nem para os demais cidadãos.

Como o Sr. Deputado também sabe — e isso não pode desmentir —, houve uma política concertada com objectivos previamente bem definidos pelo anterior governo. O Plano Nacional de Emprego tinha metas que foram atingidas.

das e o Sr Ministro já hoje nos disse que foram criados 380 000 novos postos de trabalho em quatro anos. Se me permute, é obra! E, quanto mais não fosse, os tais 39 meses de descida constante e consecutiva do desemprego também são obra!

Sr. Deputado, como sabe, hoje, o mercado de trabalho, para alguns, muito por culpa da malfadada globalização, não é estanque. Como sabe, hoje, alguns empresários estão dispostos a deslocalizar as suas unidades de produção para países onde a qualidade de trabalho é pior, onde as ofertas de mão-de-obra são menos qualificadas e onde o mercado de trabalho é completamente desregulado.

A pergunta que faço é a seguinte: o Sr. Deputado está convencido o Sr. Deputado de que, hoje, a flexibilidade e a formação contínua do trabalhador são compatíveis com a segurança no trabalho, que os meus pais tiveram, há bem pouco tempo, nos anos 40? O Sr. Deputado está convencido de que, hoje, por via desta flexibilidade, desta globalização, é possível um trabalhador ter emprego para toda a vida de forma estável e duradoura? É que, como o Sr. Deputado sabe, estou certo, não é tão fácil esse caminho. Se for, pergunto qual é o caminho. Isto porque estamos todos, seguramente, convencidos de que este é um problema que não se resolve com discussões, que não se resolve com interpelações e, seguramente, também não se resolve com batalhas navais, onde os petardos caem na água!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Louçã, dispondo de 2 minutos que lhe foram cedidos pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

O Sr Francisco Louçã (BE) — Sr Presidente, Sr. Deputado, não sei se o problema se resolve com discussões, mas uma boa discussão pode ajudar. Creio que é isso que fazemos ao discutir o que vamos votar, assim tal seja bem encaminhado.

Compartilho e percebo, depois da sua intervenção, por que começou por pedir desculpas à Câmara pela sua observação «batalhanavalística». É que ela tem muitos vícios. Um deles é o de que só dois adversários é que se confrontam na brincadeira da batalha naval e, por isso, compreenda que «o tiro cai ao lado» quando me pede contas pelo governo anterior, porque eu fui contra a política desse governo e, naturalmente, não tenho de dar respostas por ele e não tenho, sequer, de condicionar ou limitar os meus reparos à política do Governo actual em função do que foi dito ou desdito a propósito do governo anterior.

A avaliação da política de emprego exige uma atenção sobre o conjunto de uma política económica durante um longo prazo e por isso é que temos de sublinhar não só o que foi comum nas várias políticas dos diferentes governos, para infelicidade dos direitos dos trabalhadores, mas, sobretudo, temos também de tentar actuar no momento presente. E é perante o Sr. Ministro Ferro Rodrigues e perante a Câmara que, neste caso, tenho de intervir.

Não creio que resolva o que quer que seja, tanto na sua defesa como no ataque à sua posição, evocarmos se estamos numa desgraça ou se beneficiámos muito. O mercado de trabalho mudou, nomeadamente em função de alguns aspectos que levantou, mas continuamos a ter um país com dois milhões de pobres, continuamos a ter esquadras da polícia como, por exemplo, a de Vilar Formoso,

que foi construída por trabalhadores clandestinos, precários, flexíveis, sem segurança social, tendo sido expulsos para a fronteira no dia anterior ao da inauguração da esquadra.

Portanto, o Governo é também responsável, em muitas das suas práticas, por maus exemplos deste tipo e melhor fora que assim não acontecesse.

Terminei, dizendo que, quando o Sr. Deputado fala de globalização, creio que estamos justamente confrontados com o perigo das frases feitas. Dizer que a globalização e a deslocalização vão determinar o fim do emprego pode ser que sim ou pode ser que não, Sr. Deputado! Não tenho é como ponto de vista defender vantagens fiscais para os que façam uma deslocalização para Portugal com o mesmo argumento que o Sr. Deputado teria de evocar se tivesse outro ponto de vista! É por isso que creio que a resposta à sua pergunta é «não». Não vamos ter um mercado de trabalho com as mesmas garantias que tinha o da geração dos seus pais, mas não temos de ter um mercado de trabalho com um mínimo de garantias como o que tinham os seus bisavós!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hermínio Loureiro.

O Sr. Hermínio Loureiro (PSD) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. e Srs. Deputados. Esta interpelação de hoje, centrada na qualidade do emprego, no combate à precariedade, na defesa dos salários e na efectivação dos direitos laborais, tem plena justificação, pois, infelizmente, o Governo socialista não tem tido a coragem e a determinação necessárias para enfrentar estas questões.

A qualidade do emprego é uma miragem, a precariedade aumenta de dia para dia, os salários reais diminuem e os direitos laborais estão a ser desrespeitados. Encontrar soluções para isto é uma obrigação do Governo e dar tranquilidade e confiança aos trabalhadores é também uma obrigação do Governo.

Enfrentar as situações de maior dificuldade deve ser sempre encarado como prioridade e era isso que se esperava de um Chefe de Governo que assumisse as suas responsabilidades.

O Sr. Luís Marques Guedes (PSD) — Muito bem!

O Orador — O emprego e a falta deste são, nesta altura, uma das maiores angústias sentidas. O emprego, como fonte remuneratória, representa a entrada dos jovens na vida activa e as consequentes autonomia e independência.

Por outro lado, representa, hoje, cada vez mais, um meio de realização pessoal e integração social, devendo ser promovidas enquanto condição fundamental da qualidade de vida.

Um dos maiores problemas sociais é o desemprego, considerando o que acarreta de perda de rendimentos necessários à sobrevivência, de destruição da confiança no futuro, de marginalização social, a par de consequências inevitáveis e irremediáveis para o agregado familiar, que pode, no limite, levar à sua destruição.

A este panorama, extremamente desagradável, acrescem os problemas de desadaptação tecnológica do desempregado, sempre crescentes com o avanço da idade. Temos que implementar um sistema de permanente formação pro-

fissional dos trabalhadores Temos que incentivar as empresas a realizá-la individualmente ou através de associações empresariais Temos obrigatoriamente de apostar na competitividade A aposta terá de ser feita através do investimento nas novas tecnologias, na formação profissional, na motivação e na qualificação dos trabalhadores e, principalmente, na capacidade em inovar.

O êxito da nossa competitividade assentará no desenvolvimento do espírito empreendedor dos nossos recursos humanos

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados O grave problema do desemprego que Portugal enfrenta tem características estruturais, as quais manifestam alguma rigidez comportamental, tornando o nosso sistema de emprego excessivamente protecionista e dispendioso

A resposta não pode ser encontrada exclusivamente nas políticas de gestão da procura, mas, principalmente, na correcção dos vícios estruturais acumulados e em medidas dirigidas prioritariamente às pequenas e médias empresas que promovam a criação de postos de trabalho

Temos obrigatoriamente de melhorar a empregabilidade e, para isso é inevitável um combate vigoroso e determinado ao desemprego dos jovens, prevenindo o desemprego de longa duração e melhorando, obviamente, a qualidade da formação

Temos, igualmente, de estimular a frequência de estágios profissionalizantes, facilitando a difícil transição entre a escola e a vida activa, melhorando a qualidade do sistema escolar, de forma a adaptá-lo à realidade sócio-económica e a reduzir o volume do abandono escolar.

Terá de ser, igualmente, uma prioridade o desenvolvimento do espírito empreendedor e empresarial

Temos que desburocratizar o processo de criação e alteração estrutural das empresas e, ao mesmo tempo, tornar o sistema fiscal mais favorável ao emprego.

O Sr António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador — Temos que estimular a iniciativa empresarial no nosso país em novas áreas de actividade económica, tais como turismo, lazer, ambiente, cultura, desporto e novas tecnologias da informação Temos que aumentar a flexibilidade das nossas forças de trabalho

Não podemos esquecer, em circunstância alguma, a promoção da igualdade de oportunidades e, para isso, temos que combater a discriminação entre homens e mulheres

Alguém tem dúvidas de que é necessário procurar implementar medidas que conciliem a vida profissional e a vida familiar, introduzindo-as na organização social e na cultura empresarial, enquanto direito das trabalhadoras e dos trabalhadores, e aumentar a cobertura de infra-estruturas de apoio a crianças e a idosos?

Tem que ser nossa preocupação a inserção de pessoas com deficiências, temos que melhorar a empregabilidade e a sua integração sócio-profissional, incentivando o apoio domiciliário e apoiando a criação de empregos acessíveis e adequados, começando, desde logo, por dar o exemplo na Administração Pública

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados Importa, no entanto, nunca perder de vista que não podemos deixar de passar por uma profunda reforma no sistema de ensino, adaptando-o às realidades sócio-económicas Se a escola não preparar para a integração na vida activa e para as realidades do mundo

do trabalho, fornecendo um saber mais do que encyclopédico, e se a formação profissional não reconverter o desemprego qualificado, os êxitos nestas matérias serão sempre efémeros.

Não basta revolucionar do lado da oferta de emprego, é fundamental qualificar os recursos humanos.

Mais importante é ministrar um conhecimento suficientemente alargado, para que o cidadão, ao longo da sua vida, esteja preparado para aprender diversas profissões.

A situação laboral do País é grave, porque, apesar das taxas de desemprego estatisticamente baixas, que tentam esconder a realidade, estas, ao serem analisadas, revelam factores que deviam preocupar qualquer governo responsável

Falei em estatísticas mas devia ter mencionado as estatísticas do Governo, ou melhor, aquelas que em cada ano o Governo decide construir, manipular e apresentar, mas não falo de estatísticas credíveis porque estas, infelizmente, não existem

Após uma análise detalhada à estrutura do desemprego, chegámos à triste conclusão de que temos uma percentagem muito elevada de desempregados de longa duração e, igualmente, as mulheres e os jovens são os mais penalizados e injustamente prejudicados. Não se encontra no Governo nem preocupação nem vontade em inverter ou minorar esta grave situação que provoca desequilíbrios e instabilidade social no nosso país.

Onde está manifestada a preocupação com as mulheres? O Governo do Eng.^o Guterres criou um ministério para a Dr^a Maria de Belém, mas esta é apenas uma das mulheres, ficando de fora todas as outras.

A desorientação do Governo socialista é bem notória, desorientação essa que se propaga com excessiva facilidade e a grande velocidade.

Relativamente à questão, ainda recente, dos combustíveis, a desorientação acentua-se e, desde aí, têm sido asneiras atrás de asneiras

O Governo socialista do Eng.^o Guterres perdeu definitivamente a consciência social. Há bem pouco tempo, aumentou os combustíveis seis vezes mais do que a inflação. Mais grave ainda, subiu a gasolina no mesmo dia em que descia o petróleo

A qualidade de vida da maioria dos portugueses já tinha sidoposta em causa pela subida das taxas de juro, o rendimento das famílias está a cair na mesma proporção em que cai a credibilidade deste Governo e já é notório para a maioria dos portugueses que o Governo socialista se degrada dia após dia e se desorienta hora após hora

Temos também um Conselho de Ministros onde, permanentemente, os ministros se desentendem em vez de se entenderem. E, para evitar mais problemas, julgo que vão começar a realizar conselhos de ministros virtuais. Deve ser para coincidir com a política, que também é virtual.

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs. Deputados: O País já começa a sentir a desilusão do Governo socialista

O Sr Luis Marques Guedes (PSD). — Ao tempo!

O Orador — O nosso país precisa de mudar de rumo e de política, no estilo, na forma e, sobretudo, na substância, com muito menos palavras e muito mais acção, menos promessas e mais realizações, dando aos portugueses condições para melhor enfrentarem o presente e com mais confiança construirem o seu futuro.

O Governo socialista podia e devia governar Era sua obrigação e responsabilidade, mas não governa, infelizmente não reforma e, sobretudo, não prepara o futuro Exibe e ocupa o poder, mas não o exerce Tem um mandato para cumprir e um programa para realizar, mas nem honra o mandato, nem cumpre o programa É um governo que navega à vista, sem rumo, sem alma e sem ideais. Não age, quanto muito reage, de forma pontual, casuística e muitas vezes contraditória

O Sr António Capucho (PSD) — Muito bem!

O Orador — Está a criar ilusões no presente, mas a comprometer o futuro. É um Governo que vive no deslumbramento e na permanente ilusão, na ilusão de que tudo está bem e de que, por um passe de mágica, tudo acabará melhor; na ilusão de que basta sorrir, dialogar e criar grupos de trabalho para que todos os problemas tenham solução, na ilusão, enfim, de que não precisa de governar porque os problemas vão desaparecendo ou sendo esquecidos. Este é o Governo do deslumbramento, este é o Governo da ilusão!

Os portugueses, esses, vivem cada vez mais no reino da desconfiança e da desilusão Repito da desconfiança e da desilusão É, infelizmente, um Governo que cultiva a aparência, mas despreza a realidade

Na aparência, as finanças do Estado estão folgadas, na realidade, os bolsos dos portugueses estão vazios e Portugal é hoje claramente mais injusto do que era antes. Mas alguém acha que a carga fiscal não aumentou? Na realidade, os portugueses cada vez pagam mais impostos, directa ou indirectamente. Se dúvidas existissem, basta termos em atenção o ainda recente «puxão de orelhas» que Portugal levou da Comissão Europeia

Na aparência, o desemprego está contido, na realidade, a promessa de novos empregos não se cumpriu e o desemprego nos jovens é cada vez mais preocupante bem como o desemprego de longa duração.

Na aparência, investe-se mais na saúde, na realidade, a situação da saúde agrava-se

Na aparência, a educação é a aposta ou a paixão; na realidade, a qualidade da educação não melhora. Ainda recentemente o Sr Presidente da República disse aquilo que se passa na nossa educação.

Resumindo, o Governo socialista está, cada vez mais, transformado num total desgoverno, aumentando e agravando constantemente as injustiças sociais. Os mais pobres continuam mais pobres, os ricos ficam mais ricos, a economia vai crescendo, mas a justiça social não aumenta

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr.^{as} e Srs Deputados Hoje não podemos deixar de manifestar aqui o nosso desacordo com a forma utilizada pelo Governo. Agiu de forma enganosa e com manifesta má-fé, fixando um valor, quer para os salários da função pública, quer para o salário mínimo nacional, quer para as pensões, que sabia vir a ser séria e irremediavelmente prejudicada pelo efeito do aumento dos combustíveis

A verdade é que o Governo fechou, unilateralmente, as negociações com a , estabelecendo o tecto dos aumentos em 2,5 %, sabendo que os trabalhadores estavam em vias de perder uma grossa fatia do seu poder de compra. Na realidade, a inflação, este ano — ainda agora revista e corrigida para cima pela Comissão Europeia, sendo que tal revisão não teve ainda em conta nem o aumento dos com-

bustíveis, nem as consequências daí resultantes —, deve-rá situar-se perto dos 3 %

O Sr Manuel dos Santos (PS). — É o que diz a União Europeia!

O Orador — O Governo, ao insistir nos 2 % como meta inflacionista, está a prejudicar a generalidade dos trabalhadores e respectivas famílias.

Consideramos injusto e inaceitável que, em relação ao aumento dos preços dos combustíveis, alguns grupos detentores de poder de reivindicação forte, obtenham contrapartidas e que os trabalhadores por conta de outrem não sejam, de forma alguma, compensados

A desorientação do Governo tem sido permanente Existem ministros que confundem «buzinão» com insurreição e suspiram um revelador «desta já nos safámos»

Decidem dar benefícios aos camionistas, mas ninguém sabe quanto é que eles vão custar ao Estado. Mais grave, o Governo utiliza nesses benefícios a Brisa, que é uma empresa parcialmente privatizada e cotada em Bolsa, e, tanto quanto julgo saber, os respectivos accionistas não foram sequer informados.

Estas cedências do Governo aos representantes dos transportadores de mercadorias, tratada de forma ligeira e totalmente irresponsável, são bem demonstrativas da forma como o Governo resolve os problemas. atribui apoios, subsídios, isenções fiscais e abaixamentos nas portagens, sempre a troco do silêncio

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr^{as} e Srs Deputados A inflação disparou. Aliás, não admira, nem é novidade, com o des controlo que se verifica nas despesas do Estado, um Estado que gasta cada vez mais e que cada vez dá menos aos cidadãos

A taxa de inflação é mesmo preocupante, porque, como é sabido, reduz a competitividade das nossas empresas, mas também porque diminui o poder de compra dos salários, das pensões e das aplicações de poupança. Por causa da inflação, os trabalhadores vão perder poder de compra e começam a ver as suas vidas a andar para trás.

Como sempre, as classes médias e aqueles que têm menos recursos são os que mais sofrem com os erros de um Governo que faz de conta, que pensa que tudo continua no melhor dos mundos

São as famílias, aquelas que não dispõem dos meios para engrossar o volume da sua indignação, quem mais sacrificado sai com os artifícios e as ilusões que este Governo vai criando. São elas que vão sofrer um agravamento substancial dos seus orçamentos e são elas que não dispõem das benesses que o Governo, de imediato, concede a quem lhe mostra força

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr^{as} e Srs Deputados Este é um Governo fraco com os fortes e forte com os fracos.

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — O ano 2000 perspectiva-se um ano muito difícil para a maioria das famílias portuguesas por via do aumento da inflação e da subida das taxas de juro

Vozes do PSD — Muito bem!

O Orador — Por isso, o PSD entende que o Governo deve corrigir, de imediato, os valores que insiste prever para

a inflação e que demonstre a abertura necessária para uma renegociação dos salários, impondo-se igualmente que o Governo reveja o valor do salário mínimo e o valor das pensões

São estas as questões que nos preocupam e que entendemos trazer a este debate, que, esperamos, sirva para que Governo demonstre maior atenção mas, sobretudo, maior abertura para evitar que os custos sofridos pela sociedade portuguesa não se tornem ainda mais elevados

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Alexandre Chaves

O Sr Alexandre Chaves (PS) — Sr Presidente, Srs Deputados, Sr Deputado Hermínio Loureiro, o desemprego é, obviamente, um flagelo social grave com consequências na cidadania, nos direitos dos cidadãos e na vida das próprias famílias

A luta contra o desemprego é um designio nacional e constitui também uma lógica e uma necessidade de políticas activas de emprego para o combater

Vivemos num mundo de mutações tecnológicas aceleradas que obrigam a rever as condições de trabalho, o tempo de trabalho e até a legislação laboral, mutações quer tecnológicas, quer de estrutura, sejam de produtividade, sejam organizacionais

Há, Sr Presidente e Srs Deputados, que regular a desregulação, sempre com os objectivos sociais de manter uma elevada taxa de empregabilidade, de reduzir o desemprego, de reforçar os direitos sociais dos trabalhadores, apelando à cultura do trabalho e pugnando pela coesão social

O Sr Deputado Hermínio Loureiro, como dizem na minha terra, falou bem, mas não soube o que disse. Ou, se calhar, não soube bem para que país é que estava a falar

Já ouvi esse discurso. Trata-se do discurso do tempo em que a taxa de desemprego neste país era preocupação, e ele não teve coragem de dizer que estamos a falar da problemática do emprego, da precariedade do emprego e das políticas activas de emprego

Não ouvi, na sua intervenção, uma alternativa política credível àquela que o Governo prossegue, de reforço da empregabilidade, de aumento dos salários ao ritmo da produtividade e da inflação e em manter os direitos sociais dos trabalhadores. Nem o Sr Deputado disse alguma coisa sobre devermos cuidar daqueles que trabalham e têm emprego, nem pensou naqueles que ainda o não têm

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Orador — Falou em asneiras — espero que não seja esse o seu estado de alma! Falou de «puxões de orelhas» — penso que também não as vai ter quentes, nem ninguém as terá, pois trata-se de palavras de circunstância! Mas o seu discurso pareceu-me desajustado a isto. Fiquei sem saber o que V. Ex.^a propõe, fiquei a saber o que V. Ex.^a critica

Sr Deputado quero perguntar-lhe o seguinte: considera a taxa de desemprego no seu e no meu país elevada?

Vozes do PSD — No nosso!

O Orador — No seu e no meu, no nosso! De que políticas alternativas de emprego falou? São estas duas questões que gostaria de ver respondidas

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Hermínio Loureiro

O Sr Hermínio Loureiro (PSD) — Sr Presidente, Sr Deputado, começo por um registo que reputo de alguma importância. É que o Sr Ministro Ferro Rodrigues ouviu com atenção a minha intervenção e, depois, talvez com um pouco incomodado com a sua interpelação, abandonou a Sala

Risos

Julgo que ele vai voltar a assistir ao debate. Sr Deputado, aquilo que lhe quero dizer é que o Partido Socialista, o Governo socialista, se sabe resolve os problemas, se não sabe procura alterar os dados estatísticos. Não temos as mínimas dúvidas sobre a manipulação que está a ser feita com os dados estatísticos. Ainda não vi ninguém desmenti-los e, como sabe, não podemos comparar coisas que são incomparáveis. Os critérios de avaliação foram alterados, mas os senhores compararam um ano com o ano anterior quando as coisas foram analisadas de forma diferente. Ora, isto é incomparável.

Digo-lhe mais: o Sr Deputado está excessivamente preocupado com as questões estatísticas. Mas em que país é que o senhor vive?

O Sr Alexandre Chaves (PS) — No seu!

O Orador — Na área onde o senhor vive não há desemprego? Não tem crescido?

Vozes do PS — Não!

O Orador — Então, o senhor vive num sítio de exceção, que eu não conheço.

Aquilo que lhe quero dizer é que, infelizmente, o vosso problema é que analisam isto meramente como uma questão estatística, e isto é um problema social. Os senhores estão sempre a vangloriar-se com as estatísticas. E os desempregados? E as mulheres que são discriminadas? E os jovens? Os senhores continuam a dizer que os jovens estão sempre a baixar as taxas. Mas que taxas? Que taxas é que estão a baixar?

Então, o senhor não sabe que esses jovens estão a contar para os dados estatísticos, mas com uma excessiva precariedade de emprego?! Com uma insegurança total?! Nunca sabem o que lhes vai acontecer ao fim de três, quatro meses! É com isto que VV. Ex.^a ficam satisfeitos, com a precariedade e com a insegurança?!

Digo, sinceramente, que essa não é a preocupação do PSD. Nós estamos preocupados com as questões concretas e com as injustiças sociais que permanentemente acontecem no nosso país. E como o Sr Deputado sabe, neste país, infelizmente, os ricos estão cada vez mais ricos e os pobres cada vez mais pobres.

O Sr Barbosa de Oliveira (PS) — Onde é que eu já ouvi isto?

O Orador — Portanto, Sr. Deputado, penso que o Partido Socialista e o Governo deviam preocupar-se em combater este flagelo, o desemprego e a precariedade no emprego de uma forma séria e não usando, única e exclusivamente, como argumento os dados estatísticos. Essa é, infelizmente, a nossa grande preocupação.

Os senhores estão completamente enganados! Os senhores estão muito longe da realidade do que se passa no País! Os senhores, neste momento, estão a funcionar em circuito fechado, só falam com os socialistas, só falam nos corredores do poder, só falam nas sedes do Partido Socialista! Sairam das sedes, saíram dos corredores do poder e venham falar com os portugueses e com as portuguesas!

Aplausos do PSD.

O Sr. Presidente. — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira.

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS): — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Sr^{as} e Srs. Deputados: A qualidade do emprego, o combate à precariedade, a defesa dos salários e a efectivação dos direitos laborais são sempre questões de grande relevância para os trabalhadores, para as empresas e para os serviços da Administração Pública com competências nestes domínios.

A qualidade do emprego que temos e que queremos para o futuro constitui, actualmente, um tema central das economias modernas, que debatem e equacionam o equilíbrio entre flexibilidade e segurança no emprego, num mundo cada vez mais globalizado, mais tecnológico e com maiores exigências no plano laboral.

As condições de vida e de trabalho que se foram desenvolvendo, de forma gradual, em toda a Europa, sofreram uma transformação radical nos últimos 20 anos.

O trabalho e o emprego estão a passar por um processo de grandes mudanças, não apenas no plano dos seus objectivos, mas até ao nível da sua própria definição, com a emergência de novas formas de trabalho, como o trabalho temporário, o trabalho sazonal, o trabalho independente, o teletrabalho, ou o trabalho ao domicílio, de que emergem novas formas contratuais que, nalguns casos, se traduzem numa maior precariedade e instabilidade.

Hoje já não é possível ignorar o fenómeno da globalização da economia, da competitividade agressiva que pressiona os mercados e o seu modo de operar, da rapidez com que se cria e destrói o emprego e da velocidade a que as novas tecnologias chegam ao mundo do trabalho e que, também elas, rapidamente, ficam obsoletas.

E, acima de tudo, já não nos é possível ignorar as implicações que essas transformações têm no próprio mercado de trabalho, afectando empresas e trabalhadores de todas as idades e sectores de actividade.

Em termos gerais, poderá dizer-se que o nível de capacidades e habilidades necessárias para cada emprego é cada vez mais elevado e exigente. Acresce, ainda, que as transformações tecnológicas e organizacionais operadas no mundo do trabalho, oferecendo novas oportunidades para os trabalhadores com maior adaptabilidade e empregabilidade, acabam, de forma inevitável, por lançar no desemprego ou em empregos precários, instáveis e de pouca qualidade, todos aqueles que se mostram incapazes de se adaptar aos novos modelos de organização do trabalho ou que, simplesmente, não estão preparados para adquirir as competências exigidas pela nova economia do conhecimento.

É à luz deste mundo de globalização e de mudança, onde as novas tecnologias estão em constante mutação e onde a formação e a educação, ao longo da vida, adquirem uma importância fundamental, que devemos questionar e

equacionar o sistema de relações laborais e, sobretudo, as questões da segurança e da qualidade do emprego.

É neste contexto, de evidentes desafios políticos e sociais, que surge a discussão do emprego e do desemprego em geral e da qualidade do emprego em particular.

Quando colocados à margem do sistema produtivo ou nele integrados de forma precária, e muitas vezes até ilegal, os trabalhadores tendem a cumular desvantagens e a verem-se excluídos de participar em sociedade e de desfrutarem dos seus direitos de cidadania.

Hoje, não são apenas o trabalho e o emprego produtivo que assumem importância fundamental para a economia, para as pessoas e para as empresas. Hoje, a segurança e a qualidade do emprego assumem igualmente importância vital no quadro do desenvolvimento económico sustentado que todos queremos e desejamos.

Portugal, nunca é de mais recordar, comparativamente aos restantes países da União Europeia, regista uma taxa de desemprego bastante baixa e uma taxa de emprego superior à média comunitária. A União Europeia debate-se hoje com o problema de mais de 15 milhões de desempregados e uma taxa de desemprego da ordem dos 8,8%, situação que tem gerado uma tendência de acréscimo das assimetrias e um claro enfraquecimento da coesão social. Portugal, por seu turno, e justiça seja feita ao Governo do Partido Socialista, porque é à sua política de emprego que se deve tal facto, apresenta, neste domínio, uma evolução verdadeiramente satisfatória. Com efeito, graças a uma política de emprego coerente e cuidada, materializada num vasto conjunto de medidas, o desemprego tem vindo a baixar desde 1996 e continua a reduzir-se a um nível bastante positivo. Tendo decrescido para 4,3% no terceiro trimestre de 1999, situa-se agora nos 4,1%, sendo, assim, a mais baixa taxa de desemprego verificada desde 1992.

Por outro lado, o crescimento do emprego também tem vindo a processar-se positivamente, tendo sido criados, entre 1997 e 1999, cerca de 300 000 novos postos de trabalho, cifra que excede todas as expectativas. De sublinhar ainda que, contrariamente aos anos anteriores, em 1999, o número de trabalhadores abrangidos por contratos permanentes registou um acréscimo de 1,7.

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr^{as} e Srs. Deputados: Em matéria de evolução do emprego e de combate ao desemprego, diria mesmo que, dificilmente, a situação poderia ter corrido melhor e, por muito que custe a alguns, não podemos fechar os olhos a este facto. Porque não só queremos parecer como somos sérios, não deixaremos de dizer que, não obstante o comportamento positivo do mercado, o sistema de emprego português apresenta problemas estruturais e características próprias que não escamoteamos e que apenas poderão ser ultrapassados através de uma política coordenada para o emprego, de médio e longo prazo, em articulação com um crescimento significativo da economia.

Com efeito, é consabido que o nosso sistema de emprego se debate com problemas decorrentes das dificuldades de adaptabilidade, dos baixos níveis de qualificação e empregabilidade dos trabalhadores, com reflexos óbvios no plano da competitividade do País, da qualidade do emprego e da sua sustentabilidade a médio prazo. A população activa portuguesa continua a deter um nível médio de escolaridade fraco e competências profissionais insuficientes e muitas vezes até desajustadas das necessidades do mercado de trabalho, quer na óptica da empresa, quer na óptica do próprio trabalhador.

Apesar de o número de desempregados de longa duração ter registado também uma diminuição significativa, não deixaremos, no entanto, de dizer que são eles a categoria de desempregados com menos perspectivas de integração face aos défices de formação e qualificação acumulados ao longo de décadas. A participação qualificada de Portugal no espaço europeu e a garantia de níveis e qualidade de emprego susceptíveis de promover a coesão social, dependem, em larga medida, de conseguirmos superar estas dificuldades. A precariedade e a inssegurança do emprego e mesmo o trabalho ilegal não são, infelizmente, realidades novas. São realidades de muitos anos e que resultam, em particular, de um atraso estrutural do desenvolvimento do nosso país e de comportamentos condenáveis de alguns empresários que apenas subsistem violando os mais elementares direitos sociais dos trabalhadores e as regras de uma concorrência que se quer leal e séria para os quais não pode haver lugar no mercado.

O recurso à contratação a termo e ao trabalho temporário tem vindo a aumentar em Portugal e por toda a Europa, já o dissemos repetidas vezes. Não queremos esconder a realidade. Pelo contrário, procuramos, de forma responsável e continuada, através da uma política de emprego coerente, criar condições e instituir apoios com vista a inverter esta situação. Mas importa que tenhamos consciência de que este é um combate de todos — nomeadamente dos parceiros sociais — e não apenas do Governo.

Ao longo da Legislatura anterior, o governo do Partido Socialista, reconhecendo a necessidade de actuar neste domínio, adoptou um vasto conjunto de medidas, tendentes à melhoria do mercado de trabalho e do próprio sistema de emprego, visando não só aumentar a quantidade de postos de trabalho, como a própria qualidade do emprego.

A partir de 1998, a política de emprego e formação passou a estar articulada com a Estratégia Europeia do Emprego, em torno da qual foi estruturado o Plano Nacional de Emprego. Por outro lado, para garantir uma maior efectividade das normas legais e convencionais sobre a constituição e o conteúdo das relações de trabalho, foi criado um novo sistema de sanções laborais que permitiu actualizar para níveis socialmente ajustados as coimas aplicáveis às infracções laborais, penalizar fortemente condutas lesivas dos interesses dos trabalhadores, diferenciar as empresas em função da sua dimensão e penalizar a reincidência. Tratando-se de uma medida de enorme alcance, é nossa profunda convicção que constituirá cada vez mais um importante instrumento dissuasor e de combate à instabilidade laboral.

A Sr^a Maria Celeste Correia (PS) — Muito bem!

O Orador: — Além disso, não quero deixar de referir a revisão do Código de Processo de Trabalho, a celebração de um protocolo entre a IGT, os centros regionais de segurança social e a direcção-geral de impostos e ainda a realização de vários programas de acção inspectiva nos locais de trabalho, como os que incidem sobre o falso trabalho independente e o trabalho temporário. O Partido Socialista e o seu Governo continuarão, de modo empenhado, a bater-se por uma sociedade mais justa, na qual a precariedade do emprego, o trabalho ilegal, as desigualdades e a exclusão de trabalhadores não tenham um lugar.

Para além do muito que já foi feito, propomo-nos ainda incrementar o combate ao trabalho ilegal, promovendo a regularização dos trabalhadores em situação irregular de trabalho, reforçando a capacidade inspectiva da administração do trabalho e melhorando os incentivos à contratação permanente, aumentar a formação da população empregada, apoiando directamente a formação de pelo menos 120 000 trabalhadores por ano, o que é uma medida fundamental para aumentar os níveis de qualificação e empregabilidade dos portugueses, atribuir incentivos especiais às empresas que ultrapassem a meta nacional de formação contínua, majorar, de forma sistemática, as medidas de apoio ao emprego nas profissões significativamente marcadas por discriminações de sexo. Confiamos no futuro e, por isso, acreditamos que sem cenários catastróficos será possível, a médio prazo, diminuir ainda e muito mais a precarização das relações de trabalho.

O Governo contará com o nosso apoio para prosseguir a sua política de emprego, o aprofundamento das medidas em curso e a implementação das soluções mais ajustadas para o incremento do trabalho permanente e combate ao trabalho ilegal.

Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Sr^{as} e Srs Deputados Importa ainda sublinhar, no quadro deste debate parlamentar, o papel desempenhado pela presidência portuguesa, cujo contributo para a promoção do emprego e combate ao desemprego a nível europeu foi amplamente reconhecido. Com efeito, da recente Cimeira do Emprego resultam directrizes muito claras para o Conselho e para a Comissão, que terão repercussões óbvias a nível nacional, no sentido de melhorar a empregabilidade e reduzir as lacunas de formação, conferir uma maior prioridade à aprendizagem ao longo da vida como componente básica do modelo social europeu, aumentar o emprego nos serviços e promover a igualdade de oportunidades em todos os seus aspectos. Isto foi, de facto, amplamente reconhecido a nível europeu e em Portugal, por alguns, pretendeu ser minimizado.

Registamos ainda, com satisfação, o facto de o Governo ter entregue já «nas mãos» dos parceiros sociais uma proposta de acordo sobre política de emprego, mercado de trabalho e formação, onde se estabelecem como prioridades o combate aos défices de formação e a promoção da qualidade do emprego.

É pelo emprego de qualidade que as pessoas podem adquirir a autonomia, o sustento, a qualidade de vida e garantir, de facto, os seus direitos de cidadania. É um desafio que a todos se nos coloca. Para o ganharmos, valerá a pena que todos contribuamos com propostas inovadoras e eficazes, que tornem possível o equilíbrio entre a flexibilidade e a segurança no emprego. Por outras palavras, que acautelem o equilíbrio entre os desafios da competitividade das empresas e a estabilidade dos vínculos laborais.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Inscreveram-se, para pedir esclarecimentos, os Srs Deputados Lino de Carvalho, Pedro da Vinha Costa e Telmo Correia

Tem a palavra, Sr Deputado Lino de Carvalho

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Deputado Barbosa de Oliveira, os senhores têm um discurso que se centra basicamente no seguinte: reconhecem, como não podem

deixar de reconhecer, ou dizem que reconhecem e que nos acompanham em muitas das preocupações que trazemos a este debate, afirmando que não negam as dificuldades e os problemas existentes. No entanto, depois, desenvolvem todo um discurso e toda uma prática que é orientada por dois elementos fundamentais.

O primeiro elemento fundamental é a tese da inevitabilidade, que defendem dizendo que estamos numa economia globalizada, que o emprego mudou, que as relações laborais estão a mudar e que temos de criar as condições, nessa economia globalizada, para aumentar a competitividade da economia portuguesa. No fundo, este é um discurso orientado para que os trabalhadores e o mundo laboral aceitem a tese de que esta globalização, este sistema global de economia, tem de ser construído contra os trabalhadores e em prejuízo do emprego com direitos.

De uma forma expressa, responsabilizarem os próprios trabalhadores pela situação de fragilidade das relações laborais, de diminuição da democracia nas empresas e de violação dos direitos, típicas do período que hoje atravessamos. Dizem ser preciso mais formação, mais preparação e mais qualificação e nunca questionam — o que é chocante, vindo de uma bancada que se afirma preocupada com os problemas dos trabalhadores, e vindo de si próprio, que foi, e ainda é, penso eu, dirigente sindical — o modelo de economia. Nunca questionam uma economia do tipo neoliberal que quer fazer assentar o aumento da competitividade, isto é, da taxa de lucro das empresas, à custa do emprego com direitos e dos trabalhadores.

O Sr Bernardino Soares (PCP). — Exactamente!

O Orador — O que se passa é que isto não é apenas um discurso. É um discurso que se traduz numa prática de tentar criar legislação que vai ao encontro desta tese. Isso, Sr. Deputado, não pode passar em claro e é verdadeiramente chocante, porque conduz, não a um reforço dos direitos de quem trabalha, não à criação de uma economia ao serviço de quem trabalha, mas, pelo contrário, a que os trabalhadores fiquem ao serviço dessa economia dominada por este mundo globalizante dominado pelas transnacionais. Este é um primeiro elemento que nos choca e sobre o qual não poderíamos deixar de reflectir.

O segundo elemento que queremos referir é o problema da formação. Então, vamos a empresas de áreas novas, dedicadas a novas tecnologias, com técnicos. Sr. Deputado, a Telecel, empresa que da área das telecomunicações e do apoio técnico e que está relacionada com a engenharia, tem 400 trabalhadores, 80% dos quais são trabalhadores precários! A Novis tem 200 trabalhadores, 100% dos quais são precários! A parte técnica das empresas de *time-sharing* tem 330 trabalhadores, 90% dos quais são precários! A Oni tem 200 trabalhadores, 100% dos quais são precários! Etc., etc., etc. Estas são empresas da tal nova economia e de sectores altamente qualificados. O Sr. Deputado Barbosa de Oliveira encontra justificação para que todos os trabalhadores estejam em regime de trabalho precário?

Posso dar-lhe ainda o exemplo dos serviços de apoio à toxicodependência. O Sr. Deputado pensa que é normal, durante anos a fio, 120 psicólogos estarem a cumprir funções permanentes do Estado, sem as quais estes serviços não podem funcionar, com contratos de trabalho precários renováveis trimestralmente?! Acha normal que os programas ocupacionais estejam a servir para satisfazer

necessidades permanentes do Estado? Estas são as questões concretas que se ligam a esta interpelação, e é para estas questões que queremos respostas!

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira.

O Sr João Amaral (PCP) — Se o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira tivesse lido os escritos da juventude do Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade, iria responder de outra forma!

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS). — Sr. Presidente, Srs. Deputados, permito-me começar com um aparte. É que eu também tenho escritos da minha juventude!

Risos.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Mas esqueceu-se deles!

O Orador — Em relação às questões que o Sr. Deputado Lino de Carvalho me colocou, começaria por me reportar ao facto de nós, como os senhores, também termos consciência dos problemas e de não os escamotearmos. A diferença reside no facto de nós partirmos da realidade e, num combate concreto com esta, procurarmos melhorá-la, alterando-a e não rompendo-a!

O Sr João Amaral (PCP) — Procuram preservá-la!

O Orador. — Aliás, dou por reproduzida a resposta que o Sr. Ministro lhe deu em relação aos contratos a prazo! Não preciso de gastar tempo com isso, porque subscrevo a resposta que o Sr. Ministro lhe deu.

Devo dizer-lhe ainda que não renego em nada as minhas convicções sindicalistas. A diferença é que, mesmo nessa matéria, também temos divergências naturais, já que eu estou numa central sindical e o Sr. Deputado, naturalmente, apoia outra.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sou sócio....

O Orador. — As divergências até são saudáveis, mas isso não quer dizer que não tenhamos consciência dos problemas e que não os querímos resolver. Por isso, a diferença é aquela que lhe referi e situa-se entre querer resolver esses problemas mantendo o emprego ou quebrar e romper.

O Sr. Deputado deu vários exemplos da nova economia.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — E do Estado!

O Orador — Já vou ao Estado!

Dir-lhe-ei que não estou de acordo com o facto de todas as empresas que referiu terem esses contratos a prazo, se bem que seja minha convicção que muitos deles, se não a sua generalidade, se transformarão em contratos efectivos, pelo que constituirão uma boa entrada no mercado de trabalho para toda essa gente!

Vozes do PS. — Muito bem!

O Orador — Quero dizer-lhe ainda, Sr Deputado, que o período experimental para esses trabalhadores pode ser de seis meses, e não é mais seguro, antes pelo contrário, do que um contrato a prazo. O período experimental, repito, tal como a lei geral o prevê, não é mais seguro no plano jurídico como vínculo laboral do que um contrato a prazo. E lembro que esse período experimental pode ser de seis meses para esses trabalhadores, como o Sr Deputado sabe. Como tal, convém que haja nisto tudo bom senso. É essa a nossa posição.

Quanto à questão do Estado, devo dizer-lhe que também gostava que na Câmara Municipal do Seixal não houvesse 120 trabalhadores a recibo verde, mas há!

O Sr João Amaral (PS) — É falso!

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa

O Sr Pedro da Vinha Costa (PSD) — Sr Deputado Barbosa de Oliveira, V Ex^a vai-me permitir que não enderece este pedido de esclarecimento ao Sr Deputado Barbosa de Oliveira mas ao sindicalista Barbosa de Oliveira. Sei que são a mesma pessoa, mas, às vezes, tenho dificuldade em perceber que assim seja. Por isso, quero dar-lhe a oportunidade de demonstrar que, de facto, o sindicalista Barbosa de Oliveira não pensa de maneira diferente do Deputado do Partido Socialista Barbosa de Oliveira.

Ora, ao sindicalista Barbosa de Oliveira queria perguntar como é que alguém com o seu passado no mundo sindical encara, por exemplo, o facto de o Governo ter encerrado as negociações salariais com a função pública, tendo em conta uma determinada estimativa de inflação, para, no dia seguinte, tomar um conjunto de medidas que podem inevitavelmente em causa a inflação estimada no momento em que encerraram essas negociações. Pergunto-lhe como é que o senhor, como sindicalista, reagiria? Esqueça que ali está o Governo do Partido Socialista! Tente esquecer isso por alguns segundos e imagine como é que o sindicalista Barbosa de Oliveira reagiria! O que é que diria aos trabalhadores do sindicato que o tinham eleito como dirigente sindical? E o que é que, seguramente, diria ao Governo, se conseguisse esquecer que o Governo é do PS e que o sindicalista Barbosa de Oliveira é também Deputado do Partido Socialista?

Pergunto também ao sindicalista Barbosa de Oliveira se vê com gosto e com prazer a apresentação de estatísticas que apontam números para as taxas de desemprego, quando o sindicalista Barbosa de Oliveira sabe que muitos dos índices apontam certas pessoas como empregadas, quando, na realidade, essas pessoas estão, única e exclusivamente, ocupadas, ou seja, quando essas pessoas não têm emprego mas apenas ocupação. Isto porque o senhor sabe que estas são realidades completamente diferentes. Podem ser a mesma coisa em termos estatísticos, mas, em termos reais, são seguramente diferentes. Pergunto, portanto, ao sindicalista Barbosa de Oliveira se, como sindicalista, aceita esta situação e se, como sindicalista, não tem nada a dizer aos senhores que estão sentados na bancada do Governo, sejam eles de que partido forem.

O Sr Herminio Loureiro (PSD) — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira

O Sr Barbosa de Oliveira (PS) — Sr Presidente, Sr Deputado, se me permite responder como sindicalista, fá-lo-ei de boa vontade.

V Ex.^a disse, e muito bem, que eu tenho — e agradeço-lhe essa referência — um grande passado sindicalista, que me honra. Devo dizer-lhe que, nessa matéria, habituei-me a desenvolver a actividade sindical de forma perfeitamente autónoma e independente em relação ao governo. Tive oportunidade de o fazer, nomeadamente exercendo as minhas funções de Presidente do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, enquanto o governo era socialista. Tive oportunidade de o fazer, defendendo claramente os interesses dos trabalhadores, se bem que, naturalmente, na minha perspectiva.

Em relação à pergunta que me fez, gostaria de lhe lembrar os mecanismos de negociação colectiva na função pública para lhe dizer, de forma clara, que as negociações não estão ainda encerradas.

Vozes do PSD, do PCP e do CDS-PP — Ah!

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Até o Sr Ministro ficou surpreendido com o que disse!

O Orador — Não terá ficado tão surpreendido assim!

Risos do PCP

Sr Deputado, estou a responder gostosamente à sua pergunta.

Disse-lhe que as negociações não estão encerradas, porque nas negociações da função pública existe o mecanismo das negociações suplementares. E logo, logo os sindicatos da função pública requereram a continuação dessas negociações. Se elas vão ou não ter resultados positivos é outra coisa!

Vozes do PSD — Ah!

O Orador — A isso não lhe sei responder, porque não sou bruxo, nem adivinho.

O Sr. Paulo Portas (CDS-PP). — Mas pertence à maioria!

O Orador — O Sr Deputado perguntou-me o que é que eu diria aos trabalhadores da função pública se fosse dirigente sindical. Olhe, meu caro amigo, eu, tal como o Sr Ministro, nunca fui contra a greve. Antes pelo contrário, fui-la várias vezes!

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Tem a palavra o Sr Deputado Telmo Correia

O Sr Telmo Correia (CDS-PP) — Sr. Presidente, Sr Deputado Barbosa de Oliveira, como sempre, é para mim um prazer interpelá-lo. De resto, sei que estou a interpelar um Deputado socialista, um sindicalista.

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sindicalista grevista!

O Orador — . por outras palavras, alguém que, no limite, representa algo de único no seu grupo parlamentar,

porque o senhor é um Deputado trabalhista O senhor não é um Deputado socialista, mas um Deputado trabalhista, na acepção europeia da palavra

Iria, pois, talvez começar por aí, esperando que o Sr Deputado não me remeta também para o Sr Ministro — porque se não vai obrigar-me a, mais uma vez, defender a honra em relação ao direito à greve —, dado que, em termos de concertação social, em termos de negociações, em termos de resposta à contestação social e em termos de garantias dos direitos dos cidadãos, pelos vistos, ficarei a saber o mesmo

Mas, esquecendo estas questões — já vi que, como sindicalista, também não vai muito mais longe do que o próprio Governo —, a pergunta concreta que lhe quero fazer tem a ver com o facto de o Sr Deputado ter falado num certo optimismo europeu Aliás, passou também pelo seu discurso um certo optimismo em relação à situação do emprego e à descida dos números e das taxas relativas ao desemprego

Acontece que há um dado, que normalmente o partido interpelante não introduz nesta questão e que eu gostaria de introduzir neste debate, em relação ao qual gostaria de o ouvir a si e ao Partido Socialista. Trata-se da questão essencial da produtividade Porquê? Porque, diz o PNDES, com os números que temos (que são os mesmos que ainda há pouco o Deputado Pedro Mota Soares referia), as taxas relativas à produtividade têm vindo a decrescer Concretamente, em relação à média europeia, tínhamos um valor à volta dos 65%, em 1997, de 64%, em 1995, sendo que os números relativos a 1998, em termos de paridade de poder de compra, rondam os 62%.

Portanto, ao mesmo tempo que o emprego aumenta, a produtividade desse mesmo emprego parece diminuir, o que é obviamente preocupante

O que é que isto significa? Significa que o emprego que temos é basicamente emprego de baixo valor acrescentado Ou seja, trata-se de mais emprego em sectores como a construção civil, ou nos serviços daquele que é menos qualificado, do que, propriamente, emprego na tecnologia, nas comunicações ou no tal emprego mais evoluído e mais desenvolvido da tal nova economia de que os senhores falam

Isto significa, também, que existe uma desadequação entre as necessidades dessa nova economia ou entre o novo mercado e o novo tipo de oferta e a procura que existe em termos de emprego

Portanto, o que lhe quero perguntar é se tem conhecimento de quais são os números mais recentes em relação a essa mesma produtividade (devo confessar-lhe que não tenho números relativos a 1999) e se não considera preocupante esta relação entre aumento do emprego, como os senhores dizem, e a baixa de produtividade Esta baixa de produtividade significa, obviamente, emprego menos qualificado, mais precário e maior instabilidade no emprego, como é evidente, porque estamos a falar de emprego de menor qualificação Pergunto-lhe, pois, se não está preocupado com isso, se o Partido Socialista e o Governo não têm consciência disso e que tipo de respostas me pode dar em relação a esta matéria

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Muito bem!

O Sr. Presidente. — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira

O Sr Barbosa de Oliveira (PS) — Sr. Presidente, Srs Deputados, quero dizer, em primeiro lugar que, de facto, sou um optimista Em tudo na vida e não apenas nestas questões

Já agora, a propósito de optimismo, devo dizer-lhe que a Comissão Europeia também me acompanha no que respeita, por exemplo, à inflação

O Sr Paulo Portas (CDS-PP) — Sim, mas não em relação à produtividade!

O Orador: — Não, não acompanha em relação à produtividade Em relação a esse ponto, a única resposta que lhe posso dar, Sr Deputado, é a de que — tal como disse daquela tribuna — nós não escamoteamos os problemas estruturais do emprego em Portugal

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Mas também não os resolvem!

O Orador — Não estou de acordo com o Sr. Deputado e com o seu aparte, de que não os resolvemos, porque isso é a mesma coisa que negar tudo o que lhe foi dito ao longo deste debate, quer pelo Sr. Ministro, quer por mim Em relação a este ponto digo-lhe, com toda a franqueza e com todo o respeito, que «o pior cego é aquele que não quer ver»

O Sr Manuel dos Santos (PS) — Muito bem!

O Sr Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Ficámos esclarecidos!

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra a Sr^a Deputada Odete Santos

A Sr^a Odete Santos (PCP) — Sr. Presidente, Sr Ministro, Sr Secretário de Estado, Srs. Deputados Este debate tem sido pródigo na produção de algumas metáforas e alegorias, algumas de bastante mau gosto, que penso não serem do agrado do Sr Ministro do Trabalho e da Solidariedade

Tenho a certeza de que os cerca de 60 000 a 70 000 trabalhadores que se manifestaram, exigindo um emprego com direitos, não foram jogar à batalha naval para as ruas de Lisboa

Este é um debate sério A Assembleia da República está a fazer um debate muito sério em relação a problemas graves que afectam os trabalhadores portugueses.

Quanto à questão da contratação a prazo, desde que estou nesta Assembleia, sempre ouvi censuras dirigidas à bancada do PCP, acusando-a de ser catastrofista

Nessa altura, tínhamos um quadro legal, o Decreto-Lei n° 781/76 — que era bem melhor do que o quadro legal de 1989 —, e dizíamos que aquele diploma iria abrir um largo caminho à precarização das relações laborais

Estamos no ano 2000 e prova-se que não fomos catastrofistas!

Vozes do PCP — Muito bem!

A Oradora — A presente interpelação do PCP desenha o quadro da depreciação do valor do trabalho a que se foi chegando, perante o demissionismo do poder político Ao fim e ao cabo, é isto que está em causa saber o

que é que o poder político quer fazer em relação à vida dos trabalhadores

É que, ao contrário do que se quer fazer aceitar, a dicotomia não é ou ficam no desemprego ou aceitam um emprego sem direitos. Porque o poder político pode fazer aplicar a legislação se não estiver numa atitude de subserviência ou com medo do poder económico. É isto que não se tem passado até agora, tal como não se passa pela Europa e pelo mundo.

Não podemos bastar-nos com as adivinhações do Sr Deputado Barbosa de Oliveira, que tem uma «fezada» de que os trabalhadores contratados a prazo vão passar a trabalhadores efectivos, quando os números até nos indicam — e todos os Srs Deputados sabem disso — que normalmente os trabalhadores que estão contratados a prazo são excepcionais. Nos outros casos, quando os trabalhadores atingem um número de anos limite para a contratação a prazo, vão para a rua e, passado algum tempo, são contratados de novo com outro contrato a prazo. É, portanto, isto que, efectivamente, se passa!

Vozes do PCP — Exactamente!

A Oradora — O debate de hoje foi, ao fim e ao cabo, acerca de um direito que está constitucionalmente consagrado o direito à estabilidade no emprego.

Efectivamente, minando esse direito e, através de sucessivas formas de flexibilização, os vínculos laborais, chegámos — e ninguém foi capaz de o desmentir — a uma situação em que reina a precarização e a quase completa desregulação das relações laborais, em nome da sacrossanta competitividade. Por outras palavras, minguam os direitos, campeiam as discriminações e triunfam as desigualdades.

A precarização teve, e tem, nefastas consequências, repercutindo-se negativamente nos salários, na qualificação profissional, na vida e saúde dos trabalhadores, na sinistralidade laboral e na competitividade das empresas, que, desta forma, perdem a competitividade. A precarização traduz-se numa gritante manifestação de desprezo pela dignidade humana, como o mostra a realidade que se vive no mundo do trabalho.

Relativamente aos salários, os números oficiais provam como através da instabilidade se visou enfraquecer as reivindicações dos trabalhadores. Podemos dar alguns exemplos no distrito de Aveiro, na empresa Funrap, o salário médio dos trabalhadores permanentes é de 120 000\$, enquanto o salário médio dos trabalhadores com vínculo precário é de 93 800\$. na Renault de Cacia, para uma e para outra categorias, a diferença é entre 170 000\$ e 112 000\$, no complexo Grundig, mercê da precarização, a média salarial baixou entre 15 000\$ a 25 000\$, no sector do calçado e malas do Minho e Trás-os-Montes, a esmagadora maioria dos trabalhadores recebe entre 65 00\$ a 66 000\$ por mês, no sector das madeiras do distrito de Braga, os salários dos trabalhadores situam-se entre o salário mínimo nacional para os indiferenciados e 70 000\$ para os profissionais qualificados, no distrito do Porto, até na Administração Pública, existe desigualdade salarial em relação ao resto do País, dado que a média salarial é de cerca de 88% relativamente aos restantes distritos.

Esta degradação do salário, que se acentua no caso do trabalho a tempo parcial e do trabalho clandestino — há trabalhadores destes a ganhar 300\$ à hora, sem quaisquer direitos —, é até bem patente nos casos de segmentação de empresas, como acontece com a Auto-Europa.

Nas novas empresas surgidas da autonomização de secções, os trabalhadores das mesmas auferem menos do que os trabalhadores da empresa mãe, trabalhando lado a lado com eles.

A situação da remuneração do trabalhador e as desigualdades daí geradas estão, aliás, traduzidas no destaque do INE, de 22 de Março último, divulgado a propósito da Cimeira de Lisboa. O INE assinala, nesta matéria, o grande afastamento da realidade portuguesa face às médias da União Europeia. Tendo em conta o contributo de cada indivíduo activo para o produto interno bruto de cada um dos 15 países da União Europeia, Portugal apresenta apenas um valor equivalente a 42,6%, situando-se na cauda e bem distante do país que se lhe segue, a Grécia. Além disso, se somarmos o outro indicador também constante do destaque, Portugal está também na cauda da União Europeia.

É ainda significativo que, segundo estes mesmos dados do INE, seja nas actividades financeiras que se registam as remunerações base mais elevadas, enquanto que na indústria transformadora as remunerações médias se situam nos escalões mais baixos. Isto corresponde a uma situação de degradação do salário que também acontece nos outros países.

Estou recordada de uma famosa proposta de lei do anterior governo que destruía o conceito de salário. É a isso que se está a proceder.

De facto, Sr Presidente, Srs Deputados, o que hoje interessa ao chamado neoliberalismo é o aproveitamento das novas tecnologias para criação de riqueza, essencialmente através dos fluxos financeiros, através do uso da Internet para apostas nos mercados financeiros, como está a ser utilizado pelos megamilionários, e através da sociedade de informação, assim virada contra o próprio homem, em vez de o beneficiar, como devia acontecer. Podendo prescindir, para a criação da sua própria riqueza, de matérias-primas, o que interessa a este novo sistema é a depreciação do valor do trabalho humano.

E, ao que nos dizem os jornais sobre os trabalhos do último dia da Conferência Ministerial sobre a Sociedade de Informação e do Conhecimento, o que está na mira não é a superação das desigualdades mas, sim, o aperfeiçoamento de um sistema que gera novas desigualdades, que gera desigualdade de oportunidades.

E o que se passa em relação às remunerações entre homens e mulheres, em que o salário médio das mulheres foi, em 1998, de 81% do dos homens, chegando aos 92% entre os 35 e os 54 anos de idade. Daí um novo factor de desvalorização do trabalho e do salário feminino. No trabalho a tempo parcial, que atinge principalmente as mulheres, como demonstram os dados, esse afastamento do salário ainda é maior, pois o salário feminino é apenas de 62,1% do salário dos homens.

Na juventude, como já hoje aqui foi bem referenciado, existe também um mundo de desigualdade de oportunidades. Os jovens são vítimas privilegiadas do falso trabalho temporário, das empresas de aluguer de mão-de-obra.

e também das empresas ditas, como foi referido, da sociedade de informação.

A asséptica sociedade de informação parece ser a película brilhante que esconde as brutais desigualdades que envergonham a Declaração Universal dos Direitos do Homem, cujos 50 anos se festejaram não há muito tempo e que envergonham a nossa Constituição

Sr. Presidente, Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade, Srs. Deputados: Ao longo dos últimos anos, a partir da década de 80, o Estado deixou de intervir nos conflitos laborais, deixando os trabalhadores à mercê da exploração. O Estado favoreceu mesmo a flexibilização das relações laborais, o que aconteceu nomeadamente com a Lei da Flexibilidade e Polivalência.

Importa perguntar, estando por resolver alguns casos das pausas e intervalos de descanso, quando é que o Governo se afasta da interpretação da famosa Comissão de Acompanhamento, de carácter neocorporativo, e faz aplicar a verdadeira interpretação da lei nos termos constitucionais, que os tribunais começaram já a desenhar através de sentenças? Continua o Governo enfeudado à interpretação das grandes centrais patronais? Era importante que clarificasse isto.

Ainda uma última palavra sobre a questão da sinistralidade laboral, porque o Sr. Ministro falou apenas em termos de repressão, de coimas, etc. De facto, os dados são negros. E aqui penso que não poderá acusar-nos de sermos pessimistas, porque o próprio vice-presidente do IDICT veio revelar esta situação negra e revelou-se chocado com o facto de o inquérito do Departamento de Estatística denunciar que cerca de 63% dos inquiridos declararam não ter qualquer formação em segurança no trabalho

Admirará isto, quando campeia a precarização?! Não admira. Admirará isto, quando um governo, depois de publicar uma lei, mazinha, de resto, demora três anos a regularizar essa mesma lei, o que só recentemente aconteceu, e, ainda por cima, lesando os trabalhadores, usando taxas de mortalidade masculina, lesando as viúvas dos sinistrados do trabalho e metendo o dinheiro nos bolsos das seguradoras?! De facto, não admira que, continuando a ser para as seguradoras mais barato reparar, se continue a verificar isto.

Sr. Presidente, Srs. Deputados A situação deve ser alterada. É isso que querem os trabalhadores

Todas as situações relatadas revelam que não há igualdade de oportunidades na sociedade portuguesa mas, sim, discriminações. E, sem que se devele isto, não haverá cidadania nem verdadeira democracia

Aplausos do PCP.

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra a Sr.^a Deputada Custódia Fernandes.

A Sr^a Custódia Fernandes (PS). — Sr Presidente, Sr. Deputada Odete Santos, o debate já vai longo e, de facto, já hoje se ouviu aqui muita coisa. Ouviu-se aqui falar de greves ..

Vozes do PSD. — O Sr Deputado Barbosa de Oliveira!

A Oradora — Eu também sou grevista, não é só o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira! Eu também gosto de fazer greves quando é necessário!

Agora, no tempo do Salazar não se faziam greves. E os Srs Deputados do PCP sabem perfeitamente que, nessa altura, se punham autocarros à porta das empresas para levar os trabalhadores para as manifestações da situação, portanto, do fascismo. Penso que ninguém me pode desmentir em relação a isto! As pessoas lembram-se.

Vozes do PCP. — É como agora! É como agora!

A Oradora — Agora, há coisas que... Tenho estado aqui a ouvir o debate atentamente e tenho pensado, como, com certeza, todos os meus colegas têm pensado... E também pensei o seguinte: também não me posso esquecer que, a seguir ao 25 de Abril, em 1974 e em 1975, nas empresas éramos vítimas — eu, por exemplo, fui vítima — dos célebres saneamentos. Quem não era do partido que então governava este país era saneado!

Vozes do PCP. — Era o PS! Era o PS!

A Oradora. — Os senhores sabem bem aquilo que fizeram nas empresas em 1974 e em 1975!

Vozes do PCP — Oh!

A Oradora — Os senhores sabem perfeitamente e lembram-se perfeitamente dos saneamentos que fizeram e de outros que não fizeram porque não tiveram força para isso!

Protestos do PCP

Os senhores não gostam de ouvir, mas sabem isso muitíssimo bem!

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — Não foi o MES, pois não?

A Oradora. — Os senhores não querem ouvir, mas vão ouvir!

Os senhores sabem perfeitamente que quem não estava convosco já sabia que tinha o castigo!

Vozes do CDS-PP. — Oh! ..

A Oradora: — Olhem, eu fui daquelas que nunca tive medo do castigo! E ainda hoje estou aqui sem ter medo do castigo!

Mas há coisas que ouvi, e o Sr Deputado Lino de Carvalho, depois de ter dito muita coisa, disse, textualmente, que muitos exemplos se podiam dar. É óbvio que também não ouvi. Esqueceu-se do exemplo da Câmara Municipal do Seixal, em relação ao qual não conseguiu responder ao Sr Deputado Barbosa de Oliveira, mas eu gostava de ver essa questão respondida. E também se esqueceu de dizer, ou, com certeza, não sabe, que, nas novas empresas de telecomunicações, já começámos — eu digo começámos, porque não parti do PCP nem dos seus sindicalistas — a tentar negociar um AE ou um contrato colectivo de trabalho para as novas empresas de telecomunicações. O senhor

falou muito em telecomunicações, mas não disse isto e devia dizer-lo, porque estamos aqui, penso eu, para fazer a dignificação da Assembleia da República.

O Sr. Presidente: — Sr. Deputada, peço-lhe que termine, pois esgotou o seu tempo.

A Oradora: — Termine já, Sr. Presidente.

Estava eu a dizer que estamos aqui para fazer a dignificação da Assembleia da República e, para ela ser dignificada, temos de trabalhar em conjunto e com verdade e não fazer política e oposição por oposição mas, sim, falar verdade para nos podermos ajudar uns aos outros

O Sr Presidente: — Para responder, tem a palavra a Sr. Deputada Odete Santos

A Sr.ª Odete Santos (PCP) — Sr Presidente, Sr.ª Deputada Custódia Fernandes, apesar de já não dispor de tempo, pelo que peço desculpa, quero dizer-lhe duas coisas: primeiro, posso dar-lhe o exemplo da Câmara Municipal de Setúbal em relação aos «recibos verdes». Vá à procura da razão.

A Sr.ª Custódia Fernandes (PS) — Da Câmara Municipal do Seixal!

A Oradora — E também da de Setúbal! Não quer falar da de Setúbal? Vá à procura da razão da existência de «recibos verdes» e de quem aprovou um *plafond*, uma percentagem, de trabalhadores em relação às despesas correntes! Isto é para afastar esta coisa que trouxeram para aqui, que é uma coisa que, francamente, não merece comentário.

Segundo, em relação ao seu arrazoado, porque não me perguntou nada, devo dizer-lhe que houve um filósofo que escreveu uma máxima muito importante, sobre a qual recomendo que pense, que foi a seguinte: *cogito, ergo sum* (penso, logo existo)!

Risos do PCP

O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Gonçalves

O Sr Ricardo Gonçalves (PS) — Sr Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados. Em nome da bancada do PS, gostava de chamar a atenção para alguns problemas que aqui foram sendo discutidos ao longo da tarde.

O conceito de trabalho mudou consideravelmente neste país e na União Europeia. Nós hoje, por exemplo, na região norte, temos trabalhadores da construção civil que se deslocam 150 km para cada lado, o que perfaz 300 km/dia, porque já não se arranjam trabalhadores na área do Grande Porto, e os patrões pagam-lhes por isso. Isto só acontece na Europa e, há alguns anos, só acontecia nos países mais desenvolvidos. Hoje, a maior preocupação da construção civil é, efectivamente, a falta de mão-de-obra.

Em relação à mão-de-obra intensiva, nomeadamente nos têxteis, na minha região, os patrões — ou os empresários, como vocês quiserem — queixam-se de que, efectivamente,

te, não têm mão-de-obra disponível. E, em muitas situações, não têm mesmo mão-de-obra disponível!

É claro que podem considerar que estes são trabalhos indiferenciados, desqualificados, mas, em compensação, temos na cidade de Braga, criados nos últimos anos, 800 postos de trabalho no software — até já chamam a Braga a capital do software —, com jovens apoiados pelo centro de emprego e formados em Informática na Universidade do Minho. Portanto, também temos mão-de-obra especializada

Agora, o que vocês têm de perceber é que, efectivamente, há muita gente hoje com 40 ou 50 anos que não têm formação profissional, e isto não é da nossa responsabilidade mas, sim, de governos fascistas e não só, e esta gente tem de ser apoiada e ajudada

Hoje, os centros de emprego têm, inclusive, atendimento personalizado. O próprio centro de emprego paga a deslocação a quem quiser deslocar-se lá. As pessoas são apoiadas a título pessoal e são acompanhadas como nunca foram

É claro que hoje o conceito de trabalho é completamente diferente. Hoje, se formos verificar, há trabalhadores da construção civil que ganham mais do que nós Deputados, mas bastante mais!

Risos do PCP

Eles é que querem trabalhar assim! Trabalham à peça, à hora ou por empreitada. Eles é que, efectivamente, querem trabalhar assim!

Obviamente que isto não convém ao Partido Comunista Português, porque estes trabalhadores, depois, não são fáceis de controlar. Como ganham uma autonomia muito própria, são difíceis de controlar. Mas isto é próprio dos novos tempos!

É claro que, com os cursos de formação profissional do nível II que hoje são dados, equivalentes ao do 9º ano, arranja-se emprego a 100% e, com os de nível III, arranja-se emprego a 80% e 90%. Quem é que está a apoiar as escolas profissionais, como nunca foram apoiadas? É este Governo. O Instituto de Emprego e Formação Profissional nunca trabalhou tanto na área da formação, inclusive junto dos jovens que não têm a escolaridade obrigatória, porque todos os anos 30 000 jovens abandonam a escola sem a escolaridade obrigatória. Mas é o Instituto de Emprego e Formação Profissional que os vai recuperar para o trabalho, e é nesta área que se está a fazer um trabalho extraordinário.

Agora o que vocês têm de perceber é que mais de 60% da nossa mão-de-obra é gente iliterada, e é com esta gente que temos, efectivamente, de viver.

Obviamente que a melhor solução para isto, segundo o PCP, o PSD e o CDS-PP, era cairmos na tentação de administrativamente, subirmos o nível de vida desta gente. Isto era estourar com a economia do País e levar os trabalhadores para o desemprego, para vocês, depois, terem pessoas disponíveis para fazerem manifestações contra o Governo! Só que nós não cairmos nessa!

Risos

Não cairmos nessa, porque, efectivamente, nunca o fizemos!

Vozes do CDS-PP: — Nunca o fizeram?!

O Orador. — Mas vocês, CDS-PP, já o fizeram e vocês, PCP, também já o fizeram!

Risos.

Nós nunca fizemos isso!

Vozes do PSD: — Nunca?!

O Orador — Em 1975, o PCP aumentou administrativamente o nível de vida das pessoas e levou o País à falência! E foi o PS, com a ajuda dos nossos amigos do CDS, quem recuperou o País!

Risos.

Vozes do PSD — Era outro CDS!

O Orador — Portanto, vocês nisso são efectivamente extraordinários! No primeiro governo da AD, em que era Ministro o Professor Cavaco Silva, o nível de vida dos trabalhadores foi subido artificialmente para, a seguir, ganharem as eleições com maioria absoluta e, a partir daí, o País nunca mais teve conserto; até que, em 1983, foi para o Governo o PS, nessa altura com a ajuda do PSD, salvar o partido da bancarrota! Lembra-se? De 1983 a 1985? E agora governamos para o povo, não é para as eleições, porque nunca governámos para as eleições!

Risos

Nunca! Nunca governámos para as eleições, porque, quando é preciso «apertar o cinto», apertamo-lo! Quando é preciso «alargar o cinto», alargamo-lo! A nossa preocupação e melhorar gradualmente o nível de vida das populações, não estamos efectivamente preocupados com problemas eleitorais, como vocês, que são demasiado «estaticistas» e só se preocupam em arranjar «tropas» para as vossas lutas! Não contem connosco para isso!

O Sr Presidente: — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Lino de Carvalho.

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — Sr Presidente, não é bem um pedido de esclarecimento, porque isto não é nada comigo, mas atrevo-me a dizer que, de futuro, o Sr Deputado Ricardo Gonçalves arrisca-se a que o presidente do Grupo Parlamentar do PS, enfim .. não o deixe falar!

Risos

O Sr João Amaral (PCP): — «Não me comprometa!»

O Sr. Narana Coissoró (CDS-PP): — Mais um saneamento!

O Orador: — Depois de todo este discurso que ouvimos e que não merece comentários, há, obviamente, uma questão de fundo que fica.

«Os trabalhadores? Não há trabalhadores para trabalhar! Lá, no meu sector, na minha região, temos empresas que querem contratar pessoas e que não encontram .. Não há trabalhadores! Eles é que gostam de trabalho clandestino, de trabalho ilegal, de trabalho mal pago! ...» — este é um discurso que já não se usa! Mas, a propósito desta questão, vou dar-lhe um exemplo concreto, Sr. Deputado

Há duas empresas do mesmo sector de actividade, vestuário e calçado, na mesma localidade, situando-se praticamente uma ao lado da outra, uma, tem o discurso que o Sr. Deputado acaba de fazer — «Não temos gente para trabalhar! Queremos contratar pessoas e ninguém nos aparece para trabalhar!» —, a outra, ao lado, tem uma lista de espera de 115 trabalhadores que ali querem trabalhar! Sabe qual é a diferença? A primeira paga abaixo dos mínimos legais, em completa ilegalidade, enquanto que a segunda cumpre o contrato, paga acima do contrato, valoriza os seus trabalhadores e, com isso, aumenta a produtividade da própria empresa e a produtividade da economia nacional. É esta a realidade para a qual é preciso olhar!

Aplausos do PCP

O Sr Narana Coissoró (CDS-PP) — Boa parábola!

O Sr. Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr Deputado Ricardo Gonçalves

O Sr Ricardo Gonçalves (PS) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Lino de Carvalho, não foi isso que eu disse — não haver trabalhadores ou as empresas não terem trabalhadores —, o que eu disse é que há empresas de mão-de-obra intensiva com dificuldade em arranjar trabalhadores. E há realmente empresas que pagam melhor do que as outras. No entanto, o senhor sabe perfeitamente que no sector têxtil os salários andam à volta de 70 contos/mês, isto a nível de costureiras não qualificadas, enquanto que o trabalho qualificado é pago a 300, 400, 500 ou 600 contos/mês, se forem *designers* ou técnicos especialistas de máquinas. Simplesmente, a maior parte dos trabalhadores são costureiras, o que é mais complicado. Sabe que há, inclusivamente, empresas que, só por darem uma sopa ao meio-dia, conseguem tirar trabalhadores às outras?!

Risos.

Portanto, há toda uma luta pela conquista de trabalhadores. Obviamente que há empresas melhor organizadas e outras pior organizadas; e há empresas — e nisto estou de acordo consigo — que não pagam o conveniente e estas nem sequer devem arranjar trabalhadores! Agora, o que eu digo é que, infelizmente, não é possível estar a aumentar muito esses salários, porque, como a concorrência é grande nos outros países, os empresários podem levar as fábricas para os outros países e, então, o desemprego aumenta, porque, infelizmente, essa gente não tem qualificação para ir muito mais longe! E o têxtil tem uma concorrência enorme por parte de países terceiros, nomeadamente dos antigos países comunistas que, quando o comunismo acabou, .

Risos do PCP

. ou caiu o Muro de Berlim, chegou-se à conclusão de que estavam na miséria e hoje, lá, trabalham por 12 ou 15 contos/mês!

Protestos do PCP

E estes países estão a fazer uma enorme concorrência à nossa indústria têxtil e ao nosso calçado! Portanto, as empresas estão a deslocalizar-se para lá e a deixar os nossos trabalhadores desempregados. É esta a nossa preocupação, porque sabemos que essa gente não tem muita formação. Porque, se tivessem, éramos os primeiros a exigir melhores salários para essa gente! Simplesmente, não temos grandes condições! De qualquer das maneiras, vamos fazendo o possível e vamos tentando que elas laborem e consigam um melhor nível de vida.

Está a perceber, Sr. Deputado Lino de Carvalho? Se quiser mais alguma coisa, faça o favor de perguntar, porque estou à sua disposição.

O Sr Lino de Carvalho (PCP): — Muito obrigado!

O Orador — Aqui não há Deputados de primeira nem de segunda, mas tive a impressão de que o senhor me considerou um Deputado de segunda e que se considera um Deputado de primeira só porque está há muito tempo nesta Casa! Mas isto aqui não é como na tropa, não há sargentos, nem oficiais, nem há «lateiros»! A não ser que o senhor se considere um «lateiro», porque está aqui há muitos anos!

Risos

O Sr Presidente — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa.

O Sr Pedro da Vinha Costa (PSD) — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Gonçalves, quero colocar-lhe duas questões que têm a ver com a sua intervenção.

A primeira tem a ver com este final da sua resposta ao Sr. Deputado Lino de Carvalho, porque fiquei sem perceber, mas, seguramente, foi defeito meu. Isto porque não acredito que V. Ex^a quisesse dizer-nos aqui que defende que as empresas têxteis portuguesas, para poderem concorrer com as empresas, nomeadamente, de mercados de leste e asiáticos, têm de praticar tabelas salariais iguais e condições de trabalho iguais a essas mesmas empresas. Foi esta a dúvida com que fiquei! Em minha opinião, seria muito mau que o Sr Deputado ficasse com o estigma de, aqui, ter defendido uma situação destas.

A segunda questão também tem a ver com a necessidade de sair daqui a perceber o que é que o PS quer. Isto porque, há pouco, um seu camarada de bancada, intercalado por mim, o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira, a propósito da questão da função pública, disse — para gáudio de toda a Câmara — que, por ele, o que tinha a dizer aos trabalhadores da Administração Pública, era a greve. Como, da sua parte, ouço um discurso ligeiramente diferente, pergunto: estamos perante uma divisão no PS, que coloca uns do lado dos grevistas e outros do lado dos não grevistas ou da entidade patronal? Ou, pelo contrário, o Sr. Deputado entende que, em relação à Administração Pú-

blica, deve ser feita greve mas, em relação ao sector têxtil, por exemplo, dado que há países que praticam tabelas salariais bastante mais baixas e condições de trabalho bastante inferiores às vigentes em Portugal, devemos acompanhar essa situação e, portanto, nesta matéria, a atitude deve ser diferenciada?

Risos do PSD

Já agora, Sr. Deputado, pergunto se aquela sua ideia da tigela de sopa era alguma sugestão para o Governo, em matéria da função pública, eventualmente, resolver as talas negociações que ainda vão prosseguir, de acordo com a informação que nos deu o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira

Vozes do PSD — Muito bem!

O Sr Presidente — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Gonçalves

O Sr Ricardo Gonçalves (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa, eu estou a falar da realidade de que existe, porque a perspectiva que temos é a de melhorar a qualidade do têxtil, é a de melhorar o *design*, é a de melhorar o *marketing*, é a de melhorar a publicidade, e é neste aspecto que o Governo está a investir e que efectivamente se está a gastar dinheiro, para que se possa, ao mesmo tempo, elevar os salários dos trabalhadores. Agora, não podemos é elevar os salários dos trabalhadores sem que, gradualmente, também façamos isto, porque nós não somos irrealistas nem vamos arranjar «tropas de choque» para as vossas manifestações ou para as manifestações do PCP! Está a perceber? Esta é que é a razão!

Risos do PCP

O senhor sabe perfeitamente disto, porque sabe o que é o Centro Tecnológico das Indústrias Têxtil e do Vestuário, o que está a fazer a Associação Industrial do Minho, o que está a fazer a Associação Empresarial Portuguesa — sabe tudo isso! — com apoios do Governo e da União Europeia. Mas só melhorando a qualidade é que se pode melhorar a situação. E é este o nosso sonho, apesar de estarmos convencidos de que podemos perder 100 000 postos de trabalho na região, no sector têxtil, nos próximos cinco anos.

Vozes do PSD — Ah!

O Orador — Apesar disso, se aumentássemos os salários como vocês queriam, não era 100 000 que perdíamos, eram 200 000! Está a perceber? Está a perceber, Sr. Deputado? Este é que é o problema!

Risos

Em relação ao problema da greve, o que o meu colega Barbosa de Oliveira disse foi que, sempre que se justifique, se deve fazer greve. E eu, que até sou da FENPROF, sou do sindicato daqueles senhores

Risos do PCP

e fui fundador do sindicato dos professores do norte — e tenho muito gosto nisso — e penso que se deve fazer greve quando é justo, quando há razões para isso e quando há espaço de manobra para isso, em termos empresariais e de reivindicação. Foi o que disse o Sr. Deputado Barbosa de Oliveira e é o que eu digo e, portanto, não estamos em contradição, ao contrário do que o senhor pensa.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Vicente Merendas

O Sr. Vicente Merendas (PCP): — Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados Estamos a viver uma situação em que todos os dias os direitos dos trabalhadores são afrontados, argumentando-se com as exigências da competitividade O dogma da competitividade justifica hoje todas as actuações que tentam delapidar o que gerações levaram décadas a construir

Aumenta a falta de qualidade do emprego e o emprego vai-se degradando à medida que os trabalhadores efectivos são substituídos por trabalhadores com vínculos precários, muitos deles em condições de clandestinidade e ilegalidade, sem descontos, nem direitos de segurança social Os baixos salários e a extrema precariedade que imperam em muitos sectores e empresas são bem o exemplo da degradação do emprego que vai sendo criado à sombra da desregulamentação a que o Governo fecha os olhos ou até estimula. Se as estatísticas do emprego e do desemprego vão repetindo que, nos tempos que correm, este «Portugal cor-de-rosa» tem cada vez mais emprego e menos desemprego, vendo o que vemos à nossa volta, temos de perguntar: mas, afinal, que emprego é este?

A questão do emprego com direitos é de grande actualidade, já que, por parte do grande capital e dos seus centros de decisão, está em curso uma ofensiva geral contra os direitos que se julgavam irreversíveis. Existe hoje, de norte a sul do País, trabalho ilegal e clandestino, trabalhadores que laboram durante anos sem seguro, sem segurança social e, por conseguinte, sem qualquer protecção social em caso de acidente de trabalho, doença ou desemprego É tanto mais grave quando é o Estado a dar o exemplo

Veja-se o que se está a passar na EPAC O Governo decretou extinguir a EPAC; como resultado desta medida, estão cerca de 70 trabalhadores na lista para o desemprego, tendo-lhes já sido dado um prazo, até 31 de Maio, para saírem a bem ou a mal!

Não é de surpreender o que se passa em muitas empresas do sector privado quando o Estado tem esta postura De facto, certos sectores do patronato sentem-se galvanizados e hoje não há sector, não há distrito onde a instabilidade no emprego não se tenha acentuado.

Só no distrito de Lisboa, são 256 600 trabalhadores por conta de outrem que não têm vínculo permanente Mesmo nas novas empresas de telecomunicações, como já aqui foi referido, que têm sido apresentadas pelo Governo como nova fonte de qualidade de emprego, existem situações escandalosas. Um exemplo desta situação são empresas do sector que introduzem cláusulas no contrato de trabalho

que obrigam os trabalhadores a estarem disponíveis para a empresa durante 24 horas/dia, mediante o pagamento de 67 500\$/mês. Outro exemplo, a Fertagus, empresa recentemente criada para fazer a travessia ferroviária entre as duas margens do Tejo, tem 144 trabalhadores, dos quais 120 com vínculo precário

A situação no distrito de Setúbal, com uma elevada taxa de desemprego (mais de 11% de desempregados), é tanto mais preocupante quanto a tendência da precarização dos contratos vai crescendo O caso da Lear Corporation é um exemplo paradigmático, tem cinco trabalhadores efectivos num total de 2060 trabalhadores A Norporte, após promessas eleitorais por parte do Governo, encerrou, colocando no desemprego cerca de 500 trabalhadores A rapidez da decisão, cabe aqui salientar, do tribunal, em relação a um dos credores da Norporte, contrasta, pela negativa, com o que se passa com o pagamento dos créditos aos trabalhadores da GEFA e da Mundet, ali ao lado, que estão à espera de os receber há cerca de uma dezena de anos

Se formos aos exemplos dos salários, no distrito de Lisboa, na sequência do encerramento de 165 empresas, milhares de homens e mulheres continuam a aguardar que o patronato lhes pague uma dívida superior a 21 milhões de contos! No distrito do Porto, as dívidas do patronato, em seis sectores, atingiram os 2,193 milhões de contos, só na metalurgia são 1,6 milhões de contos de indemnizações e 5,236 milhões de contos de dívidas à segurança social

Muitos outros exemplos poderiam ser dados Numa empresa do sector de electrónica, em Vila Nova de Famalicão, é desencadeado, em 1999, um processo de despedimento de trabalhadores com cessação de 120 contratos a prazo, de rescisão de contratos com mais de 100 trabalhadores com desencadeamento de mecanismos de *lay off*, e, logo a seguir, em Novembro e Dezembro, são colocados na empresa, em regime de trabalho temporário, de «aluguer» ao mês, 95 trabalhadores, por uma empresa de contratação de mão-de-obra, a maioria dos quais eram os mesmos trabalhadores que tinham sido despedidos poucas semanas ou meses antes

Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Deputados Vou fazer uma breve referência ao sector da construção civil, que, com cerca de 400 000 trabalhadores, 80% trabalham em regime precário e uma grande parte nem sequer está inscrita na segurança social — um sector onde abunda o trabalho clandestino. Em muitas situações, não se trata tão-pouco de trabalho precário, são trabalhadores sem vínculo contratual, é mão-de-obra ilegal, trabalho clandestino, negro e explorador. Os acidentes de trabalho graves e mortais são diários Só, em 1998, verificaram-se 429 acidentes mortais O trabalhador sujeita-se a trabalhar sem o mínimo de regras de segurança Para manter o seu emprego, o trabalhador tem de se adaptar à situação, às directivas que lhe são impostas Por paradoxo que pareça, o trabalhador, em muitas situações, perde a vida para viver!

Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, Srs. Deputados: Este é o retrato a preto e branco, mais preto do que branco, que pouco tem a ver com as imagens coloridas que o Governo apregoa aos portugueses.

Sr. Ministro, não são exemplos isolados, são exemplos que ilustram, entre muitos outros, a nossa interpelação e a má qualidade do emprego hoje em Portugal. Os direitos dos trabalhadores, o seu grau de justiça, o reconhecimento e

fiscalização do seu exercício e a sua própria dimensão são sempre factores que caracterizam qualquer sociedade.

Há quem tenha grande habilidade para criar ilusões, desbaratar palavras, sem construir soluções para os verdadeiros problemas, como aconteceu na chamada Cimeira do Emprego Aquilo que o PCP hoje, aqui, está a fazer é denunciar ilegalidades, apontar caminhos e apresentar propostas para os problemas concretos que afectam milhares de trabalhadores portugueses. É preciso restituir aos trabalhadores o sinal e o chamamento da dignidade e da esperança.

Aplausos do PCP

O Sr Presidente — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Barbosa de Oliveira.

O Sr. Lino de Carvalho (PCP) — É para repor a orientação do PS!

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS): — Sr Presidente e Srs Deputados, vou fazer uma curta intervenção final, para deixar ficar as coisas tal como elas são e para que, sobre aquilo que por mim aqui foi dito em duas intervenções, não fiquem dúvidas e não seja possível especular.

O Sr. Pedro da Vinha Costa (PSD) — É uma corrigenda!

O Orador — Não é uma corrigenda, Sr Deputado!

Porém, antes disso — e já agora —, aproveito para dizer duas coisas em relação à intervenção do Sr Deputado Vicente Merendas. Em primeiro lugar, é do meu conhecimento que estão a ser feitos esforços no sentido de resolver, de forma diferente e melhor do que a referida pelo Sr Deputado, a questão dos trabalhadores da EPAC. Espero, pois, que, de acordo com o que me foi dito, se chegue a soluções finais melhores do que as referidas pelo Sr Deputado — e digo «espero», porque também aqui não sou bruxo, tenho apenas uma expectativa de que o saldo final seja melhor do que esse.

O Sr. Vicente Merendas (PCP). — É uma fezada!

O Orador — Pode chamar-lhe isso, Sr Deputado.

No que respeita à questão dos trabalhadores da Mundet, situação que lastimo tanto quanto o Sr. Deputado, há que colocar as coisas tal como elas são esta Assembleia não pode ignorar — e isto já foi discutido, pelo menos uma vez, na Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social — que o problema está em sede judicial. Portanto, não pode vir-se aqui arremessar contra o Governo uma questão que nada tem a ver com ele.

Quanto ao que me levou a intervir e ao que o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa classificou, sabe-se lá porquê, de «corrigenda» — aliás, é exactamente em relação às suas especulações que vou deixar as questões claras —, quero dizer-lhe, Sr Deputado, que a resposta que aqui lhe dei, dei-a no contexto da sua pergunta — perguntou-me o que é que, como sindicalista e tendo eu o passado que o Sr. Deputado referiu, de que me orgulho, fiz em circunstâncias diversas —, não tendo feito aquilo que o Sr. Deputado entendeu como um in-

centivo à greve dos trabalhadores da função pública. Não sou sindicalista da função pública, não fiz qualquer incentivo à greve, mas digo-lhe que também eu gostaria — e, naturalmente, o Governo — que as negociações pudessem ter chegado a melhor porto, mas a verdade é que a base em que a questão foi discutida foi a da inflação prevista e, nesta matéria, como o Sr Deputado sabe, não houve acordo. Aliás, a própria Comissão Europeia — e foi isto que há pouco referi em resposta a uma pergunta do Sr Deputado Telmo Correia, mas, salvo erro, não referi os números —, ainda ontem, divulgou uma previsão de inflação de 2,1%.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Mas é antes do impacto do aumento do preço dos combustíveis!

O Orador. — Não, não!

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — É, é!

O Orador — O que tenho aqui é 2,1%

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — Mas isso é antes do impacto do aumento do preço dos combustíveis!

O Orador — Mas, já agora, deixe-me pôr os óculos para ler o documento

O Sr. Octávio Teixeira (PCP) — É melhor!

Risos

O Orador — O que aqui se diz, Sr Deputado .

Vozes do PCP — Está em inglês!

O Orador: — Não sou um *expert* em inglês, mas dá para perceber que esta previsão contém alguns riscos

O Sr. Manuel dos Santos (PS) — Exactamente!

O Orador — e inclui já os aumentos — *increase*, tanto quanto sei, quer dizer aumento — dos preços da energia

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP) — Quer dizer em crise!

O Orador — Não é «em crise», é *increase*!

O Sr. Pedro Mota Soares (CDS-PP) — É o Governo que está em crise!

O Sr Presidente — Srs Deputados, a esta hora da noite, precisamos mais silêncio do que nunca

O Orador: — Portanto, com uma inflação destas, contra uma previsão que fazímos de 1,95%, o aumento não é tão substancial quanto desejariamos, mas, apesar de tudo, não se traduz numa perda de poder de compra

Era este o esclarecimento que queria dar ao Sr Deputado Pedro da Vinha Costa, deixando registado no *Diário* que, nas minhas palavras, o Sr Deputado não pode

ler — e não pode fazê-lo, até porque custumo ser claro e frontal — qualquer incentivo à greve na função pública, o que não fiz O que eu disse foi que também exerci esse direito cada vez que entendi fazê-lo E também outras vezes, em negociações, como a Sr^a Deputada Manuela Ferreira Leite sabe, porque também é sócia do mesmo sindicato, entendi que tínhamos chegado a resultados que não justificavam o exercício da greve. Portanto, entendi várias vezes coisas diferentes, conforme a situação Agora, o que aqui não fiz .

O Sr. Presidente — Faça o favor de terminar, Sr. Deputado

O Orador — Estou a terminar, Sr. Presidente

Como dizia, o que aqui não fiz foi o incentivo que o Sr. Deputado Pedro da Vinha Costa quis ler nas palavras que eu disse

O Sr Presidente: — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr Deputado Pedro da Vinha Costa.

O Sr Pedro da Vinha Costa (PSD). — Sr Presidente e Srs Deputados, não era minha intenção usar da palavra, mas esta intervenção do Sr. Deputado Barbosa de Oliveira obrigou-me a fazê-lo, para dizer o seguinte admito perfeitamente que o Sr Deputado Barbosa de Oliveira queira que no *Diário* fique registado aquilo que disse agora nesta parte final Tem, contudo, um pequeno problema, Sr. Deputado: é que no *Diário* fica também registado aquilo que disse da primeira vez que se referiu à questão.

O Sr. Barbosa de Oliveira (PS) — Ainda bem que fica!

O Orador — E a primeira vez que se referiu à questão, questionado por mim sobre o que é que o sindicalista Barbosa de Oliveira diria aos trabalhadores perante o facto de ter havido uma negociação salarial que teve em linha de conta uma previsão de inflação que não tinha em linha de conta — passe a redundância — o aumento dos combustíveis, o Sr Deputado, de uma forma completamente inequívoca e clara para toda a Assembleia, respondeu que, como sindicalista, defendia a greve Foi isto que o senhor disse! E, por isso, recebeu aplausos da minha bancada, da bancada do CDS-PP e da bancada do PCP Não foi pelas outras coisas que disse, foi porque todos nós interpretámos ..

O Sr Barbosa de Oliveira (PS). — Interpretou!

O Orador — que o senhor estava a dizer aquilo que efectivamente nos disse

Outra coisa, que, agora, Sr Presidente, Srs Membros do Governo e Srs. Deputados, aproveito para dizer é que é inacreditável a postura que os Deputados do Partido Socialista, pela voz do Sr Deputado Barbosa de Oliveira, aqui nos trazem sobre esta matéria Longe vão os tempos em que o, então — e penso que actual, pelo menos nos momentos em que passa por Portugal —, Secretário-Geral do PS, António Guterres, dizia que a negociação salarial efectuada entre o, então, governo de responsabilidade do PSD e a UGT tinha ficado aquém daquilo que devia ser exigido. E, na altura, os índices de inflação em causa não estavam a ser questionados pelo próprio governo.

É que a questão que tem de ser colocada é se os senhores acreditam que os valores previstos da inflação, antes do aumento do preço dos combustíveis, vão ser conseguidos ou não. Sr Deputado, tanto me faz que sejam 2,1%, 3,1%, 30,1% ou 1% — para este caso, é irrelevante! A questão que tem de ser colocada é esta: no dia em que foram encerradas as negociações, havia uma previsão de inflação que não tinha em linha de conta o aumento do preço dos combustíveis e, no dia seguinte, aumentou o preço dos combustíveis Depois disto, passa pela cabeça de alguém que os níveis de inflação continuem a ser os mesmos? Alguém acredita nisso? Se não se acredita nisso, então, as negociações que foram conduzidas tendo como base essas previsões de inflação são negociações baseadas em premissas falsas A questão é tão-somente esta!

E a essa pergunta, Sr Deputado, à pergunta que lhe fiz há pouco, sobre o quê o sindicalista Barbosa de Oliveira diria aos trabalhadores do seu sindicato perante uma situação destas, todos percebemos a resposta que o senhor deu Pelos vistos, alguns minutos depois, o senhor sentiu necessidade de vir aqui dizer que, afinal, se disse aquilo, não era bem aquilo que pretendia dizer Olhe, Sr Deputado, eu ficava muito mais contente, pelo respeito que tenho por si, se o senhor tivesse deixado ficar a primeira resposta e não a segunda. Porventura, a segunda é mais confortável, mas a primeira era bastante mais satisfatória para um sindicalista.

Aplausos do PSD

O Sr Presidente — Srs Deputados, terminado o debate propriamente dito, vamos passar às intervenções de encerramento.

Ten a palavra o Sr Deputado Carlos Carvalhas, em representação do partido interpelante

O Sr Carlos Carvalhas (PCP): — Sr Presidente, Srs Membros do Governo, Srs. Deputados Um membro do actual Governo, em tempos com a função de Deputado do PS, no confronto com o primeiro pacote laboral de iniciativa do governo PSD/CDS, afirmava que as grandes causas sociais e os direitos fundamentais dos trabalhadores constituíam, em si mesmos, a linha de fronteira entre a esquerda e a direita.

O Sr Octávio Teixeira (PCP) — Muito bem!

O Orador — Foi disto que estivemos a tratar!

E tanto é assim que esta interpelação podia ter sido centrada, *a contrario* — e, então, seria cor-de-rosa —, na excelência dos lucros das multinacionais realizados no nosso país, na excelência dos lucros da banca, na excelência dos lucros das operações especulativas e parasitárias e na excelência dos lucros do capital financeiro Mas já não seria cor-de-rosa se comparássemos esses lucros, por exemplo, com os aumentos que o Governo quer impor, nomeadamente, aos trabalhadores da Administração Pública e dos transportes. Seria, então, uma vergonha! Como é uma vergonha que o Governo nada faça em relação aos aumentos de 8% no gás, porque este aumento só se faz depois de já ter sido aumentado, no final do ano, com a cumplicidade do Governo socialista.

O Sr. Octávio Teixeira (PCP): — Muito bem!

O Orador. — E vamos ver o que se vai passar com os medicamentos, com o aumento dos passes sociais e com o preço dos transportes. Compreende-se, assim, Sr Ministro, por que é que Portugal ocupa o primeiro lugar entre os países da União Europeia em que é maior o fosso entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres.

Esta interpelação do PCP ao Governo do Partido Socialista podia, de facto, ter sido centrada nos excelentes lucros ou nas magníficas taxas de exploração, mas nós resolvemos centrá-la nas questões que atravessam hoje o mundo do trabalho, sustentada nos exemplos e nos problemas concretos dos trabalhadores, sublinhados na intervenção inicial do meu camarada, Deputado Lino de Carvalho, e durante o debate, e trazendo à ordem do dia as razões fundas do descontentamento e da luta e a necessidade de um outro rumo da política nacional que valorize o trabalho e os trabalhadores.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador — Fizemos a crítica e a denúncia de realidades, com base em testemunhos vivos de contacto directo com os que se sentem injustiçados, com as suas organizações representativas e com organizações sociais empenhadas no combate às injustiças.

Mas também fizemos propostas que, a serem aprovadas, contribuirão para corresponder a justas e legítimas aspirações e reivindicações dos trabalhadores.

Não pintámos de negro, nem de rosa, a situação, limitámo-nos, repito, a trazer exemplos concretos, incómodos mas concretos. Se o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade temia em negá-los, então, aceite o convite para visitar connosco as situações que relatámos ou, então, saia do casulo ministerial, faça um «ministério aberto» e, aí, verá a realidade do mundo laboral!

Pela nossa parte, temos consciência de que a situação que hoje se vive no país, na Europa e à escala planetária não é produto de fatalidades ou dificuldades casuísticas.

Vivemos um tempo em que, por resultado de políticas e orientações neoliberais determinadas e decididas pelos centros do grande capital, se assiste a uma avassaladora ofensiva desregulamentadora do direito do trabalho, transformando o lucro e a competitividade numa ideologia e num fim em si mesmo, em cujo altar se sacrificam direitos conquistados por gerações inteiras de trabalhadores e que, no nosso caso concreto, foram conquistados e consagrados durante o acto e o processo libertador da Revolução de Abril.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador — Mas vivemos também num tempo em que os trabalhadores, os povos e a opinião pública fizeram recuar, em Seattle, os propósitos da Organização Mundial do Comércio e em que, de novo, dezenas de organizações se reuniram em Boston, no mês de Março, lançando um novo manifesto de contra-ofensiva, no momento em que se retomam as negociações sobre o comércio internacional, com o habitual mutismo do Governo e sem qualquer informação a esta Assembleia da República. E é bom lem-

brar que, na realidade, «liberalismo económico nada tem a ver com liberdade e muito menos com democracia».

Colocámos também, por isso, aqui, a contradição desta época, de formidáveis avanços nos domínios da ciência e da técnica e de retrocessos das relações de trabalho para níveis do final do século passado.

E confrontámos o Governo e a Assembleia da República com o facto de, hoje, cerca de 20% dos trabalhadores por conta de outrem, particularmente as mulheres e os jovens, sentirem todos os efeitos da precariedade, onde, com lei, sem lei ou contra a lei, se exercita a impunidade, perante o «faz de conta» do Governo, transformando a excepção em regra geral, nas situações dos contratos a prazo, do trabalho temporário, do falso «recibo verde», do trabalho a tempo parcial e do sistema de trabalho clandestino.

Responsabilizámos o Governo pela sua política de privatizações e desmembramento das empresas, conducente à abdicação do papel constitucional do Estado na defesa dos sectores e empresas estratégicas da nossa economia, que vão sendo cada vez mais dominados pelo capital estrangeiro, e ao abandono forçado de milhares de trabalhadores válidos para a produção, precocemente empurrados para a rescisão e para a pré-reforma.

Batemo-nos pela revalorização dos salários, contra aquilo que é a segunda causa de pobreza, em Portugal os baixos salários, exigindo a reconsideração dos aumentos salariais da Administração Pública, negociados de má fé pelo Governo, quando tardou a aplicação dos aumentos dos preços dos combustíveis.

Vozes do PCP: — Muito bem!

O Orador — Fomos às causas do aumento da sinistralidade no trabalho, que constitui, infelizmente, mais um triste recorde na União Europeia.

Demonstrámos a necessidade da efectivação e regulamentação das leis do trabalho e apresentámos vários projectos de lei, de que destaco o relativo à redução progressiva do horário semanal de trabalho para as 35 horas. Com sentido de responsabilidade, diferenciando as pequenas das grandes empresas, tendo em conta os níveis de produtividade dos diversos países da União Europeia, considerando o desenvolvimento económico e valorizando a contratação colectiva, o PCP propõe esta medida de grande alcance social e civilizacional e que potencia a criação de mais emprego.

Vozes do PCP — Muito bem!

O Orador — Uma outra proposta de grande actualidade é o projecto de lei sobre contratos a prazo. Partimos de uma ideia de fundo: a uma função permanente deve corresponder um posto de trabalho efectivo, salvaguardando as situações de excepcionalidade ocasional ou sazonal e eliminando a discriminação existente que se reflecte nos jovens à procura do primeiro emprego e desempregados de longa duração. A precariedade é uma praga no nosso mundo do trabalho.

Apresentámos ainda um projecto de lei que atende às situações de transferência e cedência de trabalhadores para empresas desmembradas, garantindo, efectivamente,

a esses trabalhadores os direitos que detinham na empresa de origem

Tomámos uma outra iniciativa legislativa que visa a actualização das pensões degradadas dos 40 000 reformados da função pública

Srs. Membros do Governo, o protesto, o descontentamento e a luta que atingem vastos sectores de trabalhadores deveriam, a nosso ver, constituir, pelo menos, um motivo de reflexão para o Governo. Mas o Ministro das Finanças, no alto do seu mando, arrogante e autista, «está-se nas tintas» — é mesmo esta a expressão que traduz a sua postura — para a sorte dos trabalhadores e das suas famílias, bem como para a situação dos utentes dos transportes. Nós, comunistas, continuamos a acreditar e a lutar para que seja possível no nosso país o trabalho com direitos. E por isso, também denunciamos o farisaísmo daqueles que, na Cimeira de Lisboa, disseram que a sua agenda tinha por objectivo defender o emprego e combater o desemprego, quando, afinal, do que se tratou foi de consagrar as teses neoliberais de Blair e Aznar, de mais flexibilidade e mais desregulamentação, ou seja, de mais exploração.

A confirmação aí veio na recomendação da Comissão, no que se refere aos mercados de trabalho, cito: «reforço da mobilidade do factor trabalho, modernização de organização do trabalho, revisão da legislação rígida em matéria de protecção de postos de trabalho e de elevados pagamentos por despedimento!». E, em relação a isto, o Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade diz que tal afirmação é recorrente. Mas o que espanta não é ela ser recorrente, o que espanta é ela ser recorrente depois da Cimeira de Lisboa, o que espanta é o mutismo do Sr. Ministro do Trabalho e da Solidariedade e do Sr. Primeiro-Ministro.

Aplausos do PCP

Mas certamente que todos os membros do Governo, o Sr. Primeiro-Ministro e muitos Deputados, que hoje intervieram, vão continuar a dizer, candida e solenemente, que este Governo governa com uma grande consciência social. É o que se vê!

Pela nossa parte, continuaremos a intervir e a lutar pela justiça social com determinação e confiança, com a confiança que advém daqueles que, nas empresas, nos locais de trabalho e naquela manifestação nacional de 23 de Março, convocada pela CGTP, persistem na luta pelos seus direitos e com a profunda convicção de que, de facto, a luta é o caminho.

Aplausos do PCP, de pé

O Sr. Presidente — Para uma intervenção, em representação do Governo, tem a palavra o Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Formação

O Sr. Secretário de Estado do Trabalho e Formação (Paulo Pedroso) — Sr. Presidente, Srs. Deputados. O PCP escolheu para esta interpelação, em vésperas de Maio, o tema da qualidade do emprego dividido em três subtemas. Este ano não falou do tema do desemprego. Há silêncios que falam por si, ou seja, há uma leitura da evolução do

emprego em Portugal que começa no próprio título desta interpelação

O PCP propõe-se, ou propôs-se, nesta interpelação, discutir três temas quanto à qualidade do emprego, desde logo o combate à precariedade. Sr. Presidente e Srs. Deputados, importa, perante temas tão sensíveis e importantes, separar o reconhecimento do problema, que sempre foi feito, da capacidade para avaliar as tendências. E as tendências dos últimos anos são as seguintes: os falsos «recibos verdes» diminuíram significativamente, em Portugal, e os contratos sem termo recomeçaram a subir desde 1997. Estas tendências são suportadas por uma intervenção na política de emprego concentrada na diminuição da precariedade e no combate às formas ilegais e atípicas de trabalho.

Hoje, toda a política de apoio à criação de emprego, nomeadamente a atribuição de subsídios à criação de trabalho e as reduções de contribuições para a segurança social, apoia apenas a criação de postos de trabalho com contratos sem termo.

Nos últimos anos, a Inspecção-Geral do Ministério do Trabalho e da Solidariedade tem vindo a agir na regularização de situações de trabalho precário e tem intensificado progressivamente a sua actuação.

Foi-se buscar um tema concreto, o da transição dos jovens para a vida activa. Um problema difícil, é certo, mas onde tem de ter-se a noção de que o tipo de intervenção a ter não deve produzir a situação que, hoje, muitos países da União Europeia têm, que é a de serem os jovens a pagarem taxas de desemprego, que não são muito mas, sim, muitíssimo mais altas do que as taxas de desemprego dos seus países, o custo de um tipo de transição para o trabalho que não se adapta ao modo como, hoje, se faz a transição para o trabalho nas nossas sociedades.

Também nós estamos preocupados com os riscos que derivam da tendência que existe para um jovem poder ter vários contratos de trabalho a termo consecutivos. Por isso, queremos combater esta dimensão do problema, quando não haja renovação do contrato de trabalho a termo mas, sim, a sua conversão em contrato sem termo no fim do primeiro contrato a termo, estimulando esta conversão em contrato sem termo, obviamente, com um valor inferior ao da contratação feita directamente sem termo.

Escolheu o PCP, como segundo tema, a defesa dos salários. Sr. Presidente e Srs. Deputados, vejamos a tendência dos últimos anos: os salários negociados nas convenções tiveram sempre aumentos reais; o salário mínimo nacional e os ganhos médios subiram acima das remunerações convencionais, com aumentos, consequentemente, ainda superiores. Por conseguinte, a percentagem de trabalhadores, em Portugal, com baixos salários tem vindo a diminuir e a participação do trabalho no rendimento tem vindo a subir. Esta é a tendência.

Obviamente, tal não implica que o problema de sermos o País com as baixas remunerações da Europa tenha desaparecido, mas não se pode negar a tendência; uma tendência onde há, claramente, hoje, um caminho de convergência real entre Portugal e o conjunto da União Europeia, um caminho que tem de ser estimulado e que temos procurado estimular.

Escolheu o PCP, como terceiro tópico, o dos direitos dos trabalhadores. Curiosamente, e porque os silêncios

também falam, julgo que vale a pena sublinhá-lo, no essencial do conjunto da legislação do trabalho, o PCP não apresentou, aqui, mesmo hoje, propostas amplas de transformação

A Sr^a Odete Santos (PCP) — Oh! Então e os três projectos de lei?¹ Estava surdo?

O Orador — Corresponde, evidentemente, também ao reconhecimento por parte do PCP — um reconhecimento que creio ser consensual na sociedade portuguesa — de que o nosso maior problema, hoje, não é de legislação de trabalho mas, sim, de aumentar a efectividade da legislação de trabalho que temos. E penso que o PCP me apoia neste diagnóstico!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — É evidente que o direito a um trabalho adequado é a primeira garantia dos direitos dos trabalhadores. E também é evidente que nos últimos anos, e aqui com a participação do PCP, foi possível fazer um conjunto de aperfeiçoamentos, de que destacaria apenas o do novo regime das contra-ordenações laborais, que entrou em vigor no fim do ano passado e que será um instrumento fundamental de garantia dos direitos dos trabalhadores, em Portugal. Um instrumento cuja efectividade é tanto quanto mais formos capazes de continuar a intensificar a actividade da inspecção no País.

Mas também, do ponto de vista dos direitos dos trabalhadores, importa sublinhar, aqui, um dado, que, a meu ver, deve ser valorizado: uma das melhores garantias é a da efectiva cobertura pela protecção social. E, em Portugal, ao contrário de outros países, ao contrário das tendências de desprotecção que algumas das tensões que existem no mercado de trabalho provocaram nos últimos anos, aumentou em 500 000 o número de trabalhadores por conta de outrem cobertos pelo regime geral de segurança social. Esta é uma importante garantia na protecção dos trabalhadores.

Do mesmo modo, importa dizer-lhe aqui que houve, nos últimos anos e no último em particular, um aperfeiçoamento significativo na protecção dos trabalhadores no desemprego — e penso que, também neste ponto, o PCP me acompanhará.

Há, do ponto de vista das condições reais de trabalho, em Portugal, um problema muito sério de sinistralidade. Estamos de acordo. E há uma evolução da sinistralidade que poderia ser relativizada, é certo, pelo facto de, em Portugal, a construção civil ter um peso, no conjunto do emprego, superior ao de outros países da União Europeia, e todos sabemos que, por toda a parte, a construção civil tem um índice de sinistralidade bastante superior e, em particular, bastante grave. Mas gostaria aqui de dizer que, também neste domínio, estamos a procurar intervir e agir.

Portugal poderá entrar, se conseguirmos produzir resultados, na concertação social com a nova abordagem que foi recentemente adoptada com o consenso de todos — e sublinho, todos — os parceiros sociais, não tendo sido registada qualquer oposição. Uma nova metodologia de negociação que poderá permitir vir a ter, a breve trecho, quatro acordos significativos e de grande importância para o aperfeiçoamento, nomeadamente do

ponto de vista da garantia dos direitos dos trabalhadores em Portugal: um acordo sobre organização do trabalho, produtividade e salários, um acordo sobre higiene e segurança no trabalho, incidindo especialmente sobre a redução da sinistralidade laboral, um acordo sobre emprego, formação e mercado de trabalho, e um acordo sobre protecção social.

Estou convencido, estamos convencidos de que haverá boas condições para, em sede de concertação social, virmos a ter um impulso significativo que reforce as tendências que foram detectadas, de aperfeiçoamento e modernização, do ponto de vista do mercado de trabalho, em Portugal.

Gostaria ainda de me dedicar ao tema, que, não tendo estado, acabou por estar, que é o do desemprego. Felizmente, já nem o PCP nega a descida do desemprego, mas vem o PP, «apaga» os dois últimos anos da história. Mas, Sr Deputado, não é invocável o argumento da falta de dados, porque eu próprio estive na Comissão de Trabalho, Solidariedade e Segurança Social.

Vozes do CDS-PP — São os dados com que o Governo está a trabalhar até 2006!

O Orador — E dei aos Srs Deputados, aquando da discussão do Plano Nacional de Emprego, na versão de 1999, pelo menos, os dados de 1998. Esses, o Sr Deputado tem de os ter!

Vozes do PS — Muito bem!

O Orador — Mas vem o PSD e nega desesperadamente, através do seu porta-voz parlamentar neste debate, a descida do desemprego em Portugal. Custe a quem custar, o desemprego desceu!

Já agora, há apenas um dado que gostaria de acrescentar, já que se falou aqui de programas ocupacionais. Em Março deste ano, comparado com Março do ano passado, havia menos 10% no desemprego registado no Instituto do Emprego e Formação Profissional. Se o vosso raciocínio fosse verdadeiro, o número de trabalhadores desocupados teria subido em relação ao ano passado. Nada é mais falso! Há, hoje, menos 8,6% de trabalhadores desocupados nos centros de emprego do que no ano passado.

Protestos do PCP

O Sr Lino de Carvalho (PCP) — E o relatório?²

O Orador — Esse relatório foi encomendado por mim, Sr Deputado. É um relatório independente e muito importante para a reforma necessária nos programas ocupacionais, mas não nesse aspecto.

Vozes do PSD e do CDS-PP — Bem nos parecia!

O Orador — Encomendei-o no sentido de que queria que a medida fosse avaliada e permitiu estarmos aqui hoje em condições de .

Há, em Portugal, quer queiram quer não, um movimento, uma tendência de reforço da qualidade do trabalho, mas esta é uma tarefa que nunca está completa.

É bem-vindo o PCP se continuar a acompanhar-nos na luta por um melhor trabalho, em Portugal.

Aplausos do PS

O Sr Presidente — Srs Deputados, terminámos nossa ordem de trabalhos de hoje.

A próxima sessão plenária realizar-se-á amanhã, pelas 15 horas, constando de um período de antes da ordem do dia e de um período da ordem do dia, com a discussão conjunta, na generalidade, da proposta de lei n.º 19/VIII — Regula o voto dos cidadãos portugueses residentes no estrangeiro na eleição do Presidente da República e alarga as situações de voto antecipado, alterando o Decreto-Lei n.º 319-A/76, de 3 de Maio e dos projectos de lei n.os 152/VIII — Regula o direito de voto dos emigrantes nas eleições presidenciais (PSD) e 153/VIII — Regula o processo de votação, na eleição do Presidente da República, dos cidadãos portugueses não residentes no território nacional (CDS-PP).

Srs Deputados, está encerrada a sessão.

Eram 20 horas e 10 minutos

Entraram durante a sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

Helena Maria Mesquita Ribeiro
 João Alberto Martins Sobral
 João Cardona Gomes Cravinho
 José Alberto Rebelo dos Reis Lamego
 José Carlos Pinto Basto Mota Torres
 Nuno Manuel Pereira Baltazar Mendes
 Pedro Ricardo Cavaco Castanheira Jorge

Partido Social Democrata (PSD)

Álvaro Roque de Pinho Bissaia Barreto
 Eduardo Eugénio Castro de Azevedo Soares
 Henrique José Monteiro Chaves
 José Eduardo Rêgo Mendes Martins
 José Manuel Macedo Abrantes
 Pedro Augusto Cunha Pinto

Partido Comunista Português (PCP)

Joaquim Manuel da Fonseca Matias

Faltaram à sessão os seguintes Srs Deputados

Partido Socialista (PS)

António Jorge Freire de Brito Calvete
 Carlos Manuel Luis
 Eduardo Ribeiro Pereira
 José Aurélio da Silva Barros Moura
 José Carlos das Dores Zorrinho
 José da Conceição Saraiva
 Maria Amélia do Carmo Mota Santos
 Maria do Carmo de Jesus Amaro Sequeira
 Maria do Rosário Lopes Amaro da Costa da Luz Carneiro

Partido Social Democrata (PSD)

João Bosco Soares Mota Amaral
 Joaquim Virgílio Leite Almeida da Costa
 Manuel Joaquim Barata Frexes
 Manuel Maria Moreira
 Manuel Ricardo Dias dos Santos Fonseca de Almeida
 Maria Manuela Aguiar Dias Moreira
 Maria Natália Guterres Viegas C da Conceição Antunes
 Nuno Miguel Marta de Oliveira da Silva Freitas
 Pedro Miguel de Azeredo Duarte

Partido Comunista Português (PCP)

António João Rodeia Machado
 Maria Luisa Raimundo Mesquita

Partido do Centro Democrático Social — Partido Popular (CDS-PP)

José Miguel Nunes Anacoreta Correia

Partido Ecologista «Os Verdes» (PEV)

Isabel Maria de Almeida e Castro

Bloco de Esquerda (BE)

Luís Emídio Lopes Mateus Fazenda

A DIVISÃO DE REDAÇÃO E APOIO AUDIOVISUAL.



Depósito legal n.º 8818/85

IMPRENSA NACIONAL-CASA DA MOEDA, S. A.

1 — Preço de página para venda avulso, 10\$00 (IVA incluído)

2 — Para os novos assinantes do *Diário da Assembleia da República*, o período da assinatura será compreendido de Janeiro a Dezembro de cada ano. Os números publicados em Outubro, Novembro e Dezembro do ano anterior que completam a legislatura serão adquiridos ao preço de capa

3 — O texto final impresso deste *Diário* é da responsabilidade da Assembleia da República

PREÇO DESTE NÚMERO 440\$00 (IVA INCLUIDO 5%)

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e assinaturas do «*Diário da República*» e do «*Diário da Assembleia da República*», deve ser dirigida à administração da Imprensa Nacional-Casa da Moeda, S. A., Rua de D. Francisco Manuel de Melo, 5 - 1099-002 Lisboa